

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 30 e 31/05/2020	Página:

Correio*

SEGUNDA PARCELA: VALE-ALIMENTAÇÃO PARA ALUNOS SERÁ PAGO A PARTIR DE 8 DE JUNHO

REDE ESTADUAL O governador Rui Costa (PT) anunciou o pagamento do próximo benefício aos alunos da rede pública estadual para 8 de junho.

A partir desta data, todos os 800 mil estudantes terão acesso a um valor equivalente a uma cesta básica, fixado em R\$ 55. Diferentemente do que ocorreu no

pagamento do primeiro benefício, desta vez não haverá convênios em supermercados dos municípios. Ou seja, cada aluno terá seu cartão individualizado e, nele, será depositado o valor.

Não há necessidade de recadastramento. Aqueles que ainda não receberam o cartão devem entrar em contato com a unidade de ensino em que estudam a partir de segunda-feira (1), para regularizar a situação.

“Nessa semana que entrará agora, vamos concluir a entrega dos cartões. Ao todo serão R\$ 44 milhões para beneficiar quem mais precisa. Nossa arrecadação não está caindo, está despendendo, mas temos que fazer esse esforço para ajudar quem mais precisa”, disse o governador, **se referindo aos R\$ 900 milhões, só de ICMS, que deixarão de ser recolhidos pelo estado.**

ação da DESENBAHIA - Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A

o pessoal, venho pelo presente apresentar minha renúncia ao cargo de Diretoria de IBAHIA - Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A, a partir do dia 01 de junho de

estar meu reconhecimento quanto ao espírito ético e profissional do Presidente, dos prol dos interesses da Agência, das políticas governamentais e do desenvolvimento

os, foi uma grande honra servir ao Estado da Bahia.

DESENBAHIA

Veículo: Site bahia.ba	Online
Data: 28/05/2020	Caderno: Notícias



Publicado em 28/05/2020 às 18h41.

Bahia deve receber R\$ 2 bilhões de socorro emergencial do governo federal

Recursos deverão ser aplicados em todas as áreas do governo, que projeta perda de arrecadação até dezembro e déficit de R\$ 1,5 bilhão

Estela Marques

O estado da Bahia deve receber cerca de R\$ 2 bilhões do socorro emergencial aprovado pela Câmara e sancionado pelo governo federal. Do total, R\$ 1,668 bilhão são recursos de uso livre e R\$ 342 milhões devem ser destinados a ações de saúde.

De acordo com informações **da Secretaria da Fazenda (Sefaz-BA)**, os recursos deverão ser aplicados em todas as áreas o governo, já que as projeções são de perda de arrecadação até dezembro e de déficit de R\$ 1,5 bilhão.

“O déficit mencionado acima, é preciso registrar, se somará à situação de dificuldade que os estados já vinham enfrentando antes da pandemia, por conta do fracasso da política do governo federal em promover crescimento econômico e geração de emprego”, diz a **Sefaz**, em nota enviada ao **bahia.ba**.

O Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus nos estados foi sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro, após reunião com governadores no final da semana passada. O objetivo era fechar acordo em torno do veto ao reajuste do funcionalismo público, em troca dos recursos emergenciais.



[CAPA \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/CAPA\)](https://www.bahiaja.com.br/capa) [ÚLTIMAS NOTÍCIAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ULTIMASNOTICIAS\)](https://www.bahiaja.com.br/ultimasnoticias)

[MIUDINHAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/TASSOFRANCO/MIUDINHAS\)](https://www.bahiaja.com.br/tassofranco/miudinhas) [COLUNISTAS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/COLUNISTAS\)](https://www.bahiaja.com.br/colunistas)

[ARTIGOS \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ARTIGOS\)](https://www.bahiaja.com.br/artigos) [FALE CONOSCO \(HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/FALECONOSCO\)](https://www.bahiaja.com.br/faledonosco)

segunda-feira, 01 de junho de 2020

ECONOMIA ([HTTPS://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ECONOMIA](https://www.bahiaja.com.br/economia))

IAF E CONEXÃO SOLIDÁRIA DOAM 2.3 MIL INTENS DE EPIS PARA COMBATE COVID

Veja as unidades de saúde que foram beneficiadas

Da Redação , Salvador | 31/05/2020 às 12:37

Curtir 0

Tweet



CEO doa EPIS para unidades de saúde

Foto:

Integrante do grupo Carreiras de Estado Organizadas (CEO), o Instituto dos Auditores Fiscais do Estado da Bahia (IAF), participou da doação de Equipamentos de Proteção Individual (EPIS) para quatro unidades de saúde de Salvador. A ação é fruto da campanha Conexão Solidária Bahia, promovida pelo grupo, e de uma parceria com o Sindicato dos Médicos do Estado da Bahia (Sindimed).

Um total de 2,3 mil itens, sendo 150 máscaras tipo PFF2, 82 aventais, 600 pares de luvas e 1.5 mil toucas foram doados para as seguintes unidades: Maternidade Professor José Maria de Magalhães (da rede estadual); Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de São Marcos (da rede municipal); Unidade de Emergência Mãe Hilda (da rede municipal); e o Hospital Edgar Santos, também conhecido como Hospital das Clínicas (da rede federal). “Nosso objetivo é contribuir com a estrutura da Saúde

para os baianos e amenizar o sofrimento das vítimas da Covid 19”, disse o presidente do IAF, Marcos Carneiro, destacando a importância da parceria com o Sindimed. “Essa parceria foi fundamental para conhecermos as unidades e ajudarmos de acordo com suas respectivas demandas”, explicou.

A campanha Conexão Solidária Bahia continua a receber doações dos filiados, familiares e sociedade em geral ligados, sobretudo, às entidades que integram o CEO; o IAF; a Associação dos Procuradores do Estado da Bahia (APEB), Associação do Ministério Público do Estado da Bahia (AMPEB); Associação dos Defensores Públicos do Estado da Bahia (ADEP/BA), Associação dos Magistrados da Bahia (AMAB), Associação dos Gestores Governamentais do Estado da Bahia (AGGEB), além do apoio institucional do Sindimed, que anunciou seu engajamento para o incremento dos valores doados.



(<https://www.bahiaja.com.br/enviarnoticia?idEditoria=1&idNoticia=126398>)

MAIS NOTÍCIAS



(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/05/29/governador-anuncia-comissao-para-avaliar-retomada-empresarial,126367,0.html>)
GOVERNADOR ANUNCIA COMISSÃO PARA AVALIAR RETOMADA EMPRESARIAL
(<https://www.bahiaja.com.br/economia/noticia/2020/05/29/governador-anuncia-comissao-para-avaliar-retomada-empresarial,126367,0.html>)

Secom - Secretaria de Comunicação Social - Governo do Estado da Bahia

Governo

01/06/2020 07:30

Operação contra empresa que deixou de entregar respiradores ao Consórcio Nordeste prende três pessoas

A polícia baiana deflagrou, na manhã desta segunda-feira (1º), a operação Ragnarok, que cumpriu três mandados de prisão e 15 de busca e apreensão em Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro e no Distrito Federal, contra quadrilha que fraudou a venda de equipamentos hospitalares.

O grupo foi descoberto graças à denúncia do Consórcio Nordeste, que tentou adquirir 300 respiradores para o combate ao coronavírus com a empresa. O estabelecimento se apresentava como revendedor dos produtos. De acordo com as investigações, a empresa tentou negociar de forma fraudulenta com vários setores no país, entre eles os Hospitais de Campanha e de Base do Exército, ambos em Brasília.

A operação, coordenada pela Secretaria da Segurança Pública da Bahia (SSP-BA), através da Superintendência de Inteligência, conta com a participação da Polícia Civil da Bahia, através da Coordenação de Crimes Econômicos e Contra Administração Pública; da Polícia Civil de São Paulo e do Distrito Federal; e do Ministério Público da Bahia. Mais de 150 contas bancárias vinculadas ao grupo foram bloqueadas pela Justiça.

Detalhes sobre a operação policial serão apresentados em coletiva virtual pela plataforma Zoom, em horário a ser definido. A Secretaria de Comunicação do Estado (Secom) fará a convocação para a entrevista nas próximas horas.

Áudio:

- [Confira o áudio desta notícia](#)

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia

Secom - Secretaria de Comunicação Social

3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, CAB

CEP 41.745-005 - Salvador - Bahia

Tel: +55 (71) 3115-9249

[Localização](#)

Horário de funcionamento:

De segunda à sexta-feira das 08:30 às 12:00 e 13:30 às 18:00h.

Exerça sua cidadania. [Fale com a Ouvidoria.](#)



Todo o conteúdo desse site está publicado sob a licença

[Creative Commons Atribuição-SemDerivações 3.0 Brasil.](#)

[Versão mobile](#)

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 01/06/2020	Caderno: Notícias



Segunda, 01 de Junho de 2020 - 07:51

Operação contra empresa que não entregou respiradores ao Consórcio NE prende 3 pessoas

por Glauber Guerra

Deflagrada pela Polícia Civil da Bahia, a operação Ragnarok, que investiga um grupo de suspeita de fraude na venda equipamentos hospitalares ([saiba mais aqui](#)), culminou com a prisão de três pessoas nesta segunda-feira (1º). Os nomes e os locais das detenções não foram divulgados pela Secretária de Segurança Pública da Bahia (SSP-BA).

O mandado de prisão é contra três pessoas. A fundadora da empresa, o sócio e um dono de outra companhia.

A empresa recebeu R\$ 48 milhões do Consórcio Nordeste por um lote de respiradores. Os equipamentos não foram entregues e a devolução da grana não ocorreu.

A operação ocorre em Salvador e mais três cidades: Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo.

Em Salvador, a operação é realizada no Jardim Apipema, em um apartamento de um dos sócios da empresa, e em outro prédio comercial na Avenida Magalhães Neto.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 30/05/2020	Caderno: Notícias



Sábado, 30 de Maio de 2020 - 17:45

Rui dialoga com poderes para definir novos parâmetros orçamentários

O governador da Bahia, Rui Costa (PT), está em diálogo com os demais poderes para negociar novos parâmetros orçamentários para o estado em virtude do impacto econômico da pandemia do novo coronavírus nos cofres públicos. De acordo com Rui, que concedeu entrevista à CNN na tarde deste sábado (30), a previsão é de que 30% na queda da arrecadação do estado.

O gestor baiano ainda comentou sobre a ajuda aos estados e municípios sancionada pelo presidente da República Jair Bolsonaro (sem partido). Rui afirmou que a ajuda não será suficiente e que deve corresponder a no máximo 50% expectativa de receita do estado, e por isso o governo estadual pretende negociar novos parâmetros orçamentários para buscar forte contingenciamento.

Rui foi questionado sobre a Operação Placebo da Polícia Federal, que teve como alvo o governador do Rio, Wilson Witzel, que é investigado em esquema de fraudes na saúde. O governador da Bahia afirmou não temer ser alvo de operações do tipo, uma vez que preza pela "absoluta transparência". De acordo com o governador, o Tribunal de Contas do Estado e o Ministério Público foram convidados para compor e acompanhar o processo de decisão. "Não temos nada a temer", cravou.

Durante a entrevista o governador da Bahia ainda comentou sobre o combate às fake news. Rui condenou o compartilhamento de notícias falsas e falou da necessidade de punição de quem cria e compartilha esse tipo de informação.

Entre os exemplos citados pelo petista estão a indução da população ao erro ao apontar medicamentos que supostamente curam a Covid-19. Rui destacou a necessidade de diferenciar liberdade de expressão e opinião de desinformação.

Mães menores de idade já podem pedir auxílio

CAIXA As mães com menos de 18 anos podem pedir o auxílio emergencial de R\$ 600 (R\$ 1,2 mil para mães solteiras). A novidade está disponível na 16ª versão do aplicativo Caixa Auxílio Emergencial, que foi liberada pela Caixa Econômica Federal no fim de semana.

Incluída pelo Congresso durante a tramitação da medida provisória que instituiu o benefício, a extensão do auxílio emergencial para mães menores de idade havia sido sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro no último dia 15. O cadastro no auxílio emergencial pode ser pedido até 3 de junho.

Ontem a Caixa também informou que vai começar a creditar a segunda parcela do auxílio emergencial de R\$ 600 diretamente nas contas bancárias indicadas pelos beneficiários. Os recursos, que haviam sido antecipados para uso digital pelo aplicativo Caixa Tem, agora serão transferidos automaticamente para as contas informadas pelos beneficiários, de acordo com o calendário de saque em espécie. A transferência dos valores não movimentados pelo Caixa Tem será realizada para quem indicou contas para recebimento de outros bancos ou poupança existente na Caixa. Com isso, esses beneficiários poderão procurar as instituições financeiras com quem tem relacionamento, caso queiram sacar.

1,2 MIL

é o valor que é pago para mães solteiras e será estendido também para as menores de idade

50

bancos, além da Caixa Econômica, participam da operação de pagamento do auxílio emergencial. Até ontem, o benefício estava disponível apenas no aplicativo Caixa Tem, sem a possibilidade de saque

1,2 MIL

prefeituras em todo o país fizeram convênios com a Caixa Econômica Federal para ajudar na organização das filas e evitar a formação de aglomerações

Mais de 50 bancos participam da operação de pagamento do auxílio emergencial. Segundo o governo, todos os beneficiários do Bolsa Família elegíveis para o auxílio já receberam o crédito da segunda parcela.

A vice-presidente de Tecnologia da Caixa, Tatiana Thomé, explicou como funcionará o pagamento para as mães menores de idade. A beneficiada precisa cadastrar pelo menos dois membros da família (ela própria mais um filho, no mínimo). Caso a adolescente pertença a uma família maior, com algum membro que tenha se cadastrado no auxílio emergencial, precisará fazer o cadastro compatível com o do outro membro da família.

Mães grávidas não poderão fazer o cadastro porque o aplicativo pedirá o CPF do filho. O processo se dará de forma igual ao dos demais cadastramentos. Ao entrar no aplicativo, a mãe digitará nome completo, número do CPF, nome da mãe e data de nascimento, conforme constam nos cadastros da Receita Federal. O aplicativo oferece a opção "mãe desconhecida", caso a requerente não conheça a mãe. Após o cadastro, a usuária poderá acompanhar no aplicativo se o cadastro foi aprovado.

LEIA MAIS NA PÁGINA 16

Com aumento da pobreza, equipe econômica avalia programa de renda mínima

PAUTA SOCIAL O aumento da pobreza no país com a covid-19 e a necessidade de garantir uma porta de saída para quem recebe o auxílio emergencial de R\$ 600 durante a pandemia colocaram a pauta social no centro da agenda político-econômica. Com uma pauta focada até agora no ajuste das contas públicas, privatizações e reforma do Estado, a equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, faz movimentos para não chegar atrasada na discussão que avança no Congresso para a criação de um programa de renda mínima. No cenário pós-pandemia, a proposta de reforma tributária deve ganhar espaço para abrigar mudanças que permitam bancar o financiamento do novo programa. A expectativa é que os textos já em discussão sofram modificações e estejam vinculados às mudanças na tributação do país.

METADE DOS CONTRIBUINTES ENTREGOU DECLARAÇÃO DO IR

RECEITA A um mês do fim do prazo de entrega da declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) 2020, metade dos contribuintes acertou as contas com o Leão. Neste ano, a Receita espera receber 32 milhões de declarações. O prazo de entrega começou em 2 de março e vai até as 23h59min59s de 30 de junho. A Receita Federal derrubou a exigência do número do recibo da declaração anterior e adiou o pagamento da primeira cota ou cota única para junho. Em relação às restituições, o cronograma acaba em setembro.

ECONOMIA

Negócios próprios devem crescer pós-pandemia

DESEMPREGO Abrir o próprio negócio está entre os principais sonhos do brasileiro. Segundo o último relatório anual do Global Entrepreneurship Monitor (GEM), divulgado em 2020 com dados de 2019 e realizado no Brasil pelo Sebrae e pelo Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBQP), empreender ocupa o 4º lugar na lista de desejos, atrás apenas de comprar um carro, viajar pelo Brasil e ter a casa própria. Os efeitos da pandemia do coronavírus, no entanto, que atingiram em cheio os pequenos negócios e já tiraram o trabalho de milhares de brasileiros, prometem deixar um legado complicado para a nova geração de empreendedores no país.

De 2008 a 2019, o número de brasileiros de 18 a 64 anos que tinham um negócio ou esta-

“Muita gente vai optar pelo empreendedorismo porque o mercado de trabalho não vai voltar completamente”
Gilberto Sarfati

Professor da FGV EAESP, falando sobre o pós-crise

vam envolvidos na criação de um pulou de 14,6 milhões para 53,4 milhões. Entre empreendedores em estágio inicial, o relatório aponta que 26,2% resolveram abrir um negócio para “ganhar a vida porque os empregos são escassos”.

Para especialistas, o primeiro efeito da crise, dado o aumento do desemprego e a perspectiva de uma retração severa da economia brasileira, se dá na motivação do empreendedorismo. Dados do GEM apontam que, dos 55 países analisados, o Brasil está entre os dez primeiros onde a falta de emprego é mais levada em conta para abrir um negócio.

Em março e abril, foram fechadas 1,1 milhão de vagas com carteira assinada no país. Nos dados gerais, que incluem os informais, a taxa de desemprego chegou a 12,6%, e só não foi maior porque o desalento (pessoas

que desistiram de buscar ocupação) foi recorde. Dentre as vagas, cerca de 54% das posições formais no mercado são originadas pelas PMEs (pequenas e médias empresas), segundo o Sebrae. “Olhando para o próximo semestre, muita gente vai optar pelo empreendedorismo porque o mercado de trabalho não vai voltar completamente. Empreender vai ser uma saída para 2021 e 2022”, afirma Gilberto Sarfati, professor da FGV EAESP.

Segundo o superintendente do Sebrae-SP, Wilson Poit, esse cenário deve provocar um aumento significativo no número de microempreendedores individuais (MEIS) no mundo pós-pandemia, com muitos profissionais autônomos, como personal trainers e arquitetos, tornando-se donos de suas próprias empresas. No último mês, os MEIs chegaram a 10 milhões no país.

CRISE AFETA GANHOS DOS FUNDOS

METAS Os fundos de pensão foram pegos no contrapé pelo coronavírus. Com patrimônio equivalente a 13% do PIB e pagamentos anuais de R\$ 60 bilhões aos participantes, eles vinham reduzindo seus déficits, que, no agregado, passaram de R\$ 76 milhões, em 2015, para R\$ 26 milhões em 2019. Com a queda na Bolsa - o Ibovespa já recuou 26% no acumulado deste ano -, o sinal de alerta volta a acender no setor. Segundo especialistas, há chance da meta não ser batida até o fim do ano.

GOVERNO ATUALIZA PLANO DE GASTOS

ORÇAMENTO Com uma série de despesas novas para o enfrentamento da pandemia do coronavírus, a Presidência da República editou o Decreto N° 10.385 atualizando a programação dos gastos que o Executivo pretende realizar ao longo do ano. Entre outras determinações, o decreto determina o cronograma mensal de pagamento entre junho de 2020 e dezembro de 2020 relativo às dotações da Lei Orçamentária de 2020 e os restos a pagar das maioria das fontes de receita.

Correio*

Na China, preço do minério de ferro aumenta em 24%

PROBLEMA O aumento no número de casos da covid-19 no Brasil é um fator de preocupação para a economia brasileira, mas também acende sinal de alerta do outro lado do mundo. Na China, principal parceiro comercial do país, os preços do minério de ferro dispararam 24% nos últimos 30 dias, com os negociadores temendo que a situação da pandemia por aqui provoque interrupções na produção do material - o que atrapalharia ou, no mínimo, tornaria mais cara a retomada da segunda maior economia do mundo. O Brasil é um dos principais exportadores de minério para a China, mas a produção brasileira está abaixo do normal.

18,2%

A menos de minérios, a Vale extraiu até março desse ano, em comparação a 2019

Hotéis terão novas regras para reabrir após pandemia

Gabriel Rodrigues

REPORTAGEM
gabrielrodrigues@redebahia.com.br

Um dos setores mais importantes da economia do estado, a área hoteleira viu as suas atividades serem praticamente paralisadas durante a pandemia do novo coronavírus. A queda no movimento de hóspedes obrigou muitos estabelecimentos a fechar as portas nesse período.

Ainda não há definição de quando o setor vai voltar a operar normalmente, mas já é possível imaginar como isso vai acontecer. Em conjunto com a Confederação Nacional de Turismo (CNTur) e o Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Salvador e Litoral Norte (SHRBS), a Federação Baiana de Hospedagem e Alimentação (FeBHA) lançou protocolo de saúde que prevê ações para o funcionamento de bares e hotéis no período pós-pandemia.

O documento apresenta cartilha de como os estabelecimentos devem se comportar para receber os hóspedes e conta com recomendações básicas que vão desde o distanciamento e uso de máscaras, a mudanças na estrutura funcional, como o café da manhã servido só nos quartos.

Entre as medidas, estão: diminuir capacidade dos elevadores a 30%; desinfetar o apartamento após a saída do hóspede; proibição de grandes eventos e ausência de revistas e jornais no lobby.

ASSESSORIA

“Nós pegamos a assessoria de profissionais da saúde, também exemplos de outros países em que bares e hotéis voltaram a funcionar, e fizemos uma compilação das melhores práticas”, explica Sílvia Pessoa, presidente da FeBHA.

Para Luciano Lopes, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis da Bahia, alguns segmentos vão precisar de orientações espe-

Turismo Café da manhã será servido só no quarto e elevadores terão capacidade reduzida

cíficas para se adequar à nova realidade. “Os protocolos precisam ser adaptados para cada tipo de negócio. Para determinados hotéis e resorts, será preciso ter protocolos específicos”, diz.

Essa adaptação já está sendo colocada em prática. A diretora do Grand Hotel Stella Maris, Viviane Pessoa, conta que o local está com operação zerada, mas acredita que os resorts vão sair na frente no pós-pandemia por contar com áreas abertas. “Muito do que nós fazemos não é em áreas confinadas. No nosso caso, temos apenas um restaurante em área fechada, todos os outros são abertos. Nossa equipe fez um ajuste em tudo que oferecemos para que se evite o contato humano. Tínhamos algumas atividades que incluíam o toque, mas foram excluídas”.

Também de portas fechadas, o Wish Hotel da Bahia tem elaborado rígido protocolo, que inclui parceria com o Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo. “Vamos deixar um intervalo de 48h entre um hóspede e outro antes de retomar e pensamos uma abertura com menos apartamentos”, explica Natália Dalla, gerente do estabelecimento.

PREFEITURA

Ao CORREIO, o secretário de Cultura e Turismo de Salvador, Pablo Barrozo, afirmou que tem acompanhado os trabalhos das entidades do setor e que a prefeitura tam-

bém está elaborando um protocolo. “A nossa capital é uma cidade que emprega muita gente ligada ao turismo, vem gente do mundo todo para a cidade, e isso representa mais de 20% da economia de Salvador. Os destinos que estiverem mais preparados vão sair na frente”.

Sílvia lembra que a retomada das atividades não depende só do protocolo, mas de uma série de fatores como o funcionamento da malha aérea e sensação de segurança para os turistas.

De acordo com a FeBHA, cerca de 95% dos 4.063 hotéis do estado estão fechados, enquanto os que continuam abertos não conseguem atingir 10% da capacidade de ocupação. Estima-se que 20 mil postos de trabalho já foram perdidos no setor desde o início da pandemia.

Viviane Pessoa diz que a crise chegou num momento em que a área iria aquecer. “Tivemos um prejuízo significativo, tínhamos um mês de março aquecido, com grandes eventos planejados para março, abril e maio, e todos esses eventos foram cancelados. Não há um norte de como vai ser o futuro dos eventos pós-pandemia. Estamos com receita zero há dois meses”.

Presidente da ABIH, Luciano Lopes estima o início de uma retomada lenta do setor a partir do mês de julho, mas ressalta que tudo vai depender do avanço do coronavírus no estado.



Wish Hotel da Bahia elabora protocolo em parceria com o Hospital Sírio-Libanês, de SP



Grand Hotel Stella Maris vai adotar novas atividades de lazer para manter distanciamento

Turismo lança selo para cancelar profissionais

O Ministério do Turismo está lançando o selo Turismo Responsável. Segundo o secretário de Integração Institucional do Ministério do Turismo, Bob Santos, não se trata de um certificado, “mas uma chance de pertencimento para o empreendedor poder transparecer segurança ao cliente”.

Hoje, entra no ar, dentro



do portal turismo.gov.br, o site contendo informações e protocolos sanitários voltados para o setor turístico, visando à retomada das atividades. O anúncio foi feito na sexta-feira (29) durante reunião do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes de Turismo, que teve a presença de Bob Santos.

Para o secretário de Turis-

mo da Bahia, Fausto Franco, esses protocolos são imprescindíveis nesta retomada, pois neles estarão contidos todos os procedimentos a serem adotados pelos estabelecimentos, sejam eles hotéis, bares, restaurantes, dentre outros. “Todos têm que seguir as orientações de higiene e limpeza para dar segurança aos turistas”. **RAFAEL FREITAS**

Bahia prorroga vacinação contra a febre aftosa

PROTEÇÃO A prorrogação da campanha de vacinação contra a febre aftosa em toda a Bahia foi confirmada nessa sexta-feira (29) pelo diretor-geral da Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (Adab), Maurício Bacelar. “Embora os registros de venda da vacina tenham superado os 7,5 milhões de doses nas lojas de produtos agrícolas, o que é um indicativo bem positivo da conscientização dos produtores baianos para com a imunização de seus rebanhos, decidimos pela extensão do prazo que acabaria no neste domingo (31)”, disse Bacelar.

A decisão da Adab foi anunciada após consulta ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia (Faeb). O prazo será um mês mais longo nessa pri-

As equipes da Adab estão em campo por toda a Bahia auxiliando no acompanhamento da vacinação

meira etapa da campanha de vacinação de 2020 também em todos os outros estados do Grupo 4 que integram o Plano Nacional de Erradicação da Febre Aftosa: Tocantins, Goiás, Distrito Federal, Minas Gerais, São Paulo, Rio, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Espírito Santo.

Foram considerados alguns motivos para a extensão do prazo da vacinação. A começar pela difícil logística de distribuição das vacinas através das indústrias, em virtude da pandemia do novo coronavírus, a suspensão das atividades comerciais em diversas cidades baianas, o que dificultou o acesso dos produtores à vacina, a interrupção do transporte intermunicipal e a antecipação dos feriados estaduais e municipais. Já a declaração da vacina será estendida até o dia 15 de julho e os produtores poderão realizar o processo através do site www.adab.ba.gov.br.

Preços dos combustíveis voltam a subir nos postos

ENERGIA Os preços dos combustíveis interromperam a sequência de queda e voltaram a subir nos postos nesta semana, de acordo com dados divulgados nessa sexta-feira (29) pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Segundo o levantamento da agência, o valor médio do litro da gasolina para o consumidor subiu 0,8%, para R\$

3,835. O preço do litro do diesel avançou 0,1% no período, para R\$ 3,009.

Já o litro do etanol teve alta de 0,5%, para R\$ 2,542 o litro. Os preços da gasolina e do diesel acumularam 17 semanas seguidas de queda. A alta do preço dos combustíveis nos postos ocorre num momento em que a Petrobras aumenta os preços da gasolina e do diesel nas refinarias.

RECEITA AINDA ESPERA 16 MILHÕES DE DECLARAÇÕES

IMPOSTO DE RENDA A um mês do fim do prazo de entrega da declaração do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) 2020, metade dos contribuintes acertou as contas com o Leão. Até as 17h de dessa sexta-feira (28), pouco mais de 16 milhões pessoas haviam enviado o documento à Receita Federal. Neste ano, o fisco espera receber 32 milhões de declarações. O prazo de entrega começou em 2 de março e vai até 30 de junho. Inicialmente, o prazo acabaria no fim de abril, mas a data foi prorrogada por dois meses por causa da pandemia de coronavírus.

CONTAS PÚBLICAS

94,303

bilhões de reais foi o déficit do setor público consolidado, que engloba o governo federal, estados, municípios e empresas estatais, em abril. O déficit significa que as despesas do setor público superaram as receitas com impostos e contribuições

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 30 e 31/05/2020	Página:

Correio*

MIRIAM LEITÃO

 blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/



GOVERNO TEM QUE PARAR
DE FABRICAR CRISES E
FOCAR NA RECUPERAÇÃO

A grande queda e o que vem depois

Uma queda do PIB trimestral de 1,5% é forte, mas foi só um tropeço perto do que vem por aí. No segundo trimestre, neste que estamos vivendo, de abril a junho, o país está em queda livre que pode superar 10%. A recessão de 2020 será a maior da nossa história. Em agosto, o país pode ter 20 milhões de desempregados, me diz uma fonte do próprio governo. O que parou a economia foi o coronavírus, mas o presidente Jair Bolsonaro piorou tudo ao não exercer o papel de liderar a resposta e ainda criar uma crise por dia. Suas atitudes afetam a economia. Que investidor virá para um país em que o presidente ameaça a suprema corte e seu filho diz que uma "ruptura" é questão de tempo? Bolsonaro é também um problema econômico porque investidor

detesta crise institucional. Eles querem segurança jurídica.

A nota técnica do Ministério da Economia diz que os sinais são de que a crise pode causar perdas permanentes, ou seja, a devastação que está havendo em empresas, principalmente nas micro e pequenas, pode não ser reversível. O auxílio emergencial evitou queda maior da renda, as medidas para o emprego atingiram 8,2 milhões de trabalhadores. Mais da metade teve a suspensão do contrato de trabalho, que é a hipótese mais dura de todas as reduções de salário do programa. Esses 8,2 milhões estão hoje em situação mais precária, apesar de permanecerem empregados, mas a população ocupada caiu em quase cinco milhões de pessoas. No Brasil, é caro demitir, ao contrário dos

Estados Unidos. Se as empresas não se recuperarem, esses trabalhadores vão perder o emprego. Se as linhas de crédito formuladas para as micro e pequenas empresas continuarem não funcionando, elas não retornarão dessa queda. O cálculo de um integrante da equipe econômica é que em agosto pode haver 20 milhões de desempregados no país, um número jamais visto.

Nunca é demais repetir, não é o isolamento que cria a crise econômica. É o vírus. Em Brasília, o comércio abriu e os shoppings estão vazios. Como os bons economistas já mostraram, um isolamento mais radical permitiria a volta mais segura e mais cedo. O Brasil está vivendo seu pior trimestre – o segundo do ano – em termos econômicos e seu pior momento da pandemia. A falsa

solução, pela qual o presidente pressiona com todas as armas que tem, é de abertura imediata. Isso é pular no abismo, seja na saúde, seja na economia. Alguns governadores estão começando a ceder. A volta sem segurança produzirá uma segunda onda.

Alguns economistas acham que o terceiro trimestre pode ter uma recuperação que não anula a queda. Seria, como explicou Armando Castelar num seminário virtual esta semana, o atendimento da demanda reprimida principalmente na área de serviços. O Bradesco soltou ontem seu cenário econômico. Disse que a queda do segundo trimestre pode ser perto de 10%, mas há pouca certeza sobre o que acontecerá no segundo semestre. O banco reviu a projeção da recessão para 5,9% este ano.

A economia brasileira já estava fraca quando o vírus nos atingiu. Depois da recessão de 2015–2016, a atividade voltou ao terreno positivo mas numa recuperação excessivamente lenta. Ontem, até o ministro Paulo Guedes que vendia a ilusão de que o país estava decolando no primeiro bimestre do ano admitiu que pode não ter sido assim. A verdade é que o país estava frágil quando esta

grande crise começou.

Há um trabalho longo a fazer para recuperar em várias frentes. Uma política de estímulo ao emprego, e de ampliação de combate à pobreza, porque haverá mais pobres ao fim desta pandemia. Uma proposta que está sendo estudada é a de eliminar o abono salarial, seguro defeso e farmácia popular, que os técnicos do Ministério da Economia definem como programas mal focalizados. E reduzir subsídios concedidos aos setores industriais para financiar os programas sociais necessários no pós-pandemia. Será preciso ter propostas eficientes para a recuperação e muita habilidade para negociá-las no Congresso.

Isso é difícil num quadro de crise política alimentada diariamente pelo presidente da República. O ministro da Economia, Paulo Guedes, fez ontem mais uma de suas falas surreais: "É cretino atacar o governo do próprio país, em vez de ajudar. Você, no meio de uma luta para salvar vidas, ficar sendo apedrejado, enquanto ajuda? É um crime contra a população brasileira." O ministro ajudaria bastante se parasse de bater na tecla de que o inferno são os outros.

Veículo: Correio*	Caderno:
Data: 30 e 31/05/2020	Página:

Correio*

PETROBRAS VENDE SETE CAMPOS TERRESTRES

Empresa A Petrobras concluiu a venda de sua participação em sete campos de produção terrestres por R\$ 676,8 milhões. Os campos, localizados na Bacia Potiguar, no Rio Grande do Norte, foram comprados pela SPE 3R Petroleum, subsidiária da 3R Petroleum e Participações. A Petrobras detinha 100% de participação em seis dos sete campos (Aratum, Macau, Serra, Salina Cristal, Lagoa Aroeira e Porto Carão). No campo de Sanhaçu ela era dona de 50%.



entre /O ASSUNTO

f /correio24horas



@correio24horas



Donaldson Gomes

□ texto

✉ @donaldsongomes



Morgana Miranda

□ infografia

@morganamiranda

A queda de 1,5% no Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre deste ano não deixa margem para dúvidas, a economia brasileira sente os efeitos covid-19. Com exceção do agronegócio, todos os grandes setores econômicos tiveram retração nos 3 primeiros meses do ano, segundo mostrou nesta sexta-feira (29) o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com as medidas de isolamento social, redução de salários, suspensão de contratos de trabalho e a alta nos índices de desemprego, o consumo das famílias brasileiras apresentou uma queda de 2% e foi o grande responsável por puxar para baixo a atividade econômica. O movimento de retração no consumo impactou atividades como o comércio e serviços, que registrou uma perda de 1,6% – a primeira desde 2016.

O sinal da economia apontam que mesmo com uma retomada das atividades ainda este ano, os impactos na área econômica vão se estender para além de 2020. O Banco Central apresentou uma estimativa de queda de pelo menos 5% para este ano, mas no mercado financeiro já existem analistas esperando por um baque de até 10% – algo sem precedentes na história econômica do Brasil.

Para o Ministério da Economia, se mantido o distanciamento social até o fim de maio, o tombo do PIB será de 4,7% em 2020. Se as políticas de distanciamento social continuarem por mais tempo, estimou o governo, haverá um impacto adicional de R\$ 20 bilhões por semana.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, fez um apelo por compreensão e solidariedade para que a retomada da economia, quando a pandemia passar.

O resultado do primeiro trimestre colocou o Brasil à beira de uma nova recessão, uma vez que a expectativa é de um tombo ainda maior no 2º trimestre. "A queda do PIB do primeiro trimestre deste ano interrompe a sequência de quatro trimestres de crescimentos seguidos e marca o menor resultado para o período desde o segundo trimestre de 2015 (-2,1%). Com isso, o PIB está em patamar semelhante ao que se encontrava no segundo trimestre de 2012", informou o IBGE, em um comunicado.

A piora no cenário para as famílias marca uma importante inversão na dinâmica de crescimento do país. Nos últi-



PIB apresenta os primeiros sintomas

Economia Desemprego e queda na renda derrubam o consumo e fazem o Brasil retornar ao patamar de 2012

mos anos, mesmo com o timido do avanço do Produto Interno Bruto (PIB), o consumo das famílias foi o que mais contribuiu para puxar a atividade econômica. Em 2020, o que se espera, no entanto, é que o consumo empurre a economia mais para baixo.

"Há uma situação no mercado de trabalho muito crítica", diz a pesquisadora da área de economia aplicada do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), Luana Miranda.

As famílias devem deixar de gastar R\$ 225,1 bilhões neste ano na comparação com 2019, segundo cálculos realizados pela consultoria Tendências. E a perda de fôlego deve ser ainda mais intensa porque os números devem ser revisados, dado que o ritmo da atividade caminha para ser ainda mais fraco do que o esperado.

"A expectativa é de uma elevação acentuada do desemprego, de um quadro bastante severo. A grande questão que fica é como será a recuperação em 2021", afirma o



Quando chegar na margem, começa a briga de novo. Pode brigar à vontade na margem. Se brigar a bordo do barco, o barco naufraga Paulo Guedes

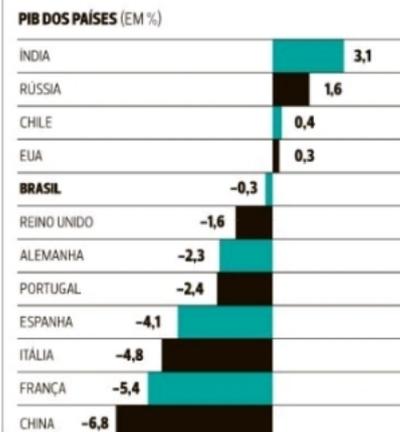
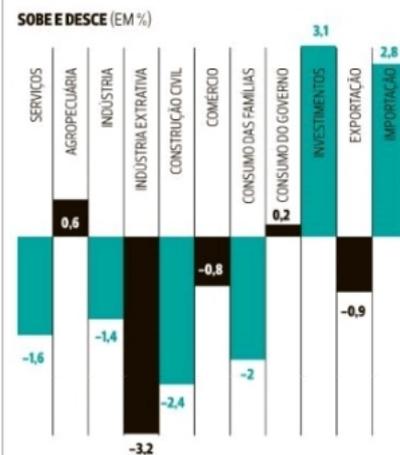
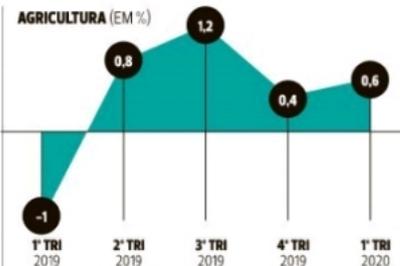
Ministro da Economia, pedindo que brasileiros deixem diferenças de lado até a pandemia da covid-19 passar

economista do banco Santander Lucas Nóbrega. No pior momento da crise, a taxa de desocupação no país deve chegar a 20%.

O aumento do desemprego terá um impacto expressivo na renda da população brasileira. Nem mesmo as medidas de compensação do governo federal, como o auxílio emergencial aos informais, vão conseguir compensar integralmente o impacto na renda.

A massa salarial ampliada deve cair 10,4% neste ano, em termos reais (descontada a inflação), nas projeções do Ibre. Se as políticas de socorro não tivessem saído do papel, essa queda chegaria a 15,2%.

No setor de serviços, que possui peso de cerca de 70% no PIB do Brasil e que mostrou queda de 1,6% no primeiro trimestre, o um dos segmentos mais afetados foi o que abrange os serviços prestados às famílias, que inclui alimentação fora de casa, hospedagem, salões de beleza, academias e reparos. Somente em março, a queda no volume foi de 31,2%.



Veículo: A Tarde	Caderno: Opinião
Data: 31/05/2020	Página: A2

Soja puxa resultado do Agro

A soja baiana ajudou a puxar o bom desempenho na produção de grãos, responsável, junto ao arroz, pelo crescimento de 1,9% da agropecuária no primeiro trimestre de 2020 em relação ao mesmo período de 2019. Os números são da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a partir de dados oficiais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O setor é o único com desempenho positivo nos primeiros três meses deste ano, sete vezes melhor em relação à média da economia brasileira, algo em torno de 0,3% negativos. Na comparação com o trimestre anterior, ou o quarto trimestre de 2019, o agro cresceu 0,6%, revelando não se tratar de uma coincidência mas sim de uma regularidade.

COVID-19 Quantidade de MEIs no Brasil ultrapassa os 10 milhões; na Bahia, já são mais de 500 mil

Em meio à pandemia, número de microempreendedores cresce 7%

PRISCILA DÓREA E
MARIANA BAMBERG

Considerados por muitos a maior política pública de formalização, os microempreendedores individuais (MEIs) ultrapassaram em meio à pandemia a marca dos 10 milhões. O marco aconteceu em abril deste ano – só nos meses de março e abril a taxa de crescimento foi de 7% –, e, de acordo com dados do Portal do Empreendedor, até o dia 23 de maio de 2020 os MEIs já somavam no Brasil 10.125.603 empreendedores, sendo 544.738 da Bahia.

Alcançar esse marco durante o isolamento social e a pandemia mostra que, mesmo em meio ao caos, os brasileiros ainda estão investindo em seus sonhos e procurando formas de continuar trabalhando. “A verdade é que o cadastro MEI tem sido a principal porta de entrada para as pessoas iniciarem no empreendedorismo no Brasil todo”, afirma Fernanda Gretz, gerente de

atendimento individual do Sebrae Bahia.

O grande atrativo são os benefícios adquiridos ao tornar uma pessoa jurídica para alavancar os negócios, “e muita gente deve estar percebendo o quão vantajoso é se tornar MEI no momento atual”. Essas vantagens, explica Fernanda, vão desde empresariais (melhores linhas de crédito, melhor negociação com fornecedor, mais possibilidades de pagamento para os clientes e emissão de nota fiscal), até previdenciárias (INSS, aposentadoria e licença-maternidade).

O contador Radamés Oliver atribui a atratividade do MEI também ao baixo valor da contribuição e à facilidade de sua abertura. Dependendo da atividade, o microempreendedor individual paga apenas uma taxa mensal que vai de R\$ 53,25 a R\$ 58,20. E é possível abrir seu MEI pelo próprio Portal do Empreendedor.

Foram esses benefícios e facilidades que incentivaram Fred Teixeira, proprietário da loja especializada em produtos da gastronomia mineira Oxe é de Minas (@oxeedeminas), a se for-

malizar como MEI. Ele começou vendendo em feiras de gastronomia que aconteciam pela cidade, procurando saber se as comidas de Minas Gerais que ele tanto gostava (e sentia falta) agradariam ao público soteropolitano. E a resposta foi mais que positiva. “Procurei estudar bastante sobre a logística e realmente não pestanei em planejar todos os detalhes do negócio, ainda mais quando percebi que o público foi bem receptivo. Participei do Empretec e então fiz o MEI, principalmente para facilitar as negociações com os fornecedores, já que trago muitos produtos de fora da Bahia e a formalização me ajudaria muito nisso”, ele conta.

Ele trabalhava de casa, mas com a demanda aumentando e a esposa chamando sua atenção por encher a geladeira de queijo, ele percebeu que talvez desse dar o próximo passo. “Foi um momento em que entendi melhor o negócio e percebi que podia abrir uma

loja, que hoje está no Mercado do Rio Vermelho. Foi então que fui para a etapa seguinte e me tornei microempresa”.

Qualidade de vida

Além dos benefícios do MEI, o que levou Camila Anjos a aderir ao regime foi a possibilidade de uma melhor qualidade de vida. Ela conta que precisou se tornar microempreendedora para prestar serviço a uma agência de comunicação. Tempos depois, a empresa fez uma proposta com carteira de trabalho assinada e ela precisou escolher entre “ter renda fixa, direitos assegurados e voltar à rotina de escritório ou seguir como MEI, ter qualidade de vida e a possibilidade de expandir serviço como um negócio”.

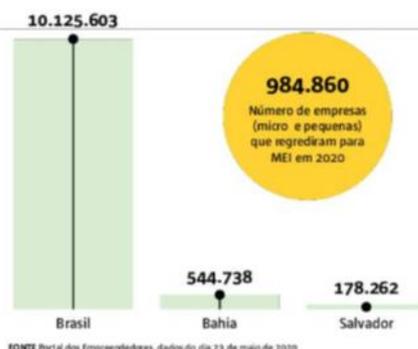
A empresa acabou aceitando a proposta de Camila e ela conseguiu fazer do seu MEI a Aporte Comunicação, que presta assessoria para empresas do segmento de tecnologia e inovação. Mas se engana quem pensa que foi fácil, a empreendedora garante que ser MEI requer responsabilidade, planejamento e organização.

O contador atribui essas

exigências ao fato de o MEI precisar ser o próprio patrão. A tributação é fixa – é preciso contribuir mesmo sem faturamento no período –, ele não pode ter sócio, só é permitido a contratação de um funcionário e ainda não tem o direito de recebimento por férias, “então ele mesmo precisa se organizar para tudo isso”. O MEI também pode acabar se tornando um empecilho para o crescimento, já que exige um faturamento anual de até R\$ 81 mil e não permite a abertura de filiais.

O negócio de Camila se deparou, antes mesmo de completar um ano, com um desafio que lhe exigiu ainda

MEIs
Número de microempreendedores Individuais em 2020



mais responsabilidade e organização: a pandemia. Mas, como ser MEI é se planejar, a empreendedora redefiniu a rotina de trabalho e readequou os valores de seus serviços. “E, mesmo com a crise conseguimos fechar um novo cliente”.

Quem também é MEI e está enfrentando grandes desafios na pandemia é Livia Sá. Formada em turismo, a empreendedora resolveu voltar à faculdade, largar o emprego com carteira e abrir seu negócio. A empreendedora conta que sua ideia inicial era trabalhar como pessoa física, mas que os próprios clientes a incentivaram a se tornar pessoa jurídica. Ela então encontrou no MEI a possibilidade de fazer isso sem precisar de um grande investimento. Hoje Livia presta o serviço de assessoria administrativa para clínicas e consultórios. Mas, com a pandemia, suas demandas mudaram.

“Agora, minha preocupação tem sido organizar as clínicas para quando elas

voltarem a funcionar, rever contratos de funcionários, ajustar dias e datas de funcionamento, definir prioridade de pagamentos, rever estratégias de marketing e ainda organizar as rotinas de limpeza, atendimento virtual”, conta. E mesmo com tantas mudanças, Livia conta que ainda está usando o momento para prospectar mais clientes. Ela garante que o MEI facilita tudo por não exigir um endereço comercial e ter emissão de notas mais descomplicadas.

No caso da Oxe é de Minas, Fred explica que as vendas têm oscilado muito, mas que oportunidades têm sido criadas. “A loja física pode limitar as ideias e os clientes não se arriscam muito em itens diferentes. Estamos funcionando no isolamento, mas também investimos mais nas mídias sociais e no delivery, que não fazíamos. Percebemos que produtos que não funcionam bem na loja vendem muito online. Em abril vendemos 30% a mais que o mesmo mês em 2019, e maio está seguindo o mesmo caminho”.

*SOB SUPERVISÃO DA EDITORA
CASSANDRA BARTELO



Fred abriu, como MEI, a Oxe é de Minas, loja de produtos mineiros na Bahia



Rafael Martins / Ag. A TARDE

Camila virou MEI em busca de qualidade de vida melhor

Veículo: A Tarde	Caderno: Opinião
Data: 30/05/2020	Página: A2

Fecomércio avalia queda e o pós-covid

Os 35 sindicatos lojistas representados pela Federação do Comércio da Bahia estão prontos a reorganizar o varejo, mediante autorização do governo e prefeituras, e com toda a segurança, não apenas cuidados, para a clientela.

A disposição, revelada pelo presidente da Fecomércio, revela o desejo da retomada do comércio para reverter o quadro atual de 18% na intenção de consumo, o menor patamar desde janeiro de 2018, com retração de 12%.

O presidente da Fecomércio defende as ações em defesa da vida dos brasileiros, embora revele-se preocupado com a economia.

– Os hospitais precisam mais respiradores e, de certa forma, o comércio também precisa, do ponto de vista da economia, para poder respirar e continuar preservando vidas, com geração de empregos, compara o presidente da Fecomércio, Carlos Andrade.

Andrade admite a hipótese de maior investimento em lojas virtuais e a organização do setor de entrega, como prioridades neste novo ordenamento, ao reconfigurar o varejo pois a forma tradicional, segundo ele, pode nunca mais voltar a ser como era.

Tribuna

O presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieb), Ricardo Alban, defendeu, em entrevista à Tribuna, que o país precisa retomar o quanto antes as atividades econômicas, seguindo os protocolos e medidas de segurança contra o coronavírus sugeridas pelas autoridades sanitárias. Na sua avaliação, a pandemia "provocou a pior crise econômica dos últimos tempos", exigindo estratégias para minorar seus efeitos negativos. "[...] o país precisa retomar o mais rápido possível as atividades econômicas, observando-se as novas regras de segurança sanitária (distanciamento, uso de máscaras, higienização das mãos, etc.), que todos nós precisamos obedecer sob pena de comprometermos nossa saúde e a de nossa família. Entendemos que o momento é de se estabelecer uma política clara de retomada da economia", disse.

De acordo com Alban, as pequenas empresas têm sido as mais prejudicadas pela pandemia, já que possuem maior dependência do mercado interno. "As grandes, que têm como escoar sua produção no mercado externo, não apresentaram uma queda expressiva da oferta ou até mesmo conseguiram expandir a produção, a exemplo dos segmentos de Refino, Papel e Celulose e algumas empresas da Petroquímica. Já os segmentos que dependem mais do mercado interno estão tendo impacto maior, como as empresas produtoras de calçados, bebidas, de veículos, metalurgia, além da indústria da Construção Civil", avaliou.



RICARDO ALBAN defendeu, em entrevista à Tribuna, que o país precisa retomar, o quanto antes, as atividades econômicas

ENTREVISTA **RICARDO ALBAN**

“O país precisa retomar, o mais rápido possível, as atividades econômicas”

GUILHERME REIS
EDITOR DE POLÍTICA
PAULO ROBERTO SAMPAIO
DIRETOR DE REDAÇÃO

Tribuna - Qual é a sua percepção sobre a crise atual provocada pelo novo coronavírus?

Ricardo Alban - A pandemia provocou a pior crise econômica dos últimos tempos, afetando países, estados e cidades. E como ainda não há uma previsão para o seu fim, uma vez que ainda não temos um mecanismo capaz de controlar absolutamente a Covid-19, só podemos fazer previsões. O que já podemos constatar é a queda brusca do consumo, produção e emprego, além de enorme prejuízo para as contas públicas.

Tribuna - Faz 3 meses que o coronavírus chegou ao Brasil. Como a indústria na Bahia tem sentido os efeitos do isolamento social e das medidas restritivas adotadas pelo governo? Qual o prejuízo estimado?

Ricardo Alban - Em função da paralisação parcial ou total de atividades, já se percebe uma forte retração econômica na Bahia. Na indústria local, esta redução está estimada em 5,5%, representando uma perda aproximada da ordem de R\$ 3,7 bilhões. Em relação à redução dos postos de trabalho, estima-se uma perda de cerca de 31 mil empregos.

Tribuna - Quais os setores da indústria que mais sofreram perdas e levarão mais tempo para se recuperar?

Ricardo Alban - Para responder esta pergunta, é

preciso considerar o porte da empresa, que é um aspecto fundamental para se analisar as consequências da crise. As grandes, que têm como escoar sua produção no mercado externo, não apresentaram uma queda expressiva da oferta ou até mesmo conseguiram expandir a produção, a exemplo dos segmentos de Refino, Papel e Celulose e algumas empresas da Petroquímica. Já os segmentos que dependem mais do mercado interno estão tendo impacto maior, como as empresas produtoras de calçados, bebidas, de veículos, metalurgia, produtos minerais não metálicos, além da indústria da Construção Civil.

Tribuna - O que fazer para que as indústrias menores tenham mais acesso a crédito?

Ricardo Alban - As pequenas e médias indústrias, que já contam com pouca infraestrutura e dificuldade de acesso ao crédito, operam no limite da sobrevivência. Até então, as linhas de crédito não estão chegando aos pequenos e muitos poderão encerrar suas atividades. É preciso o sentido de urgência e flexibilidade com a burocracia para atender estes empresários.

Tribuna - A oferta de crédito e de ajuda governamental é muito desigual para as diferentes regiões do país?

Ricardo Alban - As diferenças existentes se devem, em realidade, às enormes desigualdades regionais do país em termos socioeconômicos, o que acaba afetando expressivamente a distribuição dos referidos indicadores. Ou seja, a oferta de crédito termina sendo mais utilizada nas regiões mais desenvolvidas, que possuem nível de

atividade econômica mais forte. E as ajudas governamentais de cunho assistencialista, a exemplo do Bolsa Família, são mais demandadas nas regiões Norte e Nordeste.

Tribuna - Quanto tempo a indústria vai levar para se recuperar?

Ricardo Alban - Ainda não é possível saber quando a economia voltará à normalidade. Espera-se que haja relaxamento do isolamento social no segundo semestre, mas os impactos ainda serão intensos na economia, que demora em reagir.

período de crise agravada pelo coronavírus?

Ricardo Alban - Como todos sabem, a nossa instituição não possui qualquer posição político-partidária. Nosso trabalho vai na direção de buscar a melhoria do ambiente econômico, que se depurou com essa inusitada crise de saúde. Teremos consequências econômicas e sociais, para as quais não podemos ter uma crise política que agrave essa situação. O que, certamente, todo o setor produtivo e a sociedade desejam é que possamos ter muito menos embates e muito mais convergências.

sas exportadoras se beneficiam por receberem mais reais, por cada venda externa realizada. Desse modo, a valorização do dólar frente ao real pode acabar estimulando o comércio exterior brasileiro.

Tribuna - Que estratégias precisam ser pensadas para atravessarmos esse momento?

Ricardo Alban - Algumas empresas têm direcionado parte da sua produção para o mercado externo, enquanto outras têm conseguido realizar a reconversão industrial, adequando sua plataforma de produção para atender demandas relacionadas ao combate da pandemia, a exemplo dos segmentos de saneantes e cosméticos, que investiu na produção de álcool gel, e vestuário, que está fabricando máscaras. Mas o fato é que o país precisa retomar o mais rápido possível as atividades econômicas, observando-se as novas regras de segurança sanitária (distanciamento, uso de máscaras, higienização das mãos, etc.), que todos nós precisamos obedecer sob pena de comprometermos nossa saúde e a de nossa família. Entendemos que o momento é de se estabelecer uma política clara de retomada da economia.

Tribuna - Quais as mudanças mais significativas tudo isso que estamos vivendo trará para a indústria e a economia?

Ricardo Alban - Muitas empresas e organizações já estão adotando novos protocolos e medidas de flexibilização do trabalho, com maior uso do home office, por exemplo, ou novos layouts de chão de fábrica, garantindo mais segurança para os trabalhadores. As mudanças vão precisar de base

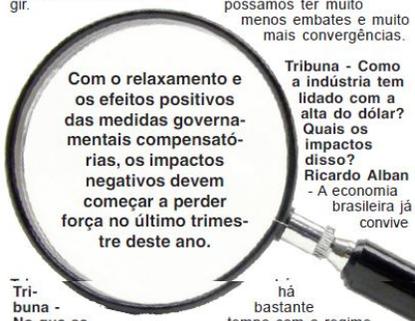
jurídica-legal, sobretudo com a negociação da jornada de trabalho e salários. No âmbito do negócio, as vendas pela internet passaram a ser realidade, assim como a redução dos custos operacionais. A crise também evidenciou a necessidade de maior participação do Governo em momentos de crise e dependência da indústria nacional de outros países quanto a insumos, peças e processos. Precisamos tomar a indústria brasileira mais sustentável.

Tribuna - O que o setor industrial tem cobrado dos governos nesse momento? Como tem sido o diálogo?

Ricardo Alban - Como regra geral, pode-se dizer que a indústria produz bens essenciais, sejam produtos ligados à saúde diretamente, sejam alimentos ou outros itens sem os quais a sociedade não pode passar muito tempo. Assim, temos acompanhado atentamente todas as medidas determinadas pelo poder público, em seus diferentes níveis, a fim de viabilizar a atividade industrial do ponto de vista de: circulação dos colaboradores; fornecimento de matérias-primas, insumos e distribuição de produtos para os consumidores; fluxo de caixa das empresas (crédito e adiantamento da cobrança de tributos) e questões burocráticas (prorrogação da validade de licenças, por exemplo). Tudo isso, em última análise, com o objetivo de garantir que não haja qualquer risco de desabastecimento.

Tribuna - Qual a expectativa do PIB da Bahia para este ano?

Ricardo Alban - A estimativa é de queda de 6,4% do PIB baiano em 2020, o pior desde 2003.



Com o relaxamento e os efeitos positivos das medidas governamentais compensatórias, os impactos negativos devem começar a perder força no último trimestre deste ano.

Tribuna - Como a indústria tem lidado com a alta do dólar? Quais os impactos disso?

Ricardo Alban - A economia brasileira já convive

há bastante tempo com o regime de câmbio flutuante, de modo que as empresas aprenderam a conviver com as flutuações. Evidentemente, as empresas industriais prefeririam uma maior estabilidade na cotação do dólar, para efeito de previsibilidade de gestão. Mas, em virtude do momento completamente atípico que o mundo e o país estão vivendo, não há muito o que se fazer a não ser lidar com a alta verificada do dólar. O efeito imediato sobre as empresas é claro: aumento substancial dos custos dos insumos e produtos importados, com enorme dificuldade de se repassar os preços ao consumidor. Em contrapartida, as empre-

Tribuna - No que se refere a medidas contra a pandemia, o que tem agradado mais a indústria?

Ricardo Alban - Devemos valorizar o exemplo que tanto o governador da Bahia como o prefeito de Salvador estão dando ao Brasil de convergência e trabalho em conjunto para a superação de uma crise que afeta a todos. Portanto, o que todo e qualquer brasileiro deseja é que todos os poderes públicos, inclusive o governo federal, se alinhem ao mesmo espírito.

Tribuna - Por falar nisso, qual a sua avaliação do governo do presidente Jair Bolsonaro até agora, principalmente nesse

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Cidade
Data: 01/06/2020	Página: 06

Tribuna

Governo prepara retomada do setor produtivo e cria uma comissão

LICIO FERREIRA
REPÓRTER

Ainda não será desta vez que a pandemia do coronavírus dará passagem à retomada do setor produtivo na Bahia. A data-limite anunciada, que seria nesta segunda-feira (dia 1º), se perdeu no calendário das ansiedades dos empresários locais. Mas o governador Rui Costa decidiu criar um grupo de trabalho para discutir a retomada do setor produtivo, valorizando produtores locais e reunindo comércio,

indústria e agricultura". Agora, o plano para retorno das atividades produtivas na Bahia, deve ser apresentado em 15 dias.

"Não tem data exata desse retorno, mas queremos deixar tudo pronto e durante 15 dias essa comissão vai ficar se reunindo para que possamos anunciar a estratégia", explicou o governador. A comissão formada por secretários da administração estadual e integrantes das federações do Comércio, Indústria e Agricultura,

Tribuna

Guedes promete novos programas de crédito para socorrer microempresas

BRASIL ECONÔMICO

Durante o webinar do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o ministro da economia, Paulo Guedes, afirmou que o crédito não está chegando às micro, pequenas e médias empresas, além de se comprometer em atuar

em novas medidas na próxima semana.

"O crédito ainda não está chegando na ponta. Falta capital de giro, a demanda é muito maior que a oferta", reconheceu Guedes sobre o novo mercado de gás. "O desempenho não é satisfatório. Vamos jogar uma nova rodada de programas de crédito", disse ele.

A afirmação vai contra

fala anterior do ministro.

Na semana passada, a divulgação do vídeo da reunião ministerial revelou que o ministro da economia havia dito que seria mais vantajoso, neste momento de crise, salvar grandes empresas – e não pequenas. No webinar, Guedes afirmou que para enfrentar a crise econômica é preciso de reações de toda a população. O ministro da economia citou

como exemplo a importância de preservar pagamentos para fornecedores e empregados domésticos, mesmo que haja dificuldades. Segundo Guedes, a medida provisória que reduz salário e jornada de trabalhadores durante a pandemia manteve 8,5 milhões de empregos formais, com perda de 1 milhão de empregos – menor que nos Estados Unidos, por exemplo.

Por causa da pandemia, PIB brasileiro encolhe 1,5% no primeiro trimestre

SIMONE KAFRUNI,
CORREIO BRASILENSE

Afetada pela crise provocada pela pandemia do novo coronavírus, a atividade econômica do país encolheu 1,5% no primeiro trimestre na comparação com último trimestre do ano anterior. Em relação ao primeiro trimestre de 2019, a queda não foi tão acentuada e o PIB recuou 0,3%.

Os dados são do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais, divulgados nesta sexta-feira (29/5), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em valores correntes, a soma dos bens e serviços produzidos no Brasil nos três primeiros meses do ano chegou a R\$ 1,803 trilhão.

A queda do PIB do primeiro trimestre deste ano interrompe a sequência de quatro trimestres de crescimentos seguidos e marca o menor resultado para o período desde o segundo trimestre de 2015 (-2,1%). Com isso, o PIB está em patamar semelhante ao

que se encontrava no segundo trimestre de 2012.

De acordo com a coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, Rebeca Palis, a retração da economia foi causada, principalmente, pelo recuo de 1,6% nos serviços, setor que representa 74% do PIB. A indústria caiu 1,4%, enquanto a agropecuária cresceu 0,6%.

Queda generalizada

Nos serviços, a queda foi generalizada, com a única variação positiva nas atividades imobiliárias, com leve alta de 0,4%. O destaque para os resultados negativos foram em outros serviços (-4,6%), transporte, armazenagem e correio (-2,4%), informação e comunicação (-1,9%), comércio (-0,8%), administração, saúde e educação pública (-0,5%), intermediação financeira e seguros (-0,1%).

Na indústria, o recuo foi puxado pelo setor extrativo (-3,2%), mas também apresentaram

"Aconteceu no Brasil o mesmo que ocorreu em outros países afetados pela pandemia, que foi o recuo nos serviços direcionados às famílias devido ao fechamento dos estabelecimentos. Bens duráveis, veículos, vestuário, salões de beleza, academia, alojamento, alimentação sofreram bastante com o isolamento social", explicou.

taxas negativas a construção (-2,4%), as indústrias de transformação (-1,4%) e a atividade de eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (-0,1%).

"A construção civil está puxando sempre para baixo a parte da infraestrutura. O mercado imobiliário até que tem se recuperado, mas com o distanciamento social, em março, ficou um pouco prejudicado. Tanto que teve queda na ocupação no trimestre e também na fabricação dos principais insumos para a construção", comentou Palis.

Tribuna

CRISE

Crédito para empresas precisa de aperfeiçoamento

LÍCIO FERREIRA
REPORTER

"No Brasil, pouco do que foi tentado, em termos de crédito para impedir o fechamento de empresas, funcionou. Dos R\$ 40 bilhões previstos na MP 944, apenas 4% encontraram destino. O mundo inteiro tem usado a ferramenta do crédito rápido e barato para impedir o fechamento das empresas e, assim, minimizar ao máximo o problema da perda de emprego e renda durante a crise do Covid-19". Essas observações são do deputado federal, Efraim Filho em artigo publicado via InfoMoney. Ainda segundo ele, no Brasil, apesar de iniciativas do Poder Executivo e do Congresso, essa questão ainda está mal resolvida,

pendente de aperfeiçoamentos. "Há necessidade de desburocratizar e simplificar a concessão dos empréstimos, vencendo o desafio de transformar linha de crédito em dinheiro efetivamente aplicado na vida real das empresas".

Sempre contundente, o deputado afirma: "A solução é aperfeiçoar os nossos programas de crédito e inserir pelo Legislativo a previsão de 100% de garantia pelo Tesouro. Com detalhe importante, sem significar 'dinheiro novo' ou aumento do déficit", sinaliza.

ADVERSÁRIOS

Na Bahia, as duas vozes ouvidas pela **Tribuna da Bahia** assim se posicionaram em respeito ao trabalho do advogado e parlamentar Efraim Filho. O presidente da

Federação das Indústrias do Estado, Ricardo Alban disse, textualmente: "A FIEB defende que o poder público estabeleça políticas extraordinárias junto ao setor financeiro, de modo a viabilizar empréstimos subsidiados aos micro e pequenos negócios, que foram obrigados a encerrar suas atividades durante a pandemia de Covid-19"; enquanto o fundador e presidente do 'Business Bahia', Carlos Falcão, afirmou que "os bancos estão sendo os maiores adversários das empresas durante a pandemia. Dinheiro represado; Aumento de taxas; Exigências cadastrais mais rígidas e garantias adicionais tomaram o acesso ao crédito ainda mais restritivo para maioria das empresas. As bonitas propagandas da televisão não são a realidade no mundo empresarial real".

Presidente da Frente Parlamentar do Comércio e Serviços, Efraim Filho diz mais: "Pouco do que foi tentado até o momento funcionou, seja a Medida Provisória 944 ou a votação do Pronampe. A modelagem 85/15 – 85% do risco para o Tesouro e 15% para os ban-

cos – gerou resultados pífios e soluções quase residuais diante da crise instalada. O que vemos no atual cenário são bancos seletivos em disponibilizar vantajosas linhas de crédito a quem menos precisaria: as grandes empresas com amplo patrimônio e capazes de apresentar garantias sólidas. Por outro lado, há histórica resistência das instituições financeiras em conceder crédito para as micro, pequenas e médias empresas, motor da nossa economia e da geração de empregos".

O deputado federal eleito pela Paraíba afirma ainda que: "Para aquelas empresas de menor porte, sobra um alto spread bancário potencializado pelo aumento do risco de inadimplência que a própria crise representa. A operação então não se realiza, seja pela burocracia impeditiva ou pelas extorsivas taxas de juros. Ao empreendedor resta a desistência, ficando o crédito empoçado por quem deveria se esforçar em fazê-lo fluir. Dos R\$ 40 bilhões previstos na MP 944, apenas 4% encontraram destino.

Cotações Agropecuárias

PRODUTO	PECUÁRIA		PREÇO
	PRACA	UNIDADE	
BARRERAS	ARRCBA	kg prazo	185,00
FEIRA DE SANTANA	ARRCBA	kg prazo	205,00
ITABETUBA	ARRCBA	kg prazo	103,00

O QUE FAZER?

No seu artigo na InfoMoney, Efraim Filho recomenda a garantia de 100% do risco das operações pela União, com o montante a ser emprestado limitado a 33% do faturamento das empresas no período pré-crise. "E agilidade com um critério mínimo de responsabilidade, aspecto determinante para superar a burocracia impeditiva do nosso sistema financeiro e evitar o empoça-

mento das linhas de crédito. Com 100% de garantia do Tesouro e risco inexistente, as instituições financeiras, especialmente os bancos públicos, poderiam passar o dinheiro com praticamente a mesma taxa Selic, atualmente em 3% ao ano, sem burocracia, acrescido de algum custo operacional residual, um verdadeiro sonho aos olhos do empreendedor nacional".

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Geral
Data: 30 e 31/05/2020	Página: 08

Tribuna

AJUDA

Bahia recebe doação de mais 30 mil máscaras de proteção

O Governo do Estado recebeu, ontem, sexta-feira (29), a doação de mais 30 mil máscaras de proteção facial da Ford, totalizando 40 mil unidades entregues pela montadora neste mês. As máscaras, produzidas na fábrica de Camaçari, são extremamente necessárias para equipar os profissionais de saúde que atuam na linha de frente do combate ao coronavírus na Bahia.

"Estamos atuando em diversas frentes no enfrentamento desta pandemia e, para isso, temos contado com a contribuição de empresas, fortalecendo o combate à Covid-19 em nosso estado. Estes protetores faciais são importantes para os profissionais que estão na linha de frente. Por isso agradecemos à Ford por esta doação", destacou o secretário do Planejamento, Walter Pinheiro.

"Esse novo lote de

máscaras, doado pela Ford, vem reforçar nossa luta para reduzir a curva de contágio aqui na Bahia. Também reforça essa união entre Estado e iniciativa privada para conter a pandemia", afirma o vice-governador João Leão, secretário de Desenvolvimento Econômico.

A montadora também entregou 15 mil máscaras para municípios da região metropolitana de Salvador. Na Bahia, os municípios de Simões Filho, Candeias e Lauro de Freitas também serão contemplados com as próximas remessas. A Ford ainda produzirá máscaras para equipar profissionais de saúde dos estados de São Paulo e do Ceará. Ao todo, serão doadas 110 mil máscaras por meio de uma parceria firmada entre a Ford, a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial) e o SENAI Cimatec.

Veículo: Bahia Econômica	Coronavírus
Data: 29/05/2020	



EM DIA DE TOMBO DO PIB, GUEDES PEDE 'SOLIDARIEDADE' PARA RETOMADA RÁPIDA DA ECONOMIA



admin 29 Maio, 2020

O ministro da Economia, Paulo Guedes, pediu nesta sexta-feira (29) compreensão e solidariedade para que a retomada da economia, após a crise do coronavírus, seja mais rápida no país. Guedes fez a declaração pouco depois de o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgar que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro caiu 1,5% no 1º trimestre, na comparação com os três últimos meses de 2019.

O resultado reflete apenas os primeiros impactos da pandemia do novo coronavírus, e coloca o país à beira de uma nova recessão, uma vez que a expectativa é de um tobo ainda maior no 2º trimestre. “Precisamos de cooperação, colaboração, compreensão, solidariedade”, disse o ministro durante um seminário virtual. Se referindo aos recentes conflitos do presidente Jair Bolsonaro com outros poderes, como o Judiciário, Guedes

apontou que disputas são “naturais” nesse período, mas defendeu trégua neste momento de crise senão “o barco naufraga.”

“É natural que nessa ansiedade, cada um ao seu estilo, um pisa no pé do outro. E quem foi pisado vai empurrar de volta. Agora, acabou. Um deu o empurrão, tomou o empurrão de volta. Todo mundo remando para chegar na margem. Quando chegar na margem, começa a briga de novo. Pode brigar à vontade na margem. Se brigar a bordo do barco, o barco naufraga”, disse.

Nas últimas semanas, o presidente Jair Bolsonaro se envolveu em conflito com diversas autoridades e instituições do país. O presidente, por exemplo, criticou governadores por adotarem, seguindo recomendação da Organização Mundial de Saúde (OMS), medidas de isolamento e restrição para evitar o avanço rápido da covid-19. Bolsonaro defende a retomada de todas as atividades para evitar impactos negativos na economia e no emprego.

Mais recentemente, o presidente fez duras críticas a ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) devido a decisões que o contrariaram, como a divulgação do vídeo da reunião ministerial de 22 de abril, apontada pelo ex-ministro da Justiça Sérgio Moro como prova da tentativa de Bolsonaro de interferir na Polícia Federal; e a ação de busca e apreensão, dentro do inquérito que apura ataques ao Supremo e divulgação de informações falsas na internet, que atingiu aliados do presidente e defensores do seu governo.

De acordo com o ministro, “depende de nós mesmos” determinar como será a reação da economia no pós-pandemia. Guedes apontou que há três opções: a chamada retomada em forma de “V”, que seria a mais rápida; a retomada em forma de “U”, um pouco mais lenta; ou então a economia pode se comportar como na forma da letra “L” que, segundo o ministro, significa “cair e virar depressão.

“Só depende de nós. Só depende de nós. Pela terceira vez, só depende de nós”, disse o ministro. “Prefiro ainda trabalhar com o ‘V’, pode ser um ‘V’ meio torto, caiu rápido e vai subir um pouco mais devagar, mas ainda é um ‘V’”, declarou.

Guedes acrescentou que, em sua visão, é preciso aperfeiçoar as instituições democráticas neste momento e disse ser “cretino” quem ataca o governo ao invés de ajudar nesse momento de crise. “Se, em vez disso, nos jogarmos uns contra os outros, atrapalharmos uns o trabalho dos outros, incriminarmos uns aos outros em vez de entender que isso veio de fora, o vírus veio de fora e está atacando o mundo inteiro. É cretino você atacar o governo do próprio país em vez de ajudar em um momento desse”, afirmou.

Sobre o debate em torno da priorização da saúde, ou da economia, o ministro afirmou que é “natural” alguém achar que um aspecto é mais importante, mas avaliou que os dois são complementares. “Alguém acha que a asa esquerda é mais importante, outro acha que é a asa direita. O pássaro não voa sem as duas asas. As pessoas não vão conseguir tocar uma economia preocupados com a saúde. As pessoas não vão conseguir salvar a saúde se também destruírem a economia. O pássaro, para voar, precisa das duas asas: da saúde e da economia”, disse.

Na visão do ministro da Economia, está na hora de lançar o “sinal” de protocolos para um retorno seguro ao trabalho, que será feito “de forma segmentada, por unidades geográficas”, quando a questão de saúde permitir. “No caso de indústrias que souberam se proteger, a construção civil está funcionando em 93% da capacidade produtiva, com 55 mil pessoas trabalhando nas obras e 10 mortes. Trágicas, porque cada morte é um universo que se extingue (...) Mas o fato é que, se 55 mil pessoas estão na construção civil e 10 vidas se apagaram, estão fazendo alguma coisa certa no protocolo de trabalho”, declarou.

De acordo com ele, esse retorno ao trabalho, de forma responsável, pode preservar vidas. “Estão possivelmente até protegendo mais vidas do que está acontecendo em comunidades pobres, onde há o isolamento, distanciamento, mas 8, 9, 10 pessoas em uma casa só. Um sai para fazer uma coisa, outro sai para fazer outra, e no final podem até se contaminar com mais velocidade do que o trabalhador que está indo para um lugar que está tomando conta da saúde. É testado, monitorado, e tratado, só depois volta. Ele pode estar sendo bem tratado”, disse.

Veículo: Bocão News	Coronavírus
Data: 01/06/2020	



Coronavírus

Crise econômica causada pela Covid-19 afeta mais a empresários do nordeste, diz estudo



01 de Junho de 2020 às 06:32 Por: Agência Brasil Por: Redação BNews 0 comentários

A crise econômica causada pela pandemia do novo coronavírus e a consequente necessidade de fechamento do comércio tem afetado mais a empresários do nordeste, de acordo com pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

De acordo com o estudo, 83% dos donos de empresas da região afirmaram ter sofrido impacto nos negócios, índice que está abaixo da média nacional, que é de 74%. Já as regiões norte e centro-oeste foram as menos impactadas, com 69% dos empresários afetados.

No sudeste, 73% dos empresários disseram ter sentido a crise nos negócios, enquanto no sul, foram 74% donos de empresas.

Já quanto à esperança de meses mais tranquilos adiante, os nordestinos também são os mais pessimistas quanto ao futuro em curto prazo. Para 87% dos executivos industriais da região, o cenário para os próximos seis meses é de forte retração.



CAPA ([HTTP://WWW.BAHIAJA.COM.BR/CAPA](http://www.bahiaja.com.br/capa)) **ÚLTIMAS NOTÍCIAS** ([HTTP://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ULTIMASNOTICIAS](http://www.bahiaja.com.br/ultimasnoticias))

MIUDINHAS ([HTTP://WWW.BAHIAJA.COM.BR/TASSOFRANCO/MIUDINHAS](http://www.bahiaja.com.br/tassofranco/miudinhas))

COLUNISTAS ([HTTP://WWW.BAHIAJA.COM.BR/COLUNISTAS](http://www.bahiaja.com.br/colunistas)) **ARTIGOS** ([HTTP://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ARTIGOS](http://www.bahiaja.com.br/artigos))

FALE CONOSCO ([HTTP://WWW.BAHIAJA.COM.BR/FALECONOSCO](http://www.bahiaja.com.br/faleconosco))

segunda-feira, 01 de junho de 2020

ECONOMIA ([HTTP://WWW.BAHIAJA.COM.BR/ECONOMIA](http://www.bahiaja.com.br/economia))

GOVERNADOR ANUNCIA COMISSÃO PARA AVALIAR RETOMADA EMPRESARIAL

Esta comissão será formada por secretários da administração estadual e integrantes das federações do Comércio, Indústria e Agricultura

Comunicação Governo da Bahia , Salvador | 29/05/2020 às 12:26

Curtir 0

Tweet



Governador Rui Costa

Foto: Elói Corrêa/GOVBA

Ricardo Alban.

Notícias falsas

Ainda durante a transmissão nas redes sociais, o governador sancionou a lei de combate à disseminação de fake news (notícias falsas), que havia sido encaminhada pelo Governo do Estado à Assembleia Legislativa da Bahia (Alba). O projeto de lei foi aprovado pelo legislativo no dia 22 de maio. De acordo com a nova lei, a criação e disseminação de notícias falsas sobre epidemias, endemias e pandemias será punida com multa, que varia entre R\$ 5 mil e R\$ 20 mil.

A punição vale para os responsáveis por elaborar, divulgar e utilizar softwares ou outros mecanismos para o compartilhamento em massa de fake news. Os valores da multa serão usados no combate à pandemia. As denúncias poderão ser encaminhadas ao Ministério Público da Bahia e os responsáveis poderão responder pelo crime de criação e compartilhamento de calúnias e mentiras.

O Governo do Estado também colocou à disposição da população todos os seus canais de comunicação, a fim de que as pessoas possam tirar dúvidas sobre informações ou mesmo denunciar notícias falsas disseminadas nas redes sociais e até na imprensa. As fake news também podem ser denunciadas por meio do Whatsapp (71) 9 9646-4095 ou pelo site bahiacontraofake.com.br (<http://bahiacontraofake.com.br/>).



(<http://www.bahiaja.com.br/enviarnoticia?>

idEditoria=1&idNoticia=126367)



MAIS NOTÍCIAS

Veículo: Política Livre	
Data: 01/06/2020	Caderno: Economia

Raul Monteiro
POLÍTICALIVRE
A POLÍTICA LEVADA A SÉRIO

01 de junho de 2020 | 09:03

Agronegócio tem receita recorde e vai aumentar participação no PIB do País

BRASIL

A agricultura vai colher este ano um dos seus melhores resultados no campo. Levantamento feito pela Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) mostra que o Valor Bruto da Produção atingirá R\$ 728,6 bilhões, aumento de 11,8% sobre 2019, maior cifra em reais da história do setor.

A expectativa é que o PIB do agronegócio passe a responder por 23,6% do total do País – no ano passado, ficou em 21,4%. “O dólar alto e os preços firmes das commodities beneficiaram a agricultura”, disse Renato Conchon, coordenador econômico da CNA. A entidade prevê que o PIB nacional caia 5,8%, previsão que ainda pode ser revista para um número maior. A informação é do jornal O Estado de S.Paulo.

Veículo: Política Livre	
Data: 30/05/2020	Caderno: Economia



30 de maio de 2020 | 11:13

Agropecuária desacelera, mas participação no total do PIB aumenta

ECONOMIA

A agropecuária adicionou R\$ 120 bilhões ao PIB (Produto Interno Bruto) neste primeiro trimestre. O valor representou 6,6% do total de R\$ 1,8 trilhão e é o maior valor nominal trimestral até agora.

A participação do valor adicionado da agropecuária no PIB total, que era de 5,3% no primeiro trimestre de 2019, subiu para 6,6% neste ano. Com isso, o setor teve uma evolução de 1,9% nos três primeiros meses, quando comparado o desempenho atual com o de igual período de 2019.

A agropecuária continua dando suporte ao PIB nacional, mas as taxas já são em ritmo menor. No primeiro trimestre deste ano, a evolução foi de 0,6%, em relação ao quarto trimestre de 2019, quando a agropecuária tinha recuado 0,4%.

O setor agrícola, contudo, é o único que mantém evolução positiva em todas as comparações feitas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Nos últimos quatro trimestres, o setor teve evolução positiva de 1,6%, em relação aos quatro anteriores. Embora o PIB da agropecuária apresente taxa positiva, o setor não está imune aos efeitos da pandemia provocada pela Covid-19.

O Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) previa, em março, uma taxa de crescimento de 3,8% para a agropecuária em 2020. Agora, dependendo da intensidade do estresse econômico, a evolução será de apenas 1,3%. Sem um grande estresse, a evolução do PIB agropecuário poderá atingir 2,5%, avalia o instituto.

A evolução da taxa no primeiro trimestre ocorre devido ao bom desempenho de algumas safras típicas do período.

Após uma queda de produção para 113 milhões de toneladas em 2019, a soja deverá chegar a 123 milhões neste ano. Além de área maior, houve um aumento de produtividade. Segundo a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), a alta da produtividade será de 2%.

Uma outra surpresa neste primeiro trimestre foi a evolução da colheita de arroz. Em queda nos últimos anos, devido à baixa remuneração recebida pelos produtores, a colheita desse cereal deverá ficar próxima de 11 milhões de toneladas, com aumento de 4%.

O lado negativo deste início de ano são a queda de produção na pecuária e a redução na produtividade do milho.

Os abates de boi caíram 9,2% no primeiro trimestre, em relação a igual período do ano passado.

Houve uma oferta menor de bois devido ao abate de fêmeas nos anos anteriores. Já a suinocultura e a avicultura mandaram mais animais para os frigoríficos.

A safra recorde de grãos neste ano auxilia na evolução do PIB. A pecuária, no entanto, embora esteja havendo uma boa demanda externa, vai sofrer com a queda de demanda interna nos próximos trimestres.

Folha

Reabertura prematura pode tornar mais lenta a recuperação, diz FGV

Professor da FGV alerta para o risco de o país repetir o erro do Chile na retomada das atividades econômicas

Por **Bruno Villas Bôas** — Do Rio

01/06/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

A ansiedade do presidente e de governadores para reabrir a economia pode provocar novas ondas da pandemia de covid-19, o que exigirá medidas adicionais de isolamento e lentidão na recuperação da atividade, diz Pedro Cavalcanti Ferreira, professor da Escola Brasileira de Economia e Finanças (EPGE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

“O Brasil, com o número de casos diários que tem hoje, sem ter o vírus realmente controlado, não está pronto para começar a liberar a abertura de comércio e serviços. Existe risco de termos um voo de galinha”, diz Ferreira, doutor pela Universidade da Pensilvânia e diretor da FGV Crescimento e Desenvolvimento, em entrevista ao **Valor**.

Na sexta-feira passada, o IBGE divulgou queda de 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no primeiro trimestre, frente ao quarto trimestre de 2019, confirmando o cenário de recessão que vem sendo traçado pelos analistas. O consumo das famílias recuou 2% por esse tipo de comparação, o pior resultado desde 2001, ano do racionamento de energia elétrica.

Ferreira lembra que foi em uma tentativa de salvar a economia que o Chile fez de forma prematura sua reabertura. O plano chamado “Retorno Seguro” anunciado no fim de abril, com a reabertura de alguns centros comerciais, resultou no aumento do

número de casos - o país tem agora a pior estatística de casos per capita da América Latina.

Para ele, as medidas econômicas do governo para enfrentamento da pandemia foram “muito boas” e pouco poderia ter sido acrescentado pelo Executivo, no curto prazo, para impedir a queda da atividade econômica a partir de março. É o caso da redução da jornada de trabalho com redução de salários e o auxílio emergencial de R\$ 600.

O pecado foi a posição contrária do presidente Jair Bolsonaro às medidas de isolamento social anunciadas por governadores. Sem apoio do governo federal, seja em pronunciamentos ou por campanhas orientando a população sobre a necessidade de ficar em casa, a quarentena acabou afrouxada.

“O governo federal não teve a liderança necessária num momento em que o país precisava. Isso elevou o nível de conflito e de má informação. Para piorar, o presidente desdenhou da gravidade de crise de saúde desde o começo”, acredita Ferreira.

Para o segundo trimestre deste ano, o economista cita previsões do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV) de queda de 9,4% do PIB, frente aos três meses anteriores. Se confirmada, será a maior queda da atual série histórica do PIB, que tem início no segundo trimestre de 1996. Na comparação ao segundo trimestre do ano passado, a previsão é de queda de 11,2%.

O economista afirma ainda que a recuperação da atividade deverá ocorrer em formato de “U” longo, o que significa uma forte queda seguida por uma recuperação lenta. Para ele, a recessão econômica iniciada neste primeiro trimestre não vai terminar neste ano, mesmo com a reabertura do comércio e serviços nas grandes cidades.

“O problema da pandemia será resolvido apenas quando tivermos vacina. Mesmo reabertos, os restaurantes vão continuar vazios, as famílias vão viajar menos. As pessoas seguirão com medo de serem contaminadas. Assim, a incerteza tende a permanecer elevada e as firmas vão investir menos. A gente não sai da recessão”, acrescenta o economista.

Outro motivo para a lenta recuperação está na série de desequilíbrios criados pela pandemia de covid-19. Um deles é fiscal. O déficit do setor público deverá ficar próximo de 10% do PIB em 2020 e o nível de endividamento poderá escalar para 93% do PIB.

“Estão todos concordando que é o momento exige aumento de gastos e concordo com isso. Dar mais crédito para as firmas, flexibilizar contratos. São desequilíbrios necessários. Mas daqui a alguns meses podemos bater em um teto e não vai ter mais espaço para adotar medidas. Isso talvez torna a recuperação mais lenta no futuro”, acrescenta.

Um dos caminhos para acelerar essa recuperação da economia é reduzir o nível de incerteza política no país. A relação conflituosa do presidente Bolsonaro com demais poderes afasta investidores, que preferem um ambiente mais estável e claro, diz Ferreira. “É claro que, dada a sucessão de eventos, a estabilidade política exigiria um milagre”, afirma Ferreira.

Outra forma de reduzir incertezas e acelerar a recuperação da atividade econômica seria com a retomada da agenda de reformas que estava sobre a mesa antes da pandemia - reformas administrativa, tributária, abertura comercial, melhoria regulatória e desburocratização. “É preciso sinalizar para a população e investidores que existe uma agenda para o país”, diz ele.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta
VITAL 4K

LINK PATROCINADO

Aos 70 anos, esse é o carro que Faustão dirige
MISS PENNY STOCKS

LINK PATROCINADO

mercado coronavírus

Identidade digital, pergunte à Índia

Sistema de identidades digitais únicas resolveu o problema da invisibilidade no país

Ronaldo Lemos

Advogado, diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro

A crise da Covid-19 expôs o quanto o Brasil se desviou do trilho do desenvolvimento. Outros países do Brics vinham prosperando nos últimos anos, promovendo inclusão da população na base da pirâmide social. Uma boa pessoa para falar sobre isso é Nandan Nilekani, um dos articuladores do sistema de identidades digitais da Índia.

Nilekani tem 64 anos e, antes de se juntar ao governo como diretor do órgão de identidades digitais do país, foi um dos fundadores da Infosys, mul-

tinacional de tecnologia que faturava US\$ 20 bilhões anuais. Para entender o salto indiano, basta olhar alguns números simples que Nilekani traz em suas apresentações. Em 2008, apenas 17% dos adultos do país tinham conta em banco. Em 2011, a Índia alcançou a média global de bancarização. Em 2018, 82% da população adulta havia sido bancarizada, ultrapassando em muito a média global.

Pelos caminhos normais de desenvolvimento, essa trajetória de 2008 a 2018 teria levado 46 anos. O que fez a diferença

no país foi o uso de tecnologia aliado a uma política pública clara e efetiva. O nome mais popular dessa mudança é o sistema conhecido como Aadhaar (palavra que em hindu significa "fundação"). Trata-se de um sistema de identidades digitais únicas, que resolveu o problema da invisibilidade no país. Esse problema veio à tona de forma trágica no Brasil. Em tempos de Covid-19, "descobriu-se" que há cerca de 30 milhões de brasileiros fora dos cadastros governamentais. São os invisíveis-ingovernáveis, que

inexistem para o Estado.

As fluxas nas agências da Caixa conjugadas com a insuficiência e o aplicativo lançado pelo governo são a superfície desse problema, que no Brasil cobra seu preço em vidas.

Já a identidade digital indiana funcionou justamente como "fundação" para o processo de inclusão social e financeira. Sua principal característica é a simplicidade. O Aadhaar utiliza só quatro dados básicos: nome, data de nascimento, sexo e endereço (ou outro identificador, como telefone). A esses quatro

dados a identidade agrega até três identificadores biométricos únicos (digital, íris e rosto). A conjugação desses elementos leva à geração de um número único de 12 algarismos.

Esse sistema torna-se, então, o passaporte único das relações entre cidadãos e governo, contrastando com o Brasil, que vive uma multiplicação de cadastros administrativos e documentos.

Há atualmente na Índia mais de 1,2 bilhão de usuários do Aadhaar. Para abrir uma conta bancária (ou receber benefícios sociais), todas as operações passaram a poder ser feitas pelo celular, dispensando a presença física. Foram abertas 647 milhões de contas bancárias, e US\$ 32,4 bilhões em benefícios sociais já foram distribuídos através dele.

Outra característica do Aadhaar é que ele não comporta divisões sociais entre ricos e

pobres. No Brasil, os ricos têm acesso a sistemas de identificação digital que permitem fazer algumas ações pela internet (como é o caso do vergonho Certificado Digital, ordenado pelo ITI). Já a população mais pobre ou não tem documentação alguma ou vive condenada ao martírio da burocracia de papel.

Resolver o caos do sistema de identificação no Brasil deveria ser tarefa essencial dentre as muitas medidas que o país precisa adotar para retornar ao trilho do desenvolvimento.

READER

Já era Encostar em tudo sem se preocupar

Já é Medo de tocar em lugares públicos em razão da Covid-19

Já vem Economia low touch (de baixo índice de contato físico)



PEQUENOS EMPRESÁRIOS PROTESTAM CONTRA ISOLAMENTO

Uma mulher segura cartaz com a inscrição "Epidemia de estupidez generalizada" em protesto de pequenos empresários, neste domingo (31), em Buenos Aires, na Argentina, contra a quarentena obrigatória decretada pelo governo há mais de 10 semanas. *Alexandre Pagnu/APP*

Grupo pede imposto sobre ricos para auxílio emergencial

Pesquisadores defendem que contribuição arrecadaria extra de R\$ 121,5 bi para a prorrogação do benefício

Ricardo Balthazar

SÃO PAULO A prorrogação do auxílio emergencial pago a trabalhadores de baixa renda atingidos pela crise do coronavírus se tornará inevitável nos próximos meses e obrigará o governo a buscar novas formas de financiá-lo, afirma um grupo de pesquisadores que monitora as políticas de combate à pandemia. Integrante da Rede de Pesquisa Solidária, iniciativa que reúne dezenas de instituições acadêmicas públicas e privadas, o grupo sugere a criação de uma contribuição emergencial que taxe a renda dos mais ricos para sustentar a renovação do programa sem aprofundar o desequilíbrio das contas públicas.

Dos R\$ 152 bilhões destinados ao auxílio pelos créditos extraordinários criados desde o início da pandemia, o governo já gastou R\$ 75 bilhões com as duas primeiras parcelas do benefício, que a lei manda pagar por três meses. O número de beneficiários atingiu 58 milhões, segundo a Caixa Econômica Federal.

No início de maio, a Instituição Fiscal Independente, vinculada ao Senado, estimou que o custo do programa poderá atingir R\$ 154 bilhões com o agravamento da crise econômica e o cadastramento de novos beneficiários, exigindo novos recursos orçamentários mesmo sem a prorrogação do auxílio.

O grupo ligado à Rede de Pesquisa Solidária calcula que mais de 61 milhões de trabalhadores preenchem hoje os requisitos necessários para receber o auxílio emergencial, que é destinado a trabalhado-

res do setor informal que vivem com renda familiar mensal inferior a R\$ 3,135 antes da pandemia.

Os pesquisadores estimam que a prorrogação do auxílio por mais três meses custaria R\$ 121,5 bilhões, ou R\$ 40,5 bilhões por mês, num cenário em que seriam mantidos o valor mensal do auxílio e os limites que restringem o acesso ao benefício, como fazem diversos projetos em discussão no Congresso.

"Mesmo com um aprofundamento da crise, o custo mensal do programa não seria muito diferente do que observamos agora, por causa das restrições impostas pela lei", diz o sociólogo Ian Prates, pesquisador do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) e um dos coordenadores do grupo.

Os pesquisadores calculam que a taxa de desemprego atingirá 26,6% em junho, com o agravamento da crise. Dados publicados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) na quinta-feira (28) indicam uma taxa de 12,6% no trimestre de fevereiro a abril, ou seja, no início da pandemia.

Muitas pessoas que correm o risco de ficar sem trabalho e renda não se enquadram nos limites para obter o auxílio. Milhões de trabalhadores também não atendem aos requisitos para receber o seguro desemprego, de acordo com um estudo recente.

Segundo um levantamento feito pela Rede de Pesquisa Solidária, seis dos nove projetos em discussão no Congresso prorrogam o auxílio emergencial até dezembro. O governo já indicou que está dispo-

so a renovar o programa, mas cogita uma redução do valor da ajuda mensal, para R\$ 200.

A devastação causada pelo novo coronavírus e o impacto do auxílio emergencial têm levado especialistas em políticas sociais a defender a criação de um programa de caráter permanente, que garanta uma renda básica a toda a população brasileira, substituindo o Bolsa Família e outros programas assistenciais.

A Rede de Pesquisa Solidária aponta como opção para financiar a prorrogação do auxílio emergencial nos moldes atuais a criação de uma contribuição que atingiria temporariamente pessoas que têm renda mais elevada, com alíquotas de 1% a 20% para os que tiverem renda mensal superior a R\$ 15,675.

A proposta foi apresentada em abril pela economista Ursula Dias Peres, da Universidade de São Paulo, com Fábio Pereira dos Santos, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em artigo publicado pelo jornal O Estado de S. Paulo. Eles calculam que o novo imposto permitiria arrecadar R\$ 142 bilhões em um ano.

"A discussão sobre a prorrogação do auxílio emergencial nos obriga a pensar sobre alternativas como essa", afirma Prates. "A crise provocada pela pandemia abre uma janela de oportunidade para discutir uma rede de proteção social mais inclusiva e um sistema tributário mais justo e progressivo."

A Rede de Pesquisa Solidária começou a trabalhar em abril e tem produzido boletins semanais com os resultados de seus estudos.

Central Nacional Unimed - COOPERATIVA CENTRAL
CNPJ/MF nº 02.812.468/0001-06 - NIRE 35.400.050.951

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocadas as 323 (trezentas e vinte e três) Associadas da CENTRAL NACIONAL UNIMED - COOPERATIVA CENTRAL ("CNU"), para se reunir em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a realizar-se no dia 17 de junho de 2020, às 12h00min, em primeira convocação, às 13h00min, em segunda convocação, e às 14h00min em terceira convocação, de modo exclusivamente digital, nos termos da Instrução Normativa DREI nº 79/2020 (1º DREI nº 79/2020), por meio de plataforma digital a ser disponibilizada pela CNU, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

1. Prestação de Contas da Administração, compreendendo o Relatório da Gestão, o Balanço Geral com as devidas Demonstrações Financeiras e os Resultados, o Demonstrativo das Sobras apuradas, o Parecer da Auditoria Externa Independente e o Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2019;
2. Designação das Sobras apuradas no exercício social encerrado em 31/12/2019;
3. Eleição dos membros do Conselho Fiscal;
4. Definição da remuneração dos membros da Diretoria Executiva e das Cédulas de Presença por comparecimento às reuniões para os membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração;
5. Aprovação do plano de Metas da CNU para o exercício social de 2020; e
6. Eleição do membro do Conselho de Administração para a substituição do representante da Unimed Golânia.

Notas:

- a) Quórum de Instalação:** O quórum de instalação é de: (i) 2/3 (dois terços) do número das Associadas, em primeira convocação; (ii) metade e mais uma das Associadas, em segunda convocação; e (iii) qualquer número de Associadas, em terceira convocação;
- b) Quórum de Deliberação:** As deliberações serão tomadas por maioria do total dos votos dos Delegados presentes, no momento da votação e que não estejam impedidos de votar, sendo vedado o voto por procuração;
- c) Documento à Disposição das Associadas:** Em atendimento ao artigo 8º, alínea "g" do Estatuto Social da CNU, os documentos pertinentes às matérias a serem apreciadas na AGO foram divulgados, ampla e reiteradamente, às suas sócias, nos dias 10, 17 e 18 de março de 2020, se mantendo, disponíveis para consulta, através do link já fornecido desde a primeira divulgação, e acessíveis pelo Manual de Participação da Assembleia.
- d) Eleição dos membros do Conselho Fiscal e do substituto do Conselho de Administração:** As inscrições deverão ser realizadas, de forma eletrônica, através do e-mail administrado pelo Núcleo de Governança Corporativa e Secretário (ago2020@centralnacionalunimed.com.br), no período compreendido entre a data da publicação deste Edital de Convocação, até 05 (cinco) dias antes da realização da AGO, mediante apresentação dos documentos referidos no artigo 5º do Estatuto Social da CNU. Após o período de pandemia do COVID-19, a referida documentação deverá ser encaminhada para a sede da CNU, em via física;
- e) Credencial - Indicação de Delegado:** A delegação será exercida na forma do disposto no artigo 20 do Estatuto Social da CNU, mediante preenchimento do credencial disponibilizada para as associadas através de e-mail e divulgada no website da CNU (www.centralnacionalunimed.com.br);
- f) Participação Digital:** I) As associadas que desejarem participar da AGO deverão enviar a credencial preenchida para o e-mail ago2020@centralnacionalunimed.com.br; II) Após o recebimento do credencial, o Núcleo de Governança Corporativa e Secretário da CNU enviará, por e-mail, ao delegado indicado pela Associada, as instruções para acesso ao sistema digital de participação na AGO e efetivação do cadastro na plataforma digital disponibilizada. A conclusão do processo de cadastro e da inscrição de ingresso na plataforma digital serão a garantia de sua participação na Assembleia; III) Para fins de melhor organização da AGO, recomenda-se às Associadas o credenciamento e a efetivação da inscrição na plataforma digital, com antecedência mínima de 48 horas a contar da hora marcada para a realização da AGO; IV) A CNU sugere que as Associadas acessem a plataforma digital previamente para realização de testes e reconhecimento de suas funcionalidades, objetivando otimizar sua utilização no dia da AGO; V) Na data de realização da AGO o acesso à plataforma digital deverá ser realizado com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência em relação ao horário previsto para seu início; VI) A Associada devidamente cadastrada que participar por meio do sistema eletrônico disponibilizado pela CNU será considerada presente à AGO; e VII) A CNU não se responsabiliza por problemas de conexão que as Associadas venham enfrentar, assim como por quaisquer outras situações que não estejam sob o seu controle, incluindo, mas não se limitando, instabilidade na conexão com a internet, incompatibilidade com a plataforma digital, com os equipamentos utilizados, falta no fornecimento de energia elétrica, dentre outros;
- g) Cancelamento e Desconvocação:** Tendo em vista a extensão do período de quarentena estabelecido pelo Governo do Estado de São Paulo, ficam sem efeito o Edital de Convocação publicado no jornal Folha de São Paulo, no dia 09 de março de 2020 e o Edital de Adiantamento posteriormente publicado no jornal Folha de São Paulo, no dia 18 de março de 2020, restando, portanto, o cancelamento e a desconvocação da Assembleia Geral Ordinária que ocorreria em 25 de março de 2020; e
- h) Suporte:** As dúvidas de acesso ou uso da plataforma digital poderão ser encaminhadas para o e-mail ago2020@centralnacionalunimed.com.br ou por sanadas pelos telefones (11) 97101-2293/(11) 96905-3078/(11) 94325-3045 ou (11) 99003-3534.

São Paulo, 01 de junho de 2020
Alexandre Augusto Ruschi Filho - Presidente do Conselho de Administração da Central Nacional Unimed - Cooperativa Central

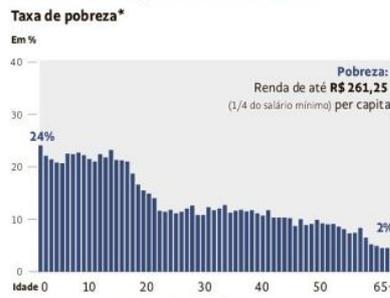
VIZEU ONLINE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA ON-LINE CAIXA

WASHINGTON LUIZ PEREIRA VIZEU, leilão oficial inscrito no JUCISF nº 414, com escritório à Avenida Indaípolita, 2895, Planalto Paulista - São Paulo/SP, telefones: (11) 5071-8555, (11) 99626-0509, Arrematante autorizado pelo Credor Fiduciário CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, CNPJ nº 06.360.205/0001-04, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lote 3/4, cidade de Brasília/DF, nos termos do instrumento particular, no qual figuram como Fiduciária: RILIANO CASTRO ROVERETTI, brasileiro, Avulso, Inscrição RG nº 30.370.384-5/SP/DF nº 21.108.838-5, solteiro, residente e domiciliado em Guarulhos/SP, inscrita a PUBLICO LEILÃO, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, de 15 de junho de 2020, às 14:00 horas, na modalidade online através do site: www.vizeuonline.com.br, em PRIMEIRO LEILÃO, com lance mínimo igual ou superior a R\$ 1.786.794,33, com propriedade constituída em nome da credor fiduciária, constituída DE TERCEIRO USUÁRIO, sem beneficiária identificada como LOTE 2, de quadra 06, de loteamento denominado "ALPHAVILLE RESIDENCIAL 6", situado na cidade, distrito e município de SANTANA DE PARNAÍBA, mesa comarca de Barueri/SP, que assim se descreve: mede 16,00 metros de frente para a ALAMEDA DAS DALIAS, de lado direito de quem se refere a Avenida Itália para o terreno mede 30,00 metros da frente ao fundo e confronta com o lote nº 23, de lado esquerdo na mesma ordem mede 30,00 metros e confronta com o lote 21, e na fundos mede 16,00 metros e confronta com o lote nº 2453.1.34.68.0132.00.000. Para consultar na Av. 02 da Refinaria Matriz/CA. A construção de uma casa residencial com 407,615m² que recebeu o nº 148 da Alameda das Dalias, e uma garagem com 32 m², totalizando 439,615m² de área construída. Av. 02 - D. Imóvel inscrito em Matrícula de Registro de Imóveis Prefeitura Municipal de Parnaíba sob nº 24362.34.89.0132.00.001. Imóvel objeto da matrícula nº 518.87 do CENÁRIO DE REGISTRO DE MOVIMENTOS BARUERI/SP Obs: Dequada, Desoneração por conta do adquirente, nos termos do art. 30 de lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia 30 de junho de 2020, no mesmo horário, na modalidade online através do site: www.vizeuonline.com.br, para realização do SEGUNDO LEILÃO, com lance mínimo igual ou superior a R\$ 1.640.554,97. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O arrematante pagará até o valor total da alienação e a comissão do leilão, correspondente a 5% sobre o valor de arrematação. Caso haja arrematante, o montante de venda e compra será lançada em até 60 dias, contados da data do leilão. As demais condições observadas ao que regula o Decreto nº 21.361 de 18 de outubro de 1932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 11 de novembro de 1933, e demais disposições de legislação aplicável.

Informações: (11) 5071-8555/99626-0509/95082-0509 - www.vizeuonline.com.br

mercado **coronavírus**

Pobreza no Brasil por faixa etária em 2019



*Folha de pagamento do Bolsa Família de abril/2020
**Foram alocados pelo governo R\$ 15,3 bilhões para o programa de três parcelas de R\$ 600

Debate sobre renda básica deixa de ser utopia e mobiliza economistas

Auxílio emergencial mostra fragilidades e resgata modelo defendido há 30 anos por Suplicy

Fernanda Mena

SÃO PAULO O pagamento do auxílio emergencial de R\$ 600 durante a pandemia resgatou o debate sobre a importância de um programa permanente de renda básica, antes relegado à prateleira das utopias, e tirou do armário políticos, pesquisadores e economistas de diversas vertentes, agora abertamente interessados no tema.

Só nos últimos 15 dias, dois projetos de lei sobre renda básica universal foram apresentados no Senado. Um, de José Serra (PSDB-SP), estabelece critérios de concessão e revoga a lei que isentou de tributação lucros e dividendos, destinando esta arrecadação exclusivamente ao benefício.

Outro, de Randolfé Rodrigues (Rede-AP), avança na questão do benefício, estabelecido em meio salário mínimo por adulto, mais uma quarta de salário por criança ou adolescente menor de 18 anos. Quando apenas um dos pais for o chefe de família, o benefício-base é dobrado.

"A renda básica sempre foi um tema instigante de pesquisa, mas não tinha viabilidade política", avalia a economista Monica de Bolle, da Universidade John Hopkins (EUA), que ajudou a formular o projeto do senador da Rede. "Agora, dadas as condições políticas, por que não colocar na mesa o debate de uma renda básica permanente?"

Citando a importância do auxílio oferecido durante a pandemia, ambos os projetos do Senado têm como ponto de partida a Lei de Renda Básica de Cidadania, de 2004, de autoria do ex-senador Eduardo Suplicy (PT), defensor da renda básica no Brasil há 30 anos.

Essa lei estabelece a implementação progressiva da renda básica universal. Para o próprio Suplicy, o Bolsa Família, lançado em 2006, seria uma etapa inaugural desse programa bem mais amplo. De lá para cá, no entanto, ainda não houve uma segunda etapa.

O debate sobre esse instrumento de proteção social ganhou relevo nos últimos anos, mesmo que timidamente, a partir do aumento da desigualdade, da automação que vem transformando o mercado de trabalho e da precarização de contratos. Nesse contexto foi fundada, em 2019, a Rede Brasileira de Renda Básica, que tem Suplicy como presidente de honra e reúne pesquisadores em torno do tema.

As discussões mais pragmáticas, porém, só ganham corpo agora, com uma pandemia destruindo empregos e a concessão do auxílio atraindo mais de 50 milhões de brasileiros.

Em certa medida, a crise expõe a vulnerabilidade social no país e as fragilidades de seu sistema de proteção social. O auxílio de R\$ 600 por três

meses, que é uma espécie de renda básica provisória, demonstra quão reduzidas são as cifras do principal programa de proteção social brasileiro, o Bolsa Família, que até tem sofrido perdas no número de beneficiados e no valor real dos repasses desde 2015.

Em abril deste ano, o Bolsa Família atingiu 14,27 milhões de beneficiários, investindo cerca de R\$ 2,7 bilhões naquele mês para oferecer um repasse médio de R\$ 188 por família.

O auxílio emergencial está prestes a atingir a marca de 58 milhões de beneficiários, deve envolver investimentos totais da ordem de R\$ 15,3 bilhões e transferências de R\$ 1,200 por família — valor mais de 500% superior ao repasse médio do tradicional programa de combate à pobreza.

"O auxílio emergencial colocou a ideia de proteção social das camadas mais pobres em um outro patamar e mostrou quão modestos são os benefícios do Bolsa Família", analisa Luis Henrique Paiva, pesquisador do Ipea e secretário do Bolsa Família de 2012 até 2015.

"Vai ser muito difícil voltar para um benefício de caráter tão modesto e focalizado depois desta experiência", pondera ele, que também é professor do IDP (Instituto de Direito Público) em Brasília. "O impacto da renda emergencial tem sido muito grande. Recebi relatos de pessoas que, com os R\$ 600, conseguiram entrar no supermercado para fazer compras pela primeira vez em um ano", conta.

O auxílio e o Bolsa Família têm naturezas diferentes. O programa emergencial do governo foi criado para repor parte do ganho regular de trabalhadores informais de baixa renda, que foi fortemente reduzido ou até extinto durante o distanciamento social. O Bolsa Família, por sua vez, tem a função de complementar a renda de brasileiros pobres e extremamente pobres.



“Um programa focado em crianças é mais barato e atinge, indiretamente, os mais pobres”

Rogério Barbosa
pesquisador do Centro de Estudos da Metrópole da USP e membro da Rede de Pesquisa Solidária

Benefício Emergencial x Benefício Permanente

A diferença oceânica entre o programa de reposição de renda da pandemia e o programa de complementação de renda do Estado



Questões em estudo sobre a renda básica

- Como garantir uma inclusão documental (cadastro ampla para que o sistema "enxergue" os brasileiros mais vulneráveis?)
- A política de proteção deve ser universal ou focalizada?
- Se focalizada, deve ser por renda ou grupo etário (como crianças e adolescentes, por exemplo)?
- Deve substituir outros benefícios ou se somar a eles?
- Que tipo de reforma tributária traria recursos sem espantar empresas e investidores?

Auxílio deve continuar sob outro formato, diz secretário de Guedes

BRASÍLIA O secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, afirmou na quinta-feira (28) que o auxílio emergencial, voltado principalmente a trabalhadores informais, provavelmente será prorrogado. Segundo ele, no entanto, o programa teria que funcionar sob um outro formato. "O auxílio emergencial será prorrogado? Muito provavelmente sim, mas com outro perfil, outro formato. É um programa valiosíssimo, de alta efetividade, mas caro", afirmou em audiência virtual promovida por comissão do Congresso.

Ele afirma que o programa custa R\$ 51,5 bilhões por mês, um valor que considera muito alto. Por isso, defendeu que seja avaliada a efetividade e o custo da medida. "Não cabe uma extensão muito prolongada, nas nossas contas", disse. Embora não tenha mencionado o valor a ser concedido durante a prorrogação, o Ministério da Economia tem defendido um corte dos atuais R\$ 600. O titular da pasta, Paulo Guedes, já disse querer R\$ 200.

Waldery reforçou o posicionamento de Guedes ao dizer que a referência para a extensão deve ser o pagamento do Bolsa Família, que em média paga cerca de R\$ 200 aos beneficiários.

"Pode ser prorrogado. Uma prorrogação de R\$ 200 implicará custo por mês de aproximadamente R\$ 17 bilhões, então estamos dando atenção ao seguimento mais afetado da população".

No Congresso, há pressões para manter o valor em R\$ 600. A senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA) afirmou que o tema está sendo discutido e que foi apresentado um projeto para a extensão do programa por mais três meses.

O auxílio é a medida que mais exige recursos públicos: R\$ 153 bilhões a serem usados nos três meses.

Fábio Pupo e Iara Lemos

Governo promete analisar pedidos em até 20 dias

BRASÍLIA O governo promete analisar os pedidos de auxílio emergencial num prazo máximo de 20 dias.

Há 10,6 milhões de pedidos na fila, sendo que 5,2 milhões estão em reavaliação.

A AGU (Advocacia-Geral da União) fechou um acordo com o Ministério da Cidadania e com a Caixa, responsável pelo pagamento dos recursos, por causa de uma ação civil pública apresentada pela DPU (Defensoria Pública da União) para que a liberação fosse automática em caso de atraso.

A Advocacia-Geral da União avalia, portanto, que a negociação deve diminuir as ações judiciais sobre o benefício emergencial e facilitar o acesso aos recursos. O acordo tem abrangência nacional.

"Isso vai dar transparência dos papéis e o prazo para cada órgão [que participa do processo do auxílio emergencial]", disse Thomé.

Pelo acordo, a Caixa deverá iniciar o pagamento dos benefícios aprovados em até três dias úteis, contados a partir do recebimento dos recursos pela União. Segundo ele, esse prazo já está sendo cumprido.

Thiago Resende

O abismo entre as cifras dos dois programas de proteção social, no entanto, levou à discussão de que esse tipo de política pode ser mais ampla e efetiva e incitou pesquisadores e analistas a abordar, na ponta do lápis, a proposta de uma renda básica permanente, com abrangência mais ampla ou mesmo universal.

"Apesar de a pandemia ser um fenômeno transitório, e a política pública para ela ser também transitória, surgiu na sociedade a demanda por um programa permanente", diz o economista Samuel Pessôa, pesquisador do Ibr/FGV que escreveu sobre o tema em sua coluna na Folha. "Virou uma pauta, que temos a obrigação de tratar com a maior seriedade e correção técnica possível."

Vários modelos estão na mesa de discussões

SÃO PAULO No novo debate sobre renda básica, são muitas as alternativas. Há propostas de benefícios universais e condicionais, como prega Suplicy, reduzindo burocracias e seus respectivos custos, e há aquelas que mantêm condições, para restringir o número de pessoas atendidas.

Há trabalhos em que a renda básica substitui outros mecanismos de proteção social, e há casos em que os instrumentos coexistem, permitindo que o beneficiário opte pelo programa mais vantajoso.

Dois exemplos ilustram essa diversidade.

Rozane Siqueira e José Ricardo Nogueira, do departamento de economia da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco), concluíram em pleno início da pandemia um exercício de uma renda básica universal de R\$ 406 para todos os cidadãos brasileiros, financiada por um Imposto de Renda

de alíquota única de 35,7% sobre todas as rendas (capital e trabalho formal e informal), eliminando regimes especiais.

A renda básica universal substituiria todos os benefícios assistenciais de valor menor que ele, menos o BPC (Benefício de Proteção Continuada). "Ao combinar um imposto uniforme com transferência, o resultado é um sistema muito progressivo, em que 64% da população teria ganhos líquidos, e as perdas, que não são grandes, se concentrariam no topo", diz Rozane, professora de economia na UFPE.

Rogério Barbosa, pesquisador do Centro de Estudos da Metrópole da USP e membro da Rede de Pesquisa Solidária, fez cálculos preliminares de uma renda básica universal para crianças e adolescentes de até 18 anos e seu impacto na redução da pobreza.

Uma renda universal de R\$ 261,25 (um quarto do salário mínimo) conferido aos pais ou responsáveis de todas as crianças de 0 a 17 anos do país beneficiaria mais de 122 milhões de brasileiros. O valor médio do benefício por família seria de R\$ 472,93. E o investimento anual no programa seria R\$ 158,95 bilhões.

Com isso, a taxa de pobreza do Brasil poderia cair de 12,37% para 6,32%, considerando pobres os com renda per capita inferior a um quarto do do mínimo, cuja maioria é composta por aqueles com menos de 18 anos.

"Um programa focado em crianças é mais barato e atinge, indiretamente, os mais pobres [que, em geral, têm mais filhos]", diz Barbosa. "Ao mesmo tempo, contorna o problema do incentivo à informalidade, que ocorre no caso de programas focalizados em renda."

Para ele, a renda básica "não substitui todas as funções do Estado" e, portanto, não pode ser custosa a ponto de comprometer o orçamento de áreas já subfinanciadas, que

disputam recursos, como saúde e educação.

"Tem que ser pagável e resolver um problema econômico. A pandemia inaugura a necessidade de pensarmos de maneira diferente. E estamos impelidos a pensar em uma reforma tributária", diz.

Na hora da conta, em que valores e beneficiários entram numa planilha, os muitos arranjos possíveis convergem a um mesmo ponto: a necessidade de uma reforma tributária que torne o sistema mais progressivo, ou seja, que recolha mais impostos daqueles que dispõem de maiores recursos.

"Existe capacidade para uma reforma que, após a recuperação da economia, gere R\$ 100 bilhões ou R\$ 120 bilhões por ano", diz o economista Rodrigo Oriz, do Ipea.

"É possível chegar a isso sem mudar alíquotas, criando uma máxima de 35%, reduzindo tributação nas empresas, alinhando a tributação de pessoa física e jurídica e tributando rendas do capital e do trabalho em, no máximo, 36%".

Para o economista Marcelo Medeiros, do Ipea, o problema da assistência social no país é que ela segue o ciclo da economia. "Quando a economia entra em recessão, a assistência é retraída. É justamente nesses períodos de crise que ela precisa funcionar mais e melhor."

"O gasto com proteção social é contraditório por natureza: quando a economia vai bem, ele tem de diminuir, quando vai mal, ele precisa aumentar."

Foi pensando nisso que Medeiros vem desenhando um fundo soberano que possa financiar o sistema de proteção social de maneira independente tanto dos ciclos da economia quanto dos ciclos políticos de que depende a liberação emergencial orçamentária. "Assim como ter um Banco Central independente é importante, desejo uma proteção social com relativa independência, que possa ser armada e desarmada sem relação com os ciclos financeiros."

"Bem ou mal, o sistema atual [com auxílio emergencial] está permitindo que muitas pessoas sejam apoiadas", diz o economista Arminio Fraga, ex-presidente do BC e colunista da Folha, lembrando que a renda básica universal era um tema de interesse de Milton Friedman, Nobel de Economia (1976) e um dos expoentes do pensamento liberal contemporâneo, que prospectou um modelo de imposto negativo para transferir recursos aos mais pobres.

Fraga diz ser "a favor de uma ampla revisão do sistema assistencial" no futuro e que, no passado, "não se fez muita conta" na hora de tratar da renda básica. "Renda básica universal é uma ideia interessante, mas não é a única alternativa."

Leia mais na pág. A21



“Agora, dadas as condições políticas, por que não colocar na mesa o debate de uma renda básica permanente?”

Monica de Bolle
economista da Universidade John Hopkins (EUA)



“O auxílio colocou a ideia de proteção social em um outro patamar e mostrou quão modestos são os benefícios do Bolsa Família”

Luis Henrique Paiva
pesquisador do Ipea

mercado **coronavírus**

PIB cai 1,5% no primeiro trimestre da pandemia e volta ao nível de 2012

Apesar de distanciamento ter atingido só 15 dias, impacto sobre o consumo foi maior que na recessão de 2015-2016

Eduardo Cuccolo e Nicola Pamplona

SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO Os primeiros efeitos da pandemia de coronavírus sobre a economia brasileira resultaram em uma queda de 1,5% do PIB (Produto Interno Bruto) no primeiro trimestre de 2020 em relação aos três meses anteriores, conforme divulgado nesta sexta-feira (29) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Apesar de as medidas de distanciamento social terem atingido apenas 15 dias desse período, o impacto sobre o consumo foi maior que o verificado na recessão de 2015-2016, e a produção brasileira já sentia reflexos da crise em países nos quais o vírus chegou mais cedo, como mostraram a queda nas vendas ao exterior.

Com o fechamento de lojas, shoppings, bares e restaurantes, o setor de serviços, responsável por 65% do PIB brasileiro, recuou de 1,6% no trimestre.

Sem conseguir vender seus produtos, a indústria encolheu 1,4%, puxada pela queda na produção de automóveis e vestuário, por exemplo. Apenas a agropecuária cresceu 0,6%.

“Os serviços foram os mais afetados, como aconteceu com outros países do mundo”, afirmou Rebeca Palis, coordenadora de Contas Nacionais do IBGE. Com serviços fechados e mais desemprego, as famílias reduziram o consumo.

“É uma crise completamente diferente das anteriores”, disse ela, ressaltando que desta vez há tanto choque de oferta quanto de demanda.

Palis afirmou que o isolamento social no exterior, já em fevereiro, afetava a indústria.

“Pela questão dos insumos, a cadeia de produção já tinha sido prejudicada em fevereiro. O efeito da pandemia aconteceu antes em outros países, afetando a demanda externa pelos nossos produtos.”

Com a queda no trimestre, o PIB brasileiro volta ao mesmo patamar do segundo trimestre de 2012 e está 4,2% menor do que o pico atingido no quarto trimestre de 2014, antes do início da recessão.

Desde o fim do ano passado, a projeção era de perda de fôlego para o crescimento no começo de 2020. Apesar de a retração trazer um cenário pior que o previsto, o resultado do primeiro trimestre não traduz adequadamente os efeitos econômicos da crise. O baque da pandemia será retratado em sua totalidade apenas nas próximas divulgações do PIB.

Dados preliminares mostram que abril pode ter sido o fundo do poço para a economia, pois já se vê alguma melhora em maio, mas muito pequena e que não será suficiente para salvar o trimestre.

Com isso, o PIB voltaria a crescer em 2021, mas só chegaria à situação do final de 2019, que já não era tão boa, em 2022, último ano do atual mandato presidencial.

A coordenadora de Contas Nacionais do IBGE evitou projeções para o segundo trimestre, alegando que o instituto ainda não divulgou indicadores de produção e venda referentes ao período.

A taxa de desemprego, divulgada na quinta (27), trouxe redução recorde no número de postos de trabalho no país.

“Temos que ver os dados mais para a frente para saber como [a economia] vai se comportar”, disse Palis. “Mas o mercado de trabalho não costuma se recuperar tão rápido.”

Em relação ao mesmo período de 2019, o PIB caiu 0,3%. No acumulado em 12 meses, houve expansão de 0,9%. Todos os resultados vieram em linha com a mediana das estimativas dos analistas consultados pela agência Bloomberg.

Efeito meteoro deve derrubar economia em 10% no 2º tri

A retração de 1,5% da economia no primeiro trimestre de 2020 foi apenas um sinal inicial do impacto da crise do coronavírus, que chegou a ser descrito pelo ministro Paulo Guedes (Economia) como um “meteoro” que tirou o país da trajetória de recuperação.

Para o segundo trimestre de 2020, período que deve ser marcado quase que totalmente pelo isolamento social, as projeções para a economia brasileira estão em uma faixa de 9% a 13% de queda. As estimativas para o ano variam de 4,5% a quase 8%, devido ao alto grau de incerteza sobre quando será possível retomar as atividades.

Não se espera uma normalização total da produção de bens e serviços para este ano, mas uma reabertura gradual pode dar fôlego à recuperação, desde que não haja uma segunda onda de contaminações pelo vírus.

O Ibré (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas) revisou a projeção de queda do PIB neste ano de 5,4% para 6,4%. Para o segundo trimestre, é esperada queda de 9,4% em relação ao trimestre anterior.

O Itaú Unibanco manteve a projeção de queda de 4,5% para 2020 e espera contração de 10,6% no trimestre. Patamares semelhantes aos projetados pelo Banco Inter, que vê recuos de 4,5% no ano e de 11% no segundo trimestre.

Mais pessimista, o banco UBS fala em 16% no segundo trimestre e 7,5% no ano. O banco Goldman Sachs divulgou relatório com uma projeção de queda do PIB de 12,9% no segundo trimestre e de 7,7% no ano. A XP projeta queda de 6% no ano.

Luana Miranda, pesquisadora da área de Economia Aplicada do Ibré, afirma que a economia não estava tão pujante nos meses de janeiro e fevereiro, mas que não haveria queda do PIB no primeiro trimestre se não fosse a pandemia.

“Apesar de a economia não estar bombando em janeiro e fevereiro, não haveria queda no PIB se não fosse a quarentena. Poderia não ser um crescimento espetacular, mas uma queda não estava nas nossas contas antes da crise”, afirma.

Luana diz que não será possível recuperar em 2021 tudo o que será perdido neste ano, embora se espere crescimento por conta da base de comparação favorável.

“Essa recuperação, essa volta para o período pré-coronavírus, só em 2022. O país já tinha problemas estruturais que está há décadas tentando resolver, já vinha com desemprego alto, muitos desalentados, dívida alta em comparação com outros emergentes,

Essa crise intensifica os nossos problemas econômicos”, afirma a pesquisadora.

“Mesmo que haja uma reabertura da economia, essa recuperação vai ser gradual. As pessoas não vão voltar da noite para o dia só porque o governo liberou. E um encerramento do isolamento antes do tempo pode trazer uma nova onda de contaminação.”

A economista do Itaú Unibanco Julia Gottlieb afirma que os dados de maio já mostram pequenos sinais de recuperação da atividade e que, a partir do terceiro trimestre, se espera uma retomada conforme as medidas de isolamento social forem diminuindo.

“Obviamente, isso requer que a gente passe pelo pior da curva de casos da doença, mas já começa a ter sinais de relaxamento das medidas de isolamento. Existem incertezas sobre a velocidade da retomada e da capacidade de recuperação após a pandemia, mas a gente vê uma volta ao longo do segundo semestre.”

Luka Barbosa, economista do Itaú Unibanco, afirma que entre os riscos para a projeção feita pelo banco está uma propagação do vírus que não permita a reabertura da economia como tem sido anunciada por algumas autoridades. Ele disse não trabalhar com uma normalização total de todos os setores neste ano.

“A gente considera que você vai reabrindo gradualmente, com algumas restrições. No fim do ano, vai estar mais próximo do normal, mas não 100% normal como estava antes de essa história toda começar. Alguns setores vão reabrir parcialmente. É razoável ter um cenário em que teatros e cinemas voltam com ocupação de um terço ou metade da capacidade”, afirma.

Rafaela Vitória, do Banco Inter, diz que, mesmo em cidades que já reabriram o comércio, as vendas têm se situado em torno da metade do que ocorria antes da pandemia. A retomada, segundo ela, vai depender também do sentimento de segurança da população em relação aos riscos de contaminação.

Na sua opinião, a contração no consumo nos primeiros meses de pandemia está mais ligada a questões sanitárias, como o medo de contaminação ou as restrições ao comércio, do que ao desemprego ou à perda de renda, já que os programas de auxílio federal estão injetando dinheiro na economia.

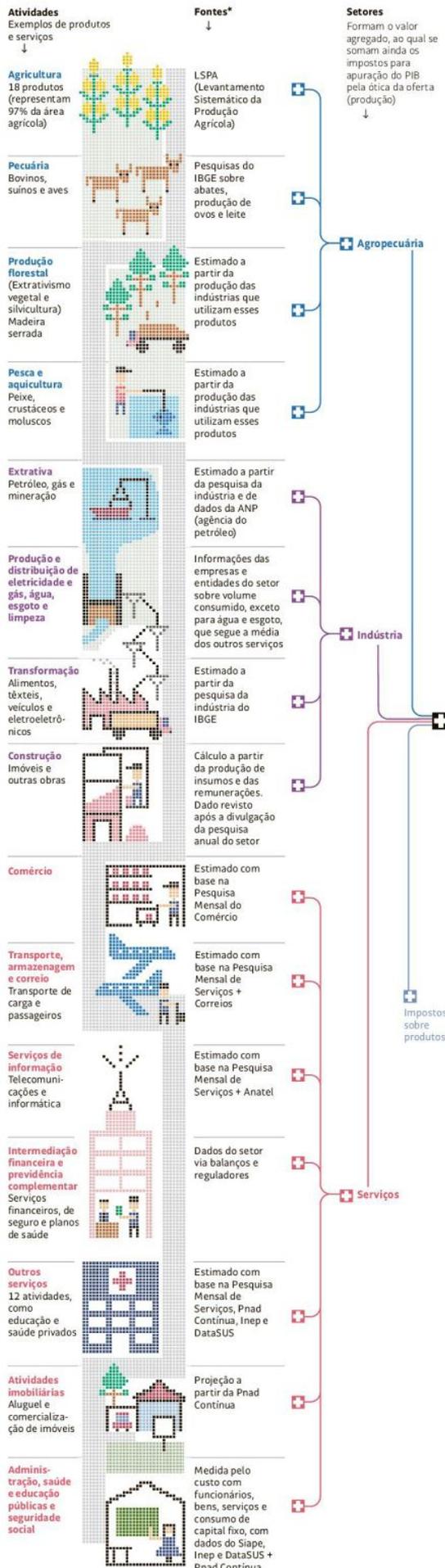
Ela cita como exemplo o aumento da taxa de poupança interna, que passou de 12,2% para 14,1% no primeiro trimestre, em um sinal de que a população decidiu segurar dinheiro diante das incertezas. É uma crise bem diferente de outras. Não é um estrangulamento econômico, de crédito.”

Mas, a depender da duração das medidas de isolamento, pondera a economista, o aprofundamento das taxas de fechamento de empresas e de desemprego pode prejudicar ainda mais a retomada.

“Alguns recuperação vai ter no segundo semestre, mas há grande dúvida sobre a velocidade”, afirma ela.

“Vai depender muito da evolução da pandemia, das taxas de contaminação, de ocupação de hospitais... A partir do momento em que pessoas se sentirem mais seguras, vão voltar.”

Como é calculada a participação de cada setor no PIB



Leia mais da pág. A18 à A20

mercado coronavírus

Economia brasileira caiu 1,5% no 1º trimestre



Consumo das famílias tem o pior resultado em 19 anos

Retração de 2% no setor que vinha sustentando retomada é a primeira desde 2016

RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO Base da recuperação econômica após a recessão iniciada em 2014, o consumo das famílias brasileiras caiu 2% no primeiro trimestre de 2020 em relação aos três meses anteriores. É a primeira queda desde 2016 e o pior resultado desde 2001.

O dado foi divulgado nesta sexta-feira (29) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e explica parte da queda de 1,5% do PIB (Produto Interno Bruto) no período. O consumo das famílias é o principal componente do PIB sob a ótica da demanda, respondendo por quase 70% do cálculo do indicador, e vinha sustentando a lenta retomada da economia nos últimos anos, enquanto investimentos e mercado externo oscilavam.

"Esse resultado pode ser explicado pela pandemia aliada ao distanciamento social que afetou negativamente o mercado de trabalho, prejudicando a demanda, além dos efeitos sobre a oferta", afirmou o IBGE.

A queda do consumo das famílias levou o setor de serviços, principal motor da economia brasileira pela ótica da produção, a cair 1,6%, na maior retração desde a crise de 2008. Puxou também setores industriais mais voltados ao consumo interno, como a produção de vestuário.

"Os serviços sofreram mais porque foram paralisados temporariamente mais rápido", disse a coordenadora de Contas Nacionais do IBGE,

Rebeca Palis. Eles representam 50% dos gastos das famílias brasileiras.

Em 2015, em meio ao período recessivo iniciado em 2014, o consumo das famílias chegou a cair em intensidade parecida com a do primeiro trimestre de 2020. No segundo e no terceiro trimestres daquele ano, as quedas foram de 1,9% e 1,8%, respectivamente.

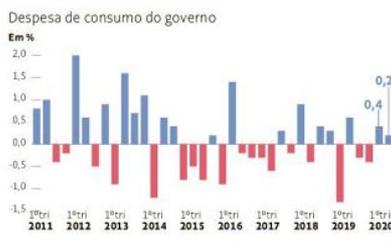
Mas queda mais intensa do que a verificada agora foi registrada pela última vez no terceiro trimestre de 2001, quando houve recuo de 3,1%. Até o primeiro trimestre de 2020, o indicador acumulava 12 trimestres de alta.

Os números do PIB mostram que os investimentos públicos e privados na economia brasileira, que haviam despencado no final de 2019, voltaram mesmo em meio à pandemia.

A chamada formação bruta de capital fixo, que mede o desembolso em novos projetos e a expansão da capacidade de produtiva, teve alta de 3,1% no primeiro trimestre deste ano, em relação ao trimestre anterior. O avanço, porém, é explicado pela maior importação de máquinas e equipamentos, principalmente para o setor de petróleo, que compensou a queda na da construção e da produção nacional de bens de capital.

A construção civil é hoje o principal componente do investimento no país, com participação de quase 50%. O segmento de máquinas e equipamentos responde por cerca de 40%. O setor teve queda de 1%

Veja a composição do PIB pela ótica da despesa



no trimestre. O consumo do governo avançou 0,2% no trimestre, segundo o IBGE. O resultado é influenciado por fatores como números de matrículas nas escolas públicas, internações no SUS (Sistema Único de Saúde) e gastos com salários do funcionalismo. Outros dois componentes da demanda são as exportações e as importações. As importações cresceram 2,8%, e as vendas de bens e serviços para o exterior caíram 0,9%. Eduardo Cucolo e Nicola Pamplona

Motor da economia, serviços têm maior retração desde 2008

RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO Pela primeira vez desde o fim de 2016, o setor de serviços registrou retração, de acordo com dados do PIB divulgados nesta sexta-feira (29) pelo IBGE. O setor de serviços, que responde por cerca de 70% do valor adicionado ao PIB, caiu 1,6% na comparação com o trimestre anterior. Foi o maior recuo desde a queda de 2,3% no quarto trimestre de 2008. Nesse setor, têm peso relevante as atividades imobiliárias, o comércio, o setor público e as 12 atividades que compõem o grupo outros serviços, como alojamento, alimentação, educação e saúde privados, cultura e esporte.

"Isso é natural devido ao fechamento de várias atividades de serviços, como serviços dedicados à família, cabeleiros, restaurantes...", disse a coordenadora de contas nacionais do IBGE, Rebeca Palis. "O setor de serviços sofreu mais porque foi paralisado temporariamente mais rápido." A queda dos serviços, ressaltou Palis, contribuiu para o recuo de 2% no consumo das famílias no primeiro trimestre, o maior desde 2001, já que

os serviços têm peso relevante nos gastos dos brasileiros, representando cerca de 50% do consumo.

A maior retração, segundo o IBGE, se deu nos serviços prestados às famílias, como restaurantes, hotéis e salões de beleza. Eles estão incluídos na categoria outros serviços, que recuou 4,2% no trimestre. Transporte, armazenagem e correio, onde está o transporte aéreo, caiu 2,4%.

Os serviços de informação e comunicação recuaram 1,9%, e o comércio, que também sofre perdas com o fechamento dos estabelecimentos para enfrentar a pandemia, teve queda de 0,8%.

A indústria brasileira, segundo maior setor, encolheu 1,4% no período. Uma das subdivisões da indústria, o setor da construção, caiu 2,4% no período. A indústria extrativa teve queda de 3,2%, e a de transformação, de 1,4%.

Na indústria da transformação, os principais destaques negativos foram dados pelos setores automobilístico, de artigos de vestuário e de outros equipamentos de transporte, que sofrem influência da queda no consumo das famílias.

A produção de automóveis já vinha sofrendo também pela crise na Argentina, principal mercado das exportações do setor.

A agropecuária, por outro lado, cresceu 0,6% no trimestre, impulsionada principalmente pela safra da soja, que deve ser recorde em 2020.

1,6% foi a queda do setor de serviços no 1º trimestre em relação aos três meses anteriores

70% é o peso aproximado do setor de serviços na economia

Queda se assemelha à de outros países das Américas

SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO A retração de 1,5% do PIB (Produto Interno Bruto) do Brasil no primeiro trimestre de 2020, na comparação com os três meses anteriores, foi semelhante à verificada em outros países da América, onde o vírus se disseminou em momento posterior ao verificado na Ásia e Europa.

Há dois fatores, no entanto, que levam a previsões de que o país terá um dos piores desempenhos entre as principais economias mundiais neste e no próximo ano, com risco de retroceder uma década, aos níveis de 2010.

Em primeiro lugar, o país vem de um período marcado pela pior recessão de sua história (de 2014 a 2016), seguido por três anos de fraco crescimento (2017-2019). No fim do ano passado, o PIB ainda estava no mesmo nível de medanos de 2012.

Outra questão é a expectativa de que o país tenha uma forte queda do PIB neste ano, seguida por uma fraca recuperação nos anos seguintes.

De acordo com análise publicada pelo economista Marcel Balassiano, da área de economia aplicada do Ibre (Instituto Brasileiro de Economia), da FGV (Fundação Getúlio Vargas), 82% dos países acompanhados pelo FMI devem apresentar desempenho melhor da economia do que o Brasil no biênio 2020/2021.

Considerando as projeções do próprio Fundo e também da pesquisa Focus do Banco Central, a economia deve ter uma contração média de 1,3% no período (-5,9% neste ano e +3,5% no próximo, pela Focus).

Essa piora não se deve apenas à questão de saúde, que afetou a economia de maneira global, mas também a problemas internos que se refletem em uma piora maior por aqui de reversão de expectativas.

De acordo com a Economist Intelligence Unit, o Brasil deve ser a economia mais afetada pela Covid-19 em uma amostra de 19 países, quando se compara a previsão para o PIB em 2020 antes e de-

pois da pandemia. A diferença entre o crescimento esperado pelo FMI de 2,4% e a nova projeção de -5,5% é de 7,9 pontos percentuais. Em outros países selecionados, ela é de 6,5 pontos (México), 4,9 pontos (China), 4,5 pontos (EUA) e 3,6 pontos (Rússia). Eduardo Cucolo e Nicola Pamplona

Retração econômica é maior aonde o vírus chegou antes

O recuo de 1,5% na economia brasileira no primeiro trimestre é menos intenso do que o de países europeus, como Alemanha, França, Itália e Portugal, e fica abaixo também da China, que teve o maior recuo até agora, de 9,8%.

Os três primeiros meses do ano foram marcados pelo início de medidas de distanciamento social em grande parte do mundo, com objetivo de conter a propagação do novo

coronavírus. No Brasil, as medidas foram adotadas a partir da última quinzena do trimestre. Antes disso, o impacto da pandemia em outros países já trazia reflexos sobre a economia brasileira.

Entre as principais economias mundiais, a China foi a que registrou a maior queda no PIB trimestral, de 9,8%. O país asiático foi o primeiro foco do coronavírus. Na zona do euro, segundo foco da crise internacional, houve retração de 3,3%.

Países nos quais a circulação do novo coronavírus começou mais tarde, como o Brasil, foram menos atingidos economicamente. Nos Estados Unidos, o PIB recuou 1,2% no trimestre.

Segundo dados compilados pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), entre as 50 economias mais relevantes, quatro registraram crescimento no trimestre. Finlândia e Suécia cresceram apenas 0,1%. A Turquia, 0,6%. O Chile avançou 3% no pe-

ríodo, mas o resultado se deve à base de comparação, pois a economia andina teve o pior desempenho para o quarto trimestre de 2019 entre os países selecionados. O PIB é uma medida da produção de bens e serviços do país em um determinado período, e o seu aumento é utilizado como sinônimo de crescimento da economia.

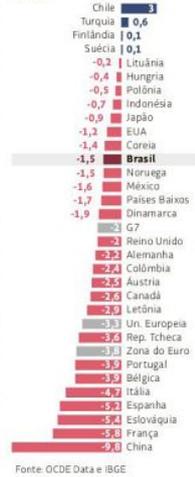
O Brasil vem de um período de três anos de fraco crescimento econômico. A expectativa dos analistas é que, no segundo trimestre deste ano, marcado por dois meses quase completos de isolamento social na maior parte do país, a economia apresente retração ainda maior.

Isso porque, nos primeiros três meses do ano, apenas a segunda quinzena de março foi afetada pelo distanciamento social.

O período anterior foi mais impactado pela paralisação de outros países e a consequente quebra no fornecimento de produtos pelos parceiros comerciais.

Pandemia derruba crescimento mundial no 1º trimestre de 2020

Crescimento do PIB em relação ao trimestre anterior, em %



Fonte: OCDE Data e IBGE

Agropecuária desacelera, mas participação no total do PIB aumenta

ANÁLISE

Mauro Zafalon

SÃO PAULO. A agropecuária adicionou R\$ 120 bilhões ao PIB (Produto Interno Bruto) neste primeiro trimestre. O valor representou 6,6% do total de R\$ 1,8 trilhão e é o maior valor nominal trimestral até agora.

A participação do valor adicionado da agropecuária no PIB total, que era de 5,3% no primeiro trimestre de 2019, subiu para 6,6% neste ano.

Com isso, o setor teve uma evolução de 1,9% nos três primeiros meses, quando comparado o desempenho atual com o de igual período de 2019.

A agropecuária continua dando suporte ao PIB nacional, mas as taxas já são um pouco menores. No primeiro trimestre deste ano, a evolução foi de 0,6%, em relação ao quarto trimestre de 2019, recuado 0,4%.

O setor agrícola, contudo, é o único que mantém evolução positiva em todas as comparações feitas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Nos últimos quatro trimestres, o setor teve evolução positiva de 1,6%, em relação aos quatro anteriores.

Embora o PIB da agropecuária apresente taxa positiva, o setor não está imune aos efeitos da pandemia provocada pela Covid-19.

O Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) previa, em março, uma taxa de crescimento de 3,8% para a agropecuária em 2020.

Agora, dependendo da intensidade do estresse econômico, a evolução será de apenas 1,3%. Sem um grande estresse, a evolução do PIB agropecuário poderá atingir 2,5%, avalia o instituto.

A evolução da taxa no primeiro trimestre ocorre devido ao bom desempenho de alguns bens safrísticos do período.

Após uma queda de produção para 113 milhões de toneladas em 2019, a soja deverá chegar a 123 milhões neste ano. Além de área maior, houve um aumento de produtividade. Segundo a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), alta da produtividade será de 2%.

Uma outra surpresa neste primeiro trimestre foi a evolução da colheita de arroz. Em queda nos últimos anos, devido à baixa remuneração recebida pelos produtores, a colheita desse cereal deverá ficar próxima de 11 milhões de toneladas, com aumento de 4%.

O lado negativo deste início de ano são a queda de produção na pecuária e a redução na produtividade do milho.

Os abates de boi cairam 9,2% no primeiro trimestre, em relação a igual período do ano passado.

Houve uma oferta menor de bois devido ao abate de fêmeas nos anos anteriores. Já a suinocultura e a avicultura mandaram mais animais para os frigoríficos.

A safra recorde de grãos neste ano auxilia na evolução do PIB. A pecuária, no entanto, embora esteja havendo uma boa demanda externa, vai sofrer com a queda de demanda interna nos próximos trimestres.

[...]

O setor agrícola é o único que mantém evolução positiva em todas as comparações feitas pelo IBGE

Quis Participações S.A.

CNPJ nº 08.604.362/0001-01
Rua Libero Badaró, 377 - 24º andar - Conjunto 2401

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FÍNDS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (EM REAIS)

Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios fínidos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018. Permanecemos à disposição dos Srs. Acionistas para prestar esclarecimentos adicionais necessários.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Em Reais)			
Ativo	Nota	2019	2018
Circulante			
Disponibilidades		43.868	62.529
Impostos a compensar	3	30.424	204.919
		74.292	267.448
Permanente			
Investimentos	4	15.330.464	31.717.559
		15.330.464	31.717.559
Total do Ativo		15.404.756	31.985.007
Passivo			
Circulante			
Empréstimos		5.162.929	21.745.756
Adiantamentos recebidos		6.800.000	-
		11.962.929	21.745.756
Non Circulante			
Empréstimos no país		5.000.000	15.422.466
		5.000.000	15.422.466
Patrimônio Líquido			
Capital social		379.503.638	339.942.890
Capital social a integralizar		(9.138.214)	(4.816.941)
Reserva de ação por subscrição de ações		10.550.769	10.550.769
Reserva de avaliação de ações		(382.741.427)	(369.859.933)
		(1.825.234)	(5.183.215)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		15.404.756	31.985.007

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FÍNDS EM 31 DE DEZEMBRO (Em Reais)					
	Capital social	Capital social a integralizar	Reserva de ação por subscrição de ações	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2017	306.082.878	(11.245.191)	9.539.709	(325.949.389)	(22.571.993)
Aporte de capital (nota 7)	34.860.012	-	-	-	34.860.012
Capital social integralizado	-	11.245.191	-	-	11.245.191
Capital social a integralizar (nota 7)	-	(4.816.941)	-	-	(4.816.941)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(24.910.544)	(24.910.544)
Reserva de ação por subscrição de ações	-	-	1.011.060	-	1.011.060
Em 31 de dezembro de 2018	339.942.890	(4.816.941)	10.550.769	(360.854.933)	(5.183.215)
Aporte de capital (nota 7)	39.560.748	-	-	-	39.560.748
Capital social integralizado	-	4.816.941	-	-	4.816.941
Capital social a integralizar (nota 7)	-	(9.138.214)	-	-	(9.138.214)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(31.881.494)	(31.881.494)
Em 31 de dezembro de 2019	379.503.638	(9.138.214)	10.550.769	(382.741.427)	(1.825.234)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em Reais)

1. Contexto Operacional: Em 28 de novembro de 2006, foi constituída a empresa Quis Participações S.A., com objetivo de participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista. Em 16 de abril de 2007, foi realizada uma alteração do estatuto social, modificando a razão social da companhia para Quis Participações S.A. e o objeto social para participação em Instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

2. Resumo das Principais Práticas Contábeis: 2.1. **Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), incluindo o pronunciamento, as Orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e aprovadas pelo Conselho de Valores Mobiliários - CVM. 2.2. **Base de preparação:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base em registros contábeis e demais documentos contábeis e fiscais, incluindo o uso de certas estimativas contábeis. A Administração não realizou auditoria independente das demonstrações contábeis em conformidade com as normas de auditoria contábil emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e as normas de auditoria contábil emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e as normas de auditoria contábil emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

3. Impostos a Compensar:

	2019	2018
Imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras	30.002	30.002
Imposto de renda de períodos anteriores	422	124.117
	30.424	204.919

4. Investimentos: A Companhia é detentora de 224.148 ações ordinárias do Banco Fica S.A., com valor nominal de R\$ 151.025 em 31 de dezembro de 2019, o que representa 100,00% do capital votante do Banco Fica S.A., instituição financeira de capital fechado. Em 02 de outubro de 2018, foi celebrado o contrato de aquisição de ações ordinárias do Banco Fica S.A., instituição financeira de capital fechado, no valor de R\$ 17.112.790,28 (sete milhões e cento e doze mil setecentos e noventa reais). A divida consolidada foi parcelada em 59 parcelas com parcela inicial para 20/09/2019 e a parcela seguinte em 20/09/2020. O contrato contém o compromisso de 100% da taxa Selic diária mais juros de 2% ao ano. As movimentações desses empréstimos estão apresentadas da seguinte forma:

	2019	2018
Saldo no início do exercício	37.188.222	60.072.819
Movimentos:		
- Juros apropriados	2.141.010	4.045.240
- Pagamentos	(620.425)	(1.000.515)
Saldo no final do exercício	16.629.990	37.188.222

5. Adiantamentos Recebidos:

	2019	2018
Adiantamentos recebidos	6.800.000	6.800.000

Em 01 de novembro de 2019, foi assinado o contrato de compra e venda de ações e outras participações do Banco Fica S.A. com o objetivo de aquisição de 20,15% do capital votante do Banco Fica S.A. em 20 de novembro de 2019. O montante de R\$ 600 mil registrado como passivo da Quis Participações S.A. em 31 de dezembro de 2019, representa o saldo do controle acionário a ser homologado pelo Banco Central do Brasil. 7. **Patrimônio Líquido:** O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é composto da seguinte forma:

	2019	2018
Saldo no início do exercício	37.188.222	60.072.819
Movimentos:		
- Juros apropriados	2.141.010	4.045.240
- Pagamentos	(620.425)	(1.000.515)
Saldo no final do exercício	16.629.990	37.188.222

6. Adiantamentos Recebidos:

	2019	2018
Adiantamentos recebidos	6.800.000	6.800.000

Em 01 de novembro de 2019, foi assinado o contrato de compra e venda de ações e outras participações do Banco Fica S.A. com o objetivo de aquisição de 20,15% do capital votante do Banco Fica S.A. em 20 de novembro de 2019. O montante de R\$ 600 mil registrado como passivo da Quis Participações S.A. em 31 de dezembro de 2019, representa o saldo do controle acionário a ser homologado pelo Banco Central do Brasil. 7. **Patrimônio Líquido:** O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é composto da seguinte forma:

	2019	2018
Saldo no início do exercício	37.188.222	60.072.819
Movimentos:		
- Juros apropriados	2.141.010	4.045.240
- Pagamentos	(620.425)	(1.000.515)
Saldo no final do exercício	16.629.990	37.188.222

6. Adiantamentos Recebidos:

	2019	2018
Adiantamentos recebidos	6.800.000	6.800.000

Em 01 de novembro de 2019, foi assinado o contrato de compra e venda de ações e outras participações do Banco Fica S.A. com o objetivo de aquisição de 20,15% do capital votante do Banco Fica S.A. em 20 de novembro de 2019. O montante de R\$ 600 mil registrado como passivo da Quis Participações S.A. em 31 de dezembro de 2019, representa o saldo do controle acionário a ser homologado pelo Banco Central do Brasil. 7. **Patrimônio Líquido:** O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é composto da seguinte forma:

	2019	2018
Saldo no início do exercício	37.188.222	60.072.819
Movimentos:		
- Juros apropriados	2.141.010	4.045.240
- Pagamentos	(620.425)	(1.000.515)
Saldo no final do exercício	16.629.990	37.188.222

6. Adiantamentos Recebidos:

	2019	2018
Adiantamentos recebidos	6.800.000	6.800.000

Em 01 de novembro de 2019, foi assinado o contrato de compra e venda de ações e outras participações do Banco Fica S.A. com o objetivo de aquisição de 20,15% do capital votante do Banco Fica S.A. em 20 de novembro de 2019. O montante de R\$ 600 mil registrado como passivo da Quis Participações S.A. em 31 de dezembro de 2019, representa o saldo do controle acionário a ser homologado pelo Banco Central do Brasil. 7. **Patrimônio Líquido:** O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é composto da seguinte forma:

	2019	2018
Saldo no início do exercício	37.188.222	60.072.819
Movimentos:		
- Juros apropriados	2.141.010	4.045.240
- Pagamentos	(620.425)	(1.000.515)
Saldo no final do exercício	16.629.990	37.188.222

6. Adiantamentos Recebidos:

	2019	2018
Adiantamentos recebidos	6.800.000	6.800.000

Em 01 de novembro de 2019, foi assinado o contrato de compra e venda de ações e outras participações do Banco Fica S.A. com o objetivo de aquisição de 20,15% do capital votante do Banco Fica S.A. em 20 de novembro de 2019. O montante de R\$ 600 mil registrado como passivo da Quis Participações S.A. em 31 de dezembro de 2019, representa o saldo do controle acionário a ser homologado pelo Banco Central do Brasil. 7. **Patrimônio Líquido:** O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é composto da seguinte forma:

	2019	2018
Saldo no início do exercício	37.188.222	60.072.819
Movimentos:		
- Juros apropriados	2.141.010	4.045.240
- Pagamentos	(620.425)	(1.000.515)
Saldo no final do exercício	16.629.990	37.188.222

6. Adiantamentos Recebidos:

	2019	2018
Adiantamentos recebidos	6.800.000	6.800.000

Em 01 de novembro de 2019, foi assinado o contrato de compra e venda de ações e outras participações do Banco Fica S.A. com o objetivo de aquisição de 20,15% do capital votante do Banco Fica S.A. em 20 de novembro de 2019. O montante de R\$ 600 mil registrado como passivo da Quis Participações S.A. em 31 de dezembro de 2019, representa o saldo do controle acionário a ser homologado pelo Banco Central do Brasil. 7. **Patrimônio Líquido:** O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é composto da seguinte forma:

	2019	2018
Saldo no início do exercício	37.188.222	60.072.819
Movimentos:		
- Juros apropriados	2.141.010	4.045.240
- Pagamentos	(620.425)	(1.000.515)
Saldo no final do exercício	16.629.990	37.188.222

6. Adiantamentos Recebidos:

	2019	2018
Adiantamentos recebidos	6.800.000	6.800.000

coronavírus mercado

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FÍNDS EM 31 DE DEZEMBRO (Em Reais)

	2019	2018
Recursos (despesas) operacionais:		
- Obrigações por empréstimo	(2.141.010)	(4.045.240)
- Serviços técnicos especializados	(13.641)	(15.504)
- Publicações	-	(30.184)
- Tributárias	(3.001)	(2.892)
- Despesas financeiras	-	(300)
- Outras receitas operacionais	395	(606)
- Outras despesas operacionais	(186.130)	(8.606)
Total das despesas operacionais	(2.343.387)	(4.119.932)
Resultado de equivalência patrimonial	29.538.097	20.790.612
Prejuízo do exercício	(13.641)	(15.504)
(Prejuízo) por ação do capital social	(0,08)	(0,07)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FÍNDS EM 31 DE DEZEMBRO (Em Reais)

	2019	2018
Atividades Operacionais		
Prejuízo do exercício	(31.881.494)	(24.910.544)
Ajuste do prejuízo:		
- Resultado de equivalência patrimonial	29.538.097	20.790.612
- Variações de ativos e passivos	174.456	(4.960)
- Redução (aumento) de impostos a compensar	600.000	(1.828)
- Aumento (redução) de adiantamentos recebidos	600.000	(1.828)
- Caixa líquido (aplicado) proveniente das atividades operacionais	(1.568.902)	(4.128.728)
Atividades de Investimentos		
Aumento de capital em contratos	(13.151.002)	(15.270.011)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(13.151.002)	(15.270.011)
Atividades de Financiamento		
Amortização e juros dos empréstimos	(20.538.232)	(22.904.597)
Integralização de capital	35.239.475	41.289.202
Ação por subscrição de ações	-	1.111.060
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	14.701.243	19.394.725
Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	(18.661)	(2.012)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	62.529	64.541
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	43.868	62.529

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

De acordo com a AGE (Assembleia Geral Extraordinária) de 23/07/2019 o saldo de Capital a Integralizar em 31/12/2019 deve ocorrer até 23/07/2020.

6. Plano de Negócios - Suspensão Definitiva das Novas Operações na Empresa Controlada: O Banco Fica S.A. (empresa controlada) está organizada sob a forma de banco múltiplo, autorizado a operar com as atividades bancárias de crédito, financiamento e investimento. No entanto, desde 05 de janeiro de 2013, os Acionistas e Administradores do Banco, deliberaram pela suspensão das novas operações de crédito relevante ao segmento de mercado em que sempre atuou. Neste momento, os Acionistas e Administradores do Banco, estão dedicados na administração da carteira remanescente e das reservas próprias. O Banco Fica S.A. não possui mais recursos para a operação de crédito relevante e, portanto, não possui mais recursos para a operação de crédito relevante e, portanto, não possui mais recursos para a operação de crédito relevante.

7. Crédito Prejudicado na Empresa Controlada: O Banco Fica S.A. (empresa controlada) possui créditos relacionados com o Banco Fica S.A. em virtude da Lei nº 12.839/13. Esses créditos estão objeto de pedido de ressarcimento e estarão sujeitos a verificação de sua exatidão pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) em 2019 e 2020.

8. Eventos Subsequentes na Empresa Controlada: Alterações estatutárias: Como eventos subsequentes no Banco Fica S.A. (empresa controlada), ocorreram alterações no capital no montante de R\$ 3.600 mil no primeiro trimestre de 2020, em fase de homologação pelo Banco Central do Brasil. **9**

mercado coronavírus

Guedes admite atividade fraca pré-pandemia

Ministro, que há 2 meses afirmara que país decolava antes da crise, agora diz que economia já poderia estar 'meio anêmica'

Fábio Pupo

BRASÍLIA O ministro Paulo Guedes (Economia) disse nesta sexta-feira (29) que fará uma análise detalhada do PIB no primeiro trimestre para checar se a economia estava bem antes da pandemia do coronavírus. Segundo ele, o estado da atividade podia estar "meio anêmico" já nos dois primeiros meses do ano.

Os dados do PIB foram divulgados mais cedo nesta sexta pelo IBGE. A economia teve retração de 1,5% no primeiro trimestre de 2020 na comparação com os três meses anteriores. Essa é a maior queda da desde a retração de 2,1% no segundo trimestre de 2015.

"Vou pedir para desagregarmos. Para vermos se nos dois primeiros meses já estávamos decolando e no terceiro mês a crise nos derrubou ou se já estávamos em estado meio anêmico", afirmou, em seminário virtual do BNDES. Ele afirma que, em sua visão, indicadores positivos no começo do ano como exportações, arrecadação e investimentos diretos sinalizavam uma situação melhor. "A impressão que eu tinha era que tínhamos começado a andar".

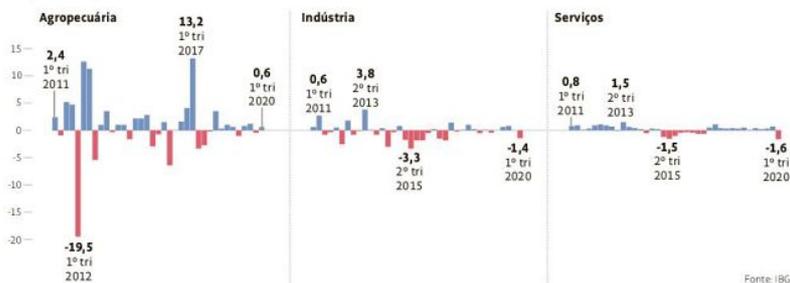
As declarações contrastam com as falas anteriores do ministro. Há cerca de dois meses, Guedes disse que as economias centrais estavam caindo quando a do Brasil iniciava uma decolagem.

"Estávamos em pleno voo, começando a decolar, quando fomos atingidos por essa onda", disse Guedes em março.

Nesta sexta, Guedes afirmou que o país começará a sair do que chamou de letargia com a retomada dos trabalhadores às atividades.

Veja o desempenho de cada setor no PIB

Variação trimestral, em %



Fonte: IBGE

Presidente do BC prevê queda de pelo menos 5% no PIB e desemprego de 15%

Roberto Campos Neto projetou uma queda do PIB de 5% "ou mais" neste ano por causa dos efeitos da pandemia na economia.

"Difícil dizer, depende de quanto tempo vai durar o distanciamento social". A estimativa é maior que a mais recente projeção oficial do Ministério da Economia — de retração de 4,7% neste ano. Campos Neto disse também que o desemprego deve ficar em torno de 15%. O presidente do BC voltou a falar sobre o "fator medo", que faria com que as pessoas continuassem em casa mesmo com a reabertura do comércio pelo menos até o meio do próximo ano. "Precisamos saber qual será o novo normal. Com certeza envolve mudança de comportamento e nos hábitos", afirmou.

"Imagino que o retorno será segmentado, não será todo o mundo ao mesmo tempo, e será por unidades geográficas. Há regiões onde o risco está sendo maior", disse.

O ministro reafirmou que acredita em um formato de recuperação em V. "Falo em V porque os sinais vitais da economia estão mantidos. Pode ser um V meio torto? Pode. Pode ser um V da Nike? Pode".

Ele fez referência ao logotipo da marca esportiva, que tem a segunda perna do "V" mais deitada (indicando uma recuperação mais lenta). "Dependendo da nossa reação, poder ser U ou até L, só depende de nós".

Guedes criticou as brigas políticas durante a pandemia e, ao mesmo tempo, buscou defender o governo de críticas. "É cretino atacar o governo do próprio país em vez de ajudar o governo do próprio país num momento desse", disse.

Para ele, o governo está sendo apedrejado. "Ninguém quer apoiar a erros. Cometermos erros? Nos critiquem, nos aju-

dem. Mas você, no meio de uma luta para salvar vidas, ficando apedrejado enquanto ajuda? A mim não afeta, não derruba. É um crime contra a população brasileira", afirmou.

Ele defendeu que o momento é de deixar brigas de lado e remar para chegar à terra firme, quando, em sua visão, as disputas poderiam ser retomadas. "Quando chegar à margem, briga de novo", disse. "Se brigar a bordo do barco, o barco naufraga", afirmou.

"Quando um Poder pisa no pé do outro, o outro dá um empurrão de volta. Isso é natural. Não é para a gente dizer que o Brasil vai acabar em razão disso, que o Brasil vai parar, que nunca mais vai funcionar, que é uma destruição do capital institucional que temos, que é um golpe. Não tem nada disso. É natural. É natural. É da própria crise".

Ele disse que é preciso concentração nos desafios do país em vez de "atrapalharmos uns o trabalho dos outros, inimizarmos uns aos outros".

"Precisamos de cooperação, colaboração, compreensão, solidariedade e fraternidade".

Guedes ainda criticou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que afirmou neste mês que o coronavírus teria sido positivo por demonstrar a importância do Estado.

"Há uma falácia circulando por aí, um raciocínio até cruel. De que foi muito bom o coronavírus para mostrar como é importante ter Estado", disse Guedes. "É um erro intelectual, é uma completa falta de solidariedade dizer que foi bom para mostrar que tem que ter Estado", afirmou o ministro.

Após a repercussão, Lula pediu desculpas e disse que a frase foi infeliz.

Guedes afirmou que os EUA têm participação reduzida do Estado e mais recursos para a crise. "A nação que lança mais recursos para proteger as pessoas é a mais rica, a que tem menor Estado. Não podemos voltar ao passado, temos que ir a um futuro diferente", afirmou o titular da Economia.



Vou pedir para desagregarmos [os dados econômicos]. Para vermos se nos dois primeiros meses já estávamos decolando e no terceiro mês a crise nos derrubou ou se já estávamos em estado meio anêmico

Paulo Guedes, ministro da Economia, nesta sexta (29)



Estávamos em pleno voo, começando a decolar, quando fomos atingidos por essa onda

A economia está acelerando lentamente esperando as reformas. À medida que as reformas vão acontecendo, e elas serão implementadas, o Brasil vai reacelerando

Guedes, em março

Pessimismo dispara, e 2 em cada 3 brasileiros temem crise

Érica Fraga

SÃO PAULO A percepção de que a crise causada pelo novo coronavírus terá efeitos negativos duradouros sobre a economia do país disparou no último mês.

Pesquisa realizada pelo Datafolha nos dias 25 e 26 de maio revela que 2 em cada 3 brasileiros — 68% dos 2.069 entrevistados pelo telefone — acreditam que a pandemia afetará a atividade produtiva por muito tempo.

A parcela representa um aumento substancial em relação aos 56% que tinham essa visão em abril.

No primeiro levantamento em que essa pergunta foi feita, em março, metade dos entrevistados achava que o efeito econômico da pandemia seria de longo prazo.

Naquele momento, 44% ainda apostavam que a atividade seria afetada por pouco tempo. Agora, apenas 27% disseram acreditar nesse cenário menos pessimista.

A piora de percepção pode ser motivada pelo fato de que muitos já têm sido, diretamente, afetados pela crise.

A pesquisa mostra que, entre os brasileiros que possuem trabalho, 59% relatam terem amargado redução de jornada e renda em consequência da pandemia.

Por trás do número expressivo, há diferenças segundo o tipo de inserção do entrevistado no mercado laboral.

A parcela dos que foram atingidos por cortes de jornada e rendimentos é de 48% entre os que atuam no setor formal e 72% entre os empregados no segmento informal.

Há também distinções de acordo com o tipo de ocupação. Entre os empregados com carteira assinada, 43% disseram estar trabalhando

Seis em cada dez brasileiros ocupados tiveram redução de jornada e renda por causa da pandemia

Fatia dos afetados é mais alta entre informais, autônomos, profissionais liberais e empresários, segundo a pesquisa, feita em 25 e 26 de maio

Brasileiros que têm trabalho e afirmaram ter sofrido redução de jornada e salário



Pessimismo com a economia por causa da crise sanitária aumentou



Fonte: Pesquisa Datafolha realizada em 25 e 26 de maio, com 2.069 brasileiros adultos que possuem telefone celular em todas as regiões e estados do país. A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos

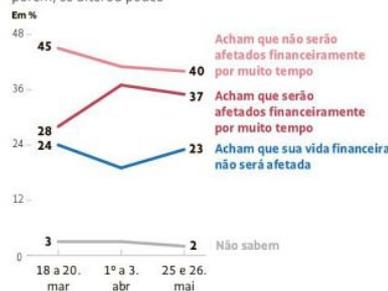
e ganhando menos. Essa fatia cresce para 51% entre os empregados sem registro e dispara para 78% entre autônomos, profissionais liberais e empresários.

Apesar do maior pessimismo em relação ao país e de

muitos trabalhadores terem sofrido queda de jornada e renda, a expectativa dos entrevistados em relação à sua própria situação financeira não se alterou de forma significativa.

Segundo o Datafolha, 35%

Expectativa em relação à própria situação financeira, porém, se alterou pouco



Entrevistados se mostram divididos sobre a reação econômica do governo federal ao coronavírus



dos brasileiros acreditam que suas finanças serão afetadas pela crise do coronavírus por muito tempo. No levantamento anterior, de abril, 37% expressaram essa visão.

Já a fatia dos que esperam não serem afetados, financi-

ramente, pela pandemia aumentou de 19% para 23%.

A margem de erro do levantamento é de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

Em relação à resposta econômica do governo de Jair

Bolsonaro (sem partido) à crise sanitária, a pesquisa Datafolha indica que a população brasileira está bastante dividida.

Os que acreditam que a gestão federal tem feito menos do que deveria para enfrentar a situação somam 45% dos entrevistados.

Esse percentual é próximo à fatia recorde de 43% dos brasileiros que, quando lhes foi perguntado sobre o governo Bolsonaro de forma geral — sem referência específica à Covid-19 —, responderam considerá-lo ruim ou péssimo.

Mas os que julgam que o governo tem reagido na medida certa na esfera econômica em resposta ao coronavírus são 37% do total. Já os que acham que a administração fez mais do que deveria nesse quesito somam 15%.

Alguns segmentos da população são, especialmente, críticos à resposta econômica do governo à crise da Covid-19.

A percepção de que as ações nessa área têm sido insuficientes chega a 52% dos brasileiros de 25 a 34 anos, caindo para 41% entre aqueles com mais de 60 anos.

Entre a população com ensino superior, 57% do total acham que o governo faz menos do que deveria.

No grupo com ensino fundamental, a fatia dos mais críticos é de 37%.

No recorte por renda, a visão negativa em relação à resposta econômica da gestão Bolsonaro à crise é maior entre os que ganham mais.

Mais da metade dos brasileiros com rendimento familiar mensal acima de cinco salários mínimos acha que o governo tem feito menos do que deveria. Entre os que recebem até 2,5 salários mínimos, os que compartilham dessa visão somam 43% do total.

Dívida do governo vai a 79,7% do PIB, maior patamar da história

Alta de gastos públicos para ações contra a pandemia eleva endividamento bruto em 1,3 ponto percentual em um mês

Larissa Garcia

BRASÍLIA Com os efeitos da crise gerada pela pandemia, a dívida bruta do governo atingiu em abril o maior patamar da história: 79,7% do PIB.

Em razão do aumento de gastos públicos para ações de enfrentamento ao vírus, a dívida aumentou 1,3 ponto percentual em relação ao mês anterior. Os dados foram divulgados pelo Banco Central nesta sexta-feira (29).

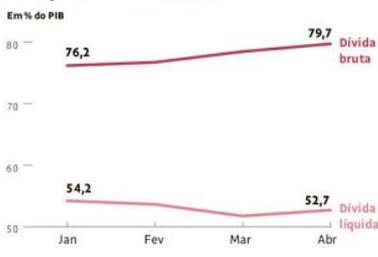
A dívida bruta é o conjunto de passivos (débitos) que o governo tem a pagar aos setores privado e público, além do resto do mundo.

"O BC não faz estimativas de variáveis fiscais, cabe ao Tesouro, mas a tendência da dívida bruta é de aumento com o aumento significativo do déficit primário e elevação das despesas. A trajetória deve ser de crescimento", disse Fernando Rocha, chefe do Departamento de Estatísticas da autoridade monetária.

A estimativa do Tesouro é que a dívida bruta ultrapasse 90% do PIB até o fim de 2020.

Com aumento das despesas e diminuição das receitas, o déficit primário do setor público consolidado (União, es-

Evolução da dívida brasileira



Fonte: Banco Central

tados e municípios) alcançou em abril o maior patamar da série histórica, com R\$94,3 bilhões. É a primeira vez que há resultado negativo para o mês de abril.

"O déficit primário bateu recorde em razão das ações extraordinárias tomadas para combater a conjuntura econômica atual e compensar as medidas de distanciamento social que foram tomadas por conta da pandemia", disse Rocha.

Segundo ele, em abril o governo costuma arrecadar mais com o recebimento de impos-

tos de renda. "O mês tem esse fator sazonal. Além dos gastos extraordinários, o governo não teve esse efeito porque a entrega das declarações foi prorrogada", explicou.

Em março, o rombo foi de R\$ 23,7 bilhões. Em abril do ano passado, o resultado tinha sido positivo em R\$ 6,6 bilhões.

No acumulado do ano, o resultado primário foi negativo em R\$82,6 bilhões, ante superávit de R\$20 bilhões no mesmo período do ano anterior.

Em 2020, só houve superávit em janeiro, de R\$56,2 bilhões.

O resultado primário indica a capacidade do governo de pagar as contas, exceto os encargos da dívida pública. Se as receitas são maiores que as despesas, há superávit. Caso contrário, há déficit.

A meta fixada em lei era de déficit de R\$ 118,9 bilhões para 2020. Mas, com o decreto de calamidade pública, esse valor poderá ser maior.

O resultado nominal, que inclui os juros da dívida pública, foi deficitário em R\$ 115,8 bilhões em abril, também o pior da série.

Na quinta (28), durante a divulgação dos dados fiscais do Tesouro, o governo afirmou que o déficit deve ficar acima de R\$ 700 bilhões neste ano, devido ao aumento de gastos públicos entre abril e junho por conta da pandemia.

Os números divulgados pelo Tesouro e pelo Banco Central têm metodologias diferentes. A autoridade monetária utiliza o cálculo "abaixo da linha", que leva em conta a necessidade de financiamento do setor público descontando os juros da dívida.

O Tesouro calcula os dados fiscais "acima da linha", que são receitas menos despesas, exclusive juros.

Segundo os números do BC, a dívida líquida — que desconta os ativos — do setor público aumentou um ponto percentual, alcançando 52,7% do PIB, ou R\$3,84 trilhões. Esse resultado refletiu, em especial, o impacto do déficit primário no mês.

"A dívida líquida havia recuado em março em razão da depreciação cambial. Em abril também houve, mas em intensidade menor: de 4,4%. A alta do dólar continuou contribuindo para baixo, mas, com cenário de aumento do déficit, esse impacto foi maior", disse o técnico do BC.

'Faz-tudo' de gestões do PSDB é novo secretário da área econômica em SP

Igor Gielow

SÃO PAULO O governador João Dória (PSDB-SP) decidiu criar a Secretaria de Orçamento, Gestão e Projetos do estado, que será ocupada por Mauro Ricardo Costa, que deixou a prefeitura da capital no mês passado.

Com a medida, serão retiradas funções da Secretaria de Fazenda, de Henrique Meirelles, e da de Governo, chefiada pelo vice-governador, Rodrigo Garcia (DEM). A situação política dos dois secretários é, contudo, dispar.

Ex-ministro da Fazenda e ex-presidente do Banco Central, Meirelles era a maior estrela do que muitos viam como um ministério em teste pelo presidenciável Dória.

O prestígio do secretário foi considerado fundamental para as iniciativas de atração de investimentos para o estado em 2019, especialmente no exterior, mas a crise da Covid-19 mudou o cenário.

A emergência, na visão de auxiliares de Dória, encolheu a estatura política de Meirelles no secretariado.

Em reuniões internas, o protagonismo decisório foi transferido a outros membros da equipe, e o plano de reabertura da economia ganhou como porta-voz a secretária Patrícia Ellen (Desenvolvimento Econômico).

Em conversa com a Folha, Dória nega tal versão e afirma que Meirelles segue "prestigiadíssimo". Para o governador, o trato da economia durante a grave cri-

se sanitária é vital, e a experiência do ex-ministro, fundamental para o projeto de retomada quando o pior da pandemia passar.

Já no caso de Garcia, não há relatos de desgaste interno. A medida visa desafogar o vice, que é uma espécie de feitor do governo estadual, concentrando o dia a dia da administração.

Mauro Ricardo é um velho conhecido de governos do PSDB. Foi trazido para a vida pública por José Serra, quando o vice-ministro do Planejamento de Fernando Henrique Cardoso.

Em 1996, assumiu a Superintendência da Zona Franca de Manaus e ganhou fama de técnico implacável ao promover uma faxina nas práticas obscuras do órgão — acabou frito pelo então governador Amazonino Mendes (PFL).

Visto com um "faz-tudo", depois passou por outros órgãos federais, como a Fundação Nacional de Saúde. Em 2012, foi chamado por antigo aliado dos tucanos, ACM Neto (DEM-BA), para ser secretário da Fazenda de Salvador.

Dois anos depois, desembarcou em Curitiba e ficou até 2018 como secretário da Fazenda do governo do Paraná sob Beto Richa (PSDB), onde aplicou um ajuste fiscal que incluiu um crítico aumento de impostos.

Em novembro daquele ano, já fora do Paraná, integrou-se à equipe de Bruno Covas (PSDB) como secretário de Governo.

folhamed

Informação na palma da mão: o melhor remédio

A Folha lança a **FolhaMed**, uma assinatura pensada para os profissionais que atuam na área médica. Ela dá acesso a todo o conteúdo do jornal e conta também com uma newsletter semanal que apresenta notícias, reportagens, entrevistas e os avanços em tratamentos médicos, além de artigos editados pela equipe de médicos e pesquisadores do Hospital Israelita Albert Einstein. Acompanhe os conteúdos exclusivos pelo seu computador, tablet ou celular e esteja sempre atualizado sobre os últimos acontecimentos no campo da saúde.

6 meses grátis
para profissionais da saúde

A partir do 7º mês,
R\$ 9,90 mensais
pelo período de
6 meses.

FOLHA
NÃO DÁ PRA NÃO LER

assinefolha.com.br/folhamed

*R\$ 29,90 mensais a partir do 11º mês.

Bolsa abre em queda e dólar mantém alta; Clima político influencia as negociações

Câmbio é impactado por crise política local, após comparações de Celso de Mello entre o Brasil e a ditadura de Hitler na Alemanha e atos pró e contra governo em São Paulo

01 de junho de 2020 | 09h10

A Bolsa de Valores de São Paulo, a B3, abriu o pregão desta segunda-feira, 1º, em leve queda, apresentando oscilações e permanecendo no patamar de 87 mil pontos. Às 10h09, o Ibovespa, principal índice do mercado de capitais brasileiro, apresentava queda de 0,9%. Já o **dólar** abriu as negociações em alta, sendo cotado ao valor máximo do dia, R\$ 5,3703, às 10h01.

Apesar de estar enfraquecida no mercado externo, a moeda estrangeira e a Bolsa sofrem influência da tensão política no País, após declarações do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Celso de Mello, **que comparou o Brasil à Alemanha de Hitler**, além dos atos pró e contra o governo Bolsonaro nesse domingo, 31, ocorridos em São Paulo.

[LEIA TAMBÉM](#)



Mercados internacionais apresentam alta generalizada após alívio de tensão entre EUA e China



Moeda

americana vem batendo recordes consecutivos de alta. Foto: JF Diorio/ Estadão

Na última sexta-feira, 29, a moeda fechou com queda de 0,82%, cotado a R\$ 5,3389. A Bolsa fechou com alta de 0,52%, aos 87.402,59 pontos.

Cenário externo

O dólar está fraco no exterior ante divisas principais e a maioria das moedas emergentes ligadas a commodities, mas sobe ante o real em meio à subida do tom da crise política brasileira. No entanto, a notícia de que a China determinou a

suspensão de importações agrícolas dos Estados Unidos, incluindo soja, o que representa uma ameaça ao acordo comercial sino-americano firmado em janeiro, pode beneficiar as exportações brasileiras da commodity e animar os investidores locais, em meio a perspectivas de possível aumento de fluxo comercial para o Brasil.

O economista Sidnei Nehme, da corretora NGO, avalia que a decisão chinesa beneficia o Brasil e potencializa o setor de soja, que já vem com forte desempenho e certamente ajudará o agronegócio a ancorar parte da expressiva queda que se espera no segundo trimestre. "O que pode atrapalhar são os gargalos existentes para o escoamento das exportações normalmente ruim e agora agravado pela crise do coronavírus", comenta. Mas a notícia, ele afirma, é positiva para o Brasil e cria perspectivas melhores para a balança comercial.

Ainda assim, eventual queda ante o real pode ser limitada pela piora do cenário político institucional interno e após o dólar ter acumulado recuo de 1,83% em maio. Mesmo assim, a moeda americana ainda sobe 33,08% no ano, o que mantém o real entre as divisas com pior retorno.

Cenário local

O decano do STF, ministro Celso de Mello, comparou o Brasil à Alemanha de Hitler e, em mensagem reservada enviada a interlocutores no WhatsApp, disse que bolsonaristas “odeiam a democracia” e pretendem instaurar uma “desprezível e

abjeta ditadura”. Procurado, o ministro alegou ao **Estadão/Broadcast** que a manifestação foi “exclusivamente pessoal”, “sem qualquer vinculação formal ao STF”.

Já o presidente Jair Bolsonaro escreveu no sábado, no Facebook, **que 'tudo aponta para uma crise'**, ao comentar decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF), do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que miram a família, aliados e a sua campanha presidencial em 2018. Bolsonaro destacou a notícia de encaminhamento, pelo ministro Celso de Mello, à Procuradoria-Geral da República (PGR) de um pedido de investigação contra o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) por crime de incitação à subversão da ordem política ou social. O "gabinete do ódio", estrutura do Palácio do Planalto responsável por fazer ataques nas redes sociais e em grupos de WhatsApp a críticos do presidente Jair Bolsonaro, **entrou na mira do TCU**.

Em relação aos atos pró e contra o governo Bolsonaro nesse domingo, 31, em São Paulo, dirigentes e lideranças de oposição viram com preocupação. Para eles, as polícias agiram de forma “desigual” com os manifestantes pró e contra o presidente. Outro temor é que o confronto seja justamente o que presidente gostaria de ver para radicalizar. E o fato de os atos terem sido organizados por torcidas de futebol, inclusive rivais (Corinthians e Palmeiras), foi positivo por mostrar que o desgaste de Bolsonaro transcende partidos e políticos.

Na visão de analistas do mercado, no entanto, não há risco ainda de abertura de processo de impeachment de Bolsonaro por causa da aproximação do presidente do Centrão no Congresso, mas o acirramento da crise dia a dia seguirá no radar, limitando ajustes de baixa ante o real.

O governo nomeou o chefe de gabinete do senador Ciro Nogueira (Progressistas-PI), Marcelo Lopes da Ponte, **para a presidência do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)**, que tem um orçamento de R\$ 29,4 bilhões neste ano. A nomeação foi publicada na edição desta segunda-feira do Diário Oficial da União (DOU). Nas últimas semanas, o governo já havia nomeado na Diretoria de Ações Educacionais do fundo um indicado do PL, sigla do ex-deputado Valdemar da Costa Neto, condenado no mensalão. Garigham Amarante Pinto, assessor do partido na Câmara, assumiu o cargo no dia 18 de abril. Além disso, Bolsonaro vai entregar o comando do Banco do Nordeste (BNB) para outro nome indicado pelo PL. /**SILVANA ROCHA E LUÍSA LAVAL**

Após queda no 1º trimestre, mercado financeiro já prevê recuo de 6,25% no PIB de 2020

Projeção oficial do governo é de que retração de 4,7% na atividade econômica, que sofre com a crise provocada pela pandemia de covid-1

Fabício de Castro, O Estado de S.Paulo

01 de junho de 2020 | 09h37

BRASÍLIA - Na esteira dos dados mais recentes de atividade, os economistas do mercado financeiro reduziram novamente suas projeções para o **Produto Interno Bruto (PIB)** em 2020. Conforme o Relatório de Mercado Focus, divulgado nesta segunda-feira, 1º, pelo **Banco Central (BC)**, a expectativa para a atividade econômica este ano passou de retração de 5,89% para queda de 6,25%. Há quatro semanas, a estimativa era de baixa de 3,76%.

Embraer deve receber financiamento de US\$ 600 milhões do BNDES e bancos privados, diz agência

Para 2021, a previsão de crescimento foi mantida em 3,50%. Na última sexta-feira, **o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**

informou que o PIB recuou 1,5% no primeiro trimestre de 2020, ante o quarto trimestre de 2019. Na comparação com o primeiro trimestre de 2019, a queda foi de 0,1%.

O resultado oficial do PIB mostra que a pandemia de **covid-19** afetou fortemente a atividade econômica no País, mesmo que as medidas de isolamento social para conter o avanço do coronavírus tenham sido adotadas somente a partir da segunda metade de março, o que aponta, segundo analistas, para um segundo trimestre ainda pior.

A estimativa da equipe econômica do governo federal para o desempenho da economia brasileira em 2020 é de queda de 4,7%, ainda abaixo da divulgada pelo Banco Mundial, que estima um tombo de 5%, e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que prevê queda de 5,3%.

Inflação em baixa

De acordo com o Focus, a mediana das previsões para o IPCA, o índice oficial de preços, passou de alta de 1,57% para 1,55%. Há um mês, estava em 1,97%.

Essa projeção já está bem abaixo do centro da meta de 2020, de 4,00%, sendo que a margem de tolerância é de 1,5 ponto percentual (índice de 2,50% a 5,50%).

A expectativa de inflação no curto prazo tem sido bastante afetada pela perspectiva de que, com a pandemia do novo coronavírus, a atividade econômica seja fortemente prejudicada, com impactos negativos sobre a demanda por produtos e baixa da inflação.

Em maio, o IBGE informou que o IPCA recuou 0,31% em abril - o menor índice desde agosto de 1998. No acumulado do ano, a taxa está positiva em 0,22%.

A projeção dos economistas para a **Selic, a taxa básica de juros**, no fim de 2020 foi mantida em 2,25%.

No início do mês passado, ao cortar a Selic de 3,75% para 3% ao ano, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central informou que, para a próxima reunião, “considera um último ajuste, não maior do que o atual, para complementar o grau de estímulo necessário como reação às consequências econômicas da pandemia da covid-19”. “No entanto, o Comitê reconhece que se elevou a variância do seu balanço de riscos e ressalta que novas informações sobre os efeitos da pandemia, assim como uma diminuição das incertezas no âmbito fiscal, serão essenciais para definir seus próximos passos”, ponderou o colegiado.

Manobra aumenta desigualdades entre os setores público e privado

Na crise, lobby da elite do funcionalismo conseguiu apoio presidencial para mais vantagens

O Globo · 30 maio 2020

O presidente protelou o quanto pôde. Mesmo diante de uma devastação nas economias estaduais, agravada pela pandemia, Jair Bolsonaro esperou 20 dias, até a última hora do último dia do prazo legal (noite de quarta-feira, dia 27) para sancionar a lei aprovada pelo Congresso garantindo socorro de R\$ 60 bilhões aos estados. Levou ao limite, desnecessariamente, por duas razões básicas. Uma delas é a sua notória indisposição para seguir os cânones constitucionais, sobre os quais se assenta a Federação, nas relações com governadores. Eles esperavam a liberação dos recursos no último dia 15. Talvez recebam até meados de junho. Outra motivação é sua aparente incapacidade de abandonar o papel de sindicalista informal de segmentos das polícias Civil e Militar. Neles se apoiou em 2018 e, hoje, como já disse, deles se serve naquilo que chama de “serviço de inteligência pessoal”, paralelo às agências estatais. Há semanas, quando o Congresso discutiu a partilha de sacrifícios na crise, aprovou-se redução (entre 25% e 70%) nos salários do setor privado, mas se rejeitou corte (de até 30%) na área pública. O Ministério da Economia preferiu um “congelamento” de reajustes ao funcionalismo até dezembro de 2021.

O lobby da elite de servidores pressionou por “exceções”. Foi o próprio presidente quem avaliou entendimentos para ampliar a lista de categorias isentas. Aprovado no Congresso, o ministro Paulo Guedes apostou seu prestígio no veto. O presidente driblou o ministro protelando a decisão. Deu tempo aos servidores para pressionar governadores por aumentos. Na véspera da sanção da lei, o próprio Bolsonaro assinou uma Medida

Provisória concedendo nada menos que 8% de reajuste, retroativos a janeiro, e mais 25% de aumento a policiais civis, militares e bombeiros do Distrito Federal e dos estados do Amapá, de Roraima e de Rondônia, antigos territórios federais. A MP 971 foi publicada sem assinatura do ministro da Economia. Na crise, a elite do funcionalismo contou com o apoio presidencial para aumentar as vantagens que servidores civis e militares já possuíam em relação aos trabalhadores do setor privado. Isso num ambiente de estabilidade no emprego público. Essa primazia do funcionalismo se reflete na participação destacada de 60% dos servidores federais e estaduais no estrato dos 20% mais ricos do país, pelo critério de distribuição de renda per capita. Bolsonaro acabou ajudando a ampliar as desigualdades de renda. Em plena crise, agravada pela pandemia.

PIB encolhe 1,5%, e queda no 2º tri deve superar 10%

Guedes pede união contra crise e prevê recuperação em ‘V’

O Globo · 30 maio 2020 · PEDRO CAPETTI E GABRIEL MARTINS economia@oglobo.com.br

Mesmo com o isolamento social tendo começado em meados de março, o Produto Interno Bruto (PIB) encolheu 1,5% no primeiro trimestre em relação aos últimos três meses de 2019, segundo o IBGE. Analistas estimam queda superior a 10% para o segundo trimestre e preveem a pior recessão em 120 anos. Dos principais pilares do PIB, o consumo das famílias caiu 2%, e o setor de serviços, 1,6%. O ministro da Economia, Paulo Guedes, pediu harmonia entre os Poderes e cooperação para sair da crise. Guedes acredita em recuperação em “V”, rápida, ainda que “um ‘V’ meio torto”.

Nos primeiros três meses do ano, quando a pandemia apenas começava a abalar a economia brasileira, o Produto Interno Bruto (PIB) encolheu 1,5% na comparação com o último trimestre de 2019, informou ontem o IBGE. Classificado de “ponta do iceberg” por economistas, já que as regras de isolamento social só foram implementadas em meados de março, o resultado indica que o coronavírus empurrou o país para aquela que deve ser sua maior recessão em pelo menos 120 anos, e analistas já preveem tombo de mais de 10% na atividade no segundo trimestre. Esperada por economistas, a retração mostra que a pandemia atingiu os dois principais pilares do PIB, o consumo das famílias e o setor de serviços. Embora tenha interrompido sequência de quatro trimestres de avanço, a queda ocorreu quando a recuperação econômica brasileira já acusava fragilidades.

— O Brasil vinha em uma trajetória de recuperação modesta. No início do ano, a economia dava sinais de melhora, mas ainda graduais — observou Thiago Xavier, da consultoria Tendências. Com o resultado, a economia brasileira retrocedeu quase oito anos, voltando ao nível em que estava no segundo trimestre de 2012.

CONSUMO CAI 2%

Após a divulgação dos números, o Ministério da Economia admitiu que “o resultado negativo da atividade econômica no primeiro trimestre, embora esperado, lamentavelmente coloca fim à recuperação econômica em curso desde o começo de 2017”. O ministro Paulo Guedes, porém, preferiu exaltar o desempenho das exportações. Embora tenham recuado 0,9%, Guedes as chamou de “maldição que acabou virando uma bênção”. Disse ainda apostar que o processo de retomada possa ser no formato de “V” — queda rápida seguida por recuperação também acelerada —, cenário otimista.

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse que o PIB deve cair “5% ou um pouco mais no ano” e que, segundo agentes do mercado, o desemprego pode chegar a 15%. Ele avalia que o consumo não deve voltar rapidamente à fase pré-crise:

— Há um fator de medo. Mesmo que você abra a economia, as pessoas não vão voltar a ter seus antigos hábitos imediatamente.

Já o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, disse que o PIB “vai despencar” este ano e ressaltou que a culpa não será do isolamento social, mas do vírus. Como não existe vacina nem medicamento que combata especificamente o coronavírus, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a maioria dos especialistas defendem o isolamento social como única medida eficaz no controle da doença hoje.

AGROPECUÁRIA SOBE 0,6%

Representando praticamente três quartos do PIB brasileiro, o setor de serviços encolheu 1,6% nos primeiros três meses do ano, na comparação com o fim do ano passado. Foi a maior retração desde o fim de 2008, na crise global, quando o setor encolheu 2,3%. Visto pela ótica da demanda, o tombos e traduziu em um recuo de 2% no consumo das famílias, que representa 65% do PIB nesse tipo de análise. Foi a maior queda no consumo desde o terceiro trimestre de 2001, durante a chamada “crise do apagão”. Naquele período, o consumo recuou 3,1%. — Com o distanciamento social em março, muitas atividades, como cinema, academias e restaurantes, foram fechadas, e os serviços pesam cerca de meta dede tu doque as famílias consomem — disse Rebeca Palis, coordenador ade Contas Nacionais do IBGE. Com o consumo em baixa, a indústria encolheu 1,4%, e seu peso no PIB recuou ao menor nível já registrado: 17,9%, contra 28,5% no auge da série histórica, em 2005. Entre os raros aspectos positivos do PIB no primeiro trimestre do ano estão os investimentos. Calcanhar de aquiles da atividade há anos, ele avançou 3,1%, revertendo queda de 2,7% no trimestre anterior. Mas parte do bom desempenho se deve a uma razão estritamente contábil. Desde 2018, uma mudança no Repetro, regime aduaneiro especial que facilita a importação de bens para exploração de petróleo, permite que plataformas trazidas de fora ou mesmo alugadas por meio do programa sejam contabilizadas como investimento.

A taxa de investimento ficou em 15,8% do PIB, acima do registrado no mesmo período de 2019(15%), mas saba ixodos 21% de 2013, antes de o Brasil entrar em sua última recessão. Já a taxa de poupança foi de 14,1%, contra 12,2% no mesmo período de 2019. Entre os setores, o agropecuário foi o único a avançar no primeiro trimestre, crescendo 0,6% na comparação com o fim de 2019. O bom desempenho se deu graças à safra de soja, que deve crescer 6,7% este ano e bater recorde. Para o segundo trimestre, as projeções são ainda mais pessimistas. O Itaú Unibanco espera tombo de 10,6% na atividade, enquanto o Santander projeta contração de 13,5%, e a XP Investimentos, de 13,7%. Para o ano como um todo, alguns economistas já preveem encolhimento de quase 8% do PIB, como os da consultoria MB Associados (recuo de 7,8%). Ontem, a corretora Necton revisou sua projeção de uma queda de 4% para retração de 7,5%.

IMPACTO GLOBAL

Pesquisa da Datafolha divulgada ontem mostrou que mais de dois terços dos brasileiros (68%) acreditam que a pandemia vai afetar a economia por muito tempo. Em abril, o percentual era de 56%.

Mas o coronavírus não castiga apenas a economia brasileira. Entre os 34 países que já divulgaram dados do PIB no primeiro trimestre, o Brasil ficou na 15ª colocação, empatado com Noruega e Taiwan, segundo a agência de classificação de risco Austin Rating. — É um fenômeno mundial. Todos os países tiveram quedas bastante expressivas, alguns deles cortando trajetórias de altas de décadas — contextualizou Rebeca, do IBGE. No entanto, algumas circunstâncias brasileiras podem potencializar os efeitos negativos do vírus por aqui, segundo economis-

tas. “O Brasil é um dos dos epicentros da Covid-19, os testes têm sido comparativamente baixos e dados de mobilidade mostram que a conformidade às ordens de isolamento social está abaixo do que as autoridades desejariam. Governo federal e autoridades locais continuam discordando quanto ao escopo e à intensidade das medidas”, escreveu Alberto Ramos, do Goldman Sachs. Alguns analistas ponderam que o segundo trimestre tende a concentrar as consequências mais relevantes da pandemia sobre o PIB. Segundo Luka Barbosa, do Itaú, o pior momento para a economia foi em abril, seguido por melhora dos indicadores em maio. Mas o indicador primordial a ser observado é o sanitário, segundo Francisco Eduardo Pires, coordenador do Grupo de Conjuntura/UFRJ: —Quanto mais o país demorar no controle da curva de contaminação, mais difícil será arcar com medidas de preservação da renda e do consumo. Tudo dependerá da duração da pandemia. Colaboraram João Sorima Neto, Manoel Ventura e Gabriel Shinohara

Brasil entrou na crise já combalido

O Globo · 30 maio 2020 · CÁSSIA ALMEIDA cassia@oglobo.com.br oglobo.globo.com/analitico

Os dados do Produto Interno Bruto que o IBGE divulgou ontem mostram que o Brasil está entrando na pior recessão da sua História com a economia já combalida, sem gordura para queimar. As expectativas com a atividade já vinham se deteriorando antes de a pandemia chegar por aqui. E o país conseguiu crescer em 2019 menos do que havia avançado nos dois anos anteriores. O ritmo vinha caindo sem que o país tivesse conseguido se recuperar ainda da recessão de 2015 e 2016, que fez o PIB recuar quase 8%. Os primeiros números do início do ano vinham decepcionando, e estávamos longe de estar voando, como o ministro da Economia, Paulo Guedes, chegou a declarar. Indicador de atividade do Itaú Unibanco até antes do início das medidas de restrição para conter a pandemia em meados de março mostrava um crescimento entre 0,1% e 0,3% no trimestre. Em janeiro, as vendas do comércio varejista caíram, depois de já terem recuado em dezembro. Os serviços caíram em fevereiro.

A queda da atividade de 1,5% no primeiro trimestre reflete apenas os efeitos mais brandos da pandemia, que fechou fábricas e comércio em meados de março.

Só dois setores conseguiram se salvar nesse início de crise: agropecuária e atividades imobiliárias. O restante das 13 atividades acompanhadas pelo IBGE produziu menos no primeiro trimestre, em comparação ao fim do ano passado. Os serviços foram os mais afetados, naturalmente, com o consumo das famílias — o principal impulso do PIB — caindo 2%.

No segundo trimestre, os sinais negativos devem vir à frente de quase todos os indicadores do PIB, com a economia recuando mais de 10%, segundo as projeções. Mas há quem esteja prevendo até 17% de retração. Sem o controle da pandemia, com o Brasil apresentando mais de mil mortes por dia e ainda em tendência de alta, a economia vai despencar ainda mais.

A grande queda e o que vem depois

O Globo · 30 maio 2020 · MÍRIAM LEITÃO oglobo.com.br/economia/miriamleitao miriamleitao@oglobo.com.br Com Alvaro Gri-
bel (de São Paulo)

Uma queda do PIB trimestral de 1,5% é forte, mas foi só um tropeço perto do que vem por aí. No segundo trimestre, neste que estamos vivendo, de abril a junho, o país está em queda livre que pode superar 10%. A recessão de 2020 será a maior da nossa história. Em agosto, o país pode ter 20 milhões de desempregados, me diz uma fonte do próprio governo. O que parou a economia foi o coronavírus, mas o presidente Jair Bolsonaro piorou tudo ao não exercer o papel de liderar a resposta e ainda criar uma crise por dia. Suas atitudes afetam a economia. Que investidor virá para um país em que o presidente ameaça a suprema corte e seu filho diz que uma “ruptura” é questão de tempo? Bolsonaro é também um problema econômico porque investidor detesta crise institucional. Eles querem segurança jurídica.



A nota técnica do Ministério da Economia diz que os sinais são de que a crise pode causar perdas permanentes, ou seja, a devastação que está havendo em empresas, principalmente nas micro e pequenas, pode não ser reversível. O auxílio emergencial evitou queda maior da renda, as medidas para o emprego atingiram 8,2 milhões de trabalhadores. Mais da metade teve a suspensão do contrato de trabalho, que é a hipótese mais dura de todas as reduções de salário do programa. Esses 8,2 milhões estão hoje em situação mais precária, apesar de permanecerem empregados, mas a população ocupada caiu em quase cinco milhões de pessoas. No Brasil, é caro demitir, ao contrário dos Estados Unidos. Se as empresas não se recuperarem, esses trabalhadores vão perder o emprego. Se as linhas de crédito formuladas para as micro e pequenas empresas continuarem não funcionando, elas não retornarão dessa queda. O cálculo de um integrante da equipe econômica é que em agosto pode haver 20 milhões de desempregados no país, um número jamais visto. Nunca é demais repetir, não é o isolamento que cria a crise econômica. É o vírus. Em Brasília, o comércio abriu e os shoppings estão vazios. Como os bons economistas já mostraram, um isolamento mais radical permitiria a volta mais segura e mais cedo. O Brasil está vivendo seu pior trimestre — o segundo do ano — em termos econômicos e seu pior momento da pandemia. A falsa solução, pela qual o presidente pressiona com todas as armas que tem, é de abertura imediata. Isso é pular no abismo, seja na saúde, seja na economia. Alguns governadores estão começando a ceder. A volta sem segurança produzirá uma segunda onda. Alguns economistas acham que o terceiro trimestre pode ter uma recuperação que não anula a queda. Seria, como explicou Armando Castelar num seminário virtual esta semana, o atendimento da demanda reprimida principalmente na área de serviços. O Bradesco soltou ontem seu cenário econômico. Disse que a queda do segundo trimestre pode ser perto de 10%, mas há pouca certeza sobre o que acontecerá no segundo semestre. O banco reviu a projeção da recessão para 5,9% este ano.

A economia brasileira já estava fraca quando o vírus nos atingiu. Depois da recessão de 2015-2016, a atividade voltou ao terreno positivo mas numa recuperação excessivamente lenta. Ontem, até o ministro Paulo Guedes que vendia a ilusão de que o país estava decolando no primeiro bimestre do ano admitiu que pode não ter sido assim. A ver da deé que o país estava frágil quando esta grande crise começou.

Há um trabalho holongo a fazer para recuperarem várias frentes. Um pacote de estímulo ao emprego, e de ampliação do combate à pobreza, porque haverá mais pobres ao fim desta pandemia. Uma proposta que está em discussão de eliminar o abono salarial, seguro-desemprego e farmácia popular, que os técnicos do Ministério da Economia definem como programas mal focalizados. E reduzir subsídios concedidos aos setores industriais para financiar os programas sociais necessários no pós-pandemia. Será preciso ter propostas eficientes para a recuperação e muita habilidade para negociá-las no Congresso. Isso é difícil em um quadro de crise política alimentada diariamente pelo presidente da República. O ministro da Economia, Paulo Guedes, fez ontem mais uma de suas falas surreais: “É cético atacar o governo do próprio país, em vez de ajudar. Você, nomeio deu mal para salvar vidas, ficar sendo apedrejado, enquanto ajuda? É um crime contra a população brasileira.” O ministro ajudaria bastante se parasse de bater na tecla de que o inferno são os outros.

PIB caiu 1,5% no primeiro trimestre e pode recuar 10% no segundo tri. Governo tem que parar de fabricar crises e focar na recuperação

Consumo das famílias tem maior queda desde 2001

Resultado do PIB mostra que principais motores da economia foram atingidos pela crise do coronavírus. Serviços recuam 1,6%, pior contração desde 2008. Para analistas, próximos trimestres terão quedas ainda mais profundas

O Globo · 30 maio 2020 · GABRIEL MARTINS, PEDRO CAPETTI, LEO BRANCO E VITOR COSTA* economia@oglobo.com.br

Os dois principais pilares da economia brasileira sentiram o impacto da pandemia da Covid-19 nos três primeiros meses de 2020, o que intensifica previsões negativas para os próximos trimestres. O consumo das famílias, que representa 65% do PIB pela ótica da demanda, recuou 2%, a maior queda desde a crise do setor elétrico, em 2001. Já os serviços, responsáveis por 74% do PIB pelo lado da oferta, caíram 1,6%, maior contração em 12 anos.



O consumo das famílias vinha sustentando a lenta recuperação econômica desde a recessão de 2014. As barreiras sanitárias impostas pela pandemia, porém, impossibilitaram que elas fizessem compras como estavam habituadas e aumentaram na população o receio de fazer gastos diante do cenário de incerteza e da fragilidade do mercado de trabalho. Na avaliação de José Ronaldo Souza Junior, diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Ipea, o impacto sobre o consumo indica o que virá nos meses seguintes. Trata-se de algo inédito, segundo ele, com forte restrição de demanda e oferta: —No momento em que você impõe normas de afastamento social, ninguém pensa em consumir itens como bens duráveis, por isso, mesmo sendo pouco tempo (as medidas só começaram em março), o impacto imediato foi sobre o consumo.

‘RETRATO DO PASSADO’

Para Luís Otávio Leal, economista-chefe do Banco ABC Brasil, os dados do primeiro trimestre são uma “foto do passado”. Segundo ele, as quedas de serviços e consumo serão aprofundadas no segundo trimestre, devido à intensificação das medidas de isolamento. — Temos visto que,

na China, a recuperação está mais rápida no setor industrial e mais lenta no de serviços. Num país como o Brasil, onde o setor de serviços é muito mais importante do que o industrial, isso será muito ruim —avalia. Lucas Nobrega, economista do Santander, acredita que o próximo impacto pode vir da falta de renda: — Um possível segundo movimento, mas os dados desta divulgação ainda não registram, é um choque na renda das famílias. O consumo passa a não ser feito pela falta de dinheiro. Monitorar esta segunda parte e tentar mitigá-la, caso ela se confirme, é o ponto-chave para entender qual será a velocidade de recuperação da economia. Funcionária de uma empresa prestadora de serviços de limpeza, Débora Lopes já sentiu na pele a crise no mercado de trabalho e a redução de renda. Há poucas semanas, perdeu o emprego. Moradora da Zona Oeste do Rio e mãe de três filhos, entre 13 e 19 anos, teve de cortar gastos e revisar a lista do supermercado. — Estamos comprando mais frango, porque carne está muito difícil. Também pesquiso marcas mais baratas — conta Debora, que tirou um filho da escolinha de futebol e precisou que a primogênita trancasse o curso de técnica de enfermagem para ajudar nas despesas da casa.

TOMBO NAS VENDAS

O pessimismo dos brasileiros sobre o futuro da economia afeta as vendas e, com isso, o planejamento financeiro de varejistas, um setor que depende do bom humor do consumidor para crescer. Nas Lojas Cem, desde março a receita caiu 80% frente ao mesmo período de 2019. Das 279 lojas em Minas, Paraná, Rio e São Paulo, apenas 40 estão funcionando.

— Em dois meses, deixamos de vender R\$ 1 bilhão — diz José Domingos, supervisor-geral da varejista. Em janeiro, a direção das Lojas Cem previa um crescimento de 12% no faturamento de 2020, que chegaria a R\$ 6 bilhões. Agora, diz Domingos, será “um milagre” alcançar o patamar de receitas do ano passado. Para diminuir custos e fazer frente ao tombo nas vendas, boa parte dos 11 mil empregados está em férias compulsórias ou em regime de suspensão temporária dos contratos. Domingos prevê demissões caso a economia não reaja com rapidez no segundo semestre. Ele espera melhorias no ritmo de vendas a partir da semana que vem, quando começarão a entrar em vigor os protocolos para a retomada econômica em São Paulo e Rio, os dois maiores mercados das Lojas Cem. A previsão é chegar a 220 unidades abertas até o fim da semana que vem. A partir daí, será preciso superar outros desafios, como o crescimento no número de desempregados.

— Quem perder emprego agora não vai querer consumir tão cedo — comenta Domingos. Rebeca Palis, coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, destaca que o recuo do setor de serviços no Brasil seguiu a tendência observada nos outros países afetados pela pandemia antes de março: — Aconteceu no Brasil o mesmo que ocorreu em outros países, que foi o recuo nos serviços direcionados às famílias, devido ao fechamento dos estabelecimentos. Bens duráveis, veículos, vestuário, salões de beleza, academias, alojamentos e alimentação sofreram bastante com o distanciamento social. Lisandra Barbero, economista da XP Investimentos, destaca que o setor de serviços já não apresentava um desempenho muito consistente no início do ano. A situação piorou com o aumento de casos da doença:

—A trajetória já não era tão positiva e foi agravada assim que a Covid-19 se intensificou. A pandemia interrompeu a trajetória de recuperação gradual dos serviços. *Estagiário, sob a supervisão de Danielle Nogueira

“Estamos comprando mais frango, porque carne está muito difícil. Também pesquiso marcas mais baratas” _ Débora Lopes, que perdeu o emprego

Guedes pede cooperação para enfrentar a crise

Ministro da Economia defende harmonia entre Poderes para assegurar recuperação da atividade econômica depois da pandemia e afirma que ainda espera uma retomada em ‘V’, ainda que um ‘V’ ‘meio torto’

O Globo · 30 maio 2020 · BRUNO ROSA E NATÁLIA PORTINARI economia@oglobo.com.br

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que será necessária a cooperação de todos os Poderes para que o país enfrente a crise provocada pela pandemia do novo coronavírus. Nos primeiros três meses do ano, a economia teve retração de 1,5%, e já se fala em queda de mais de 10% para o trimestre corrente.

— Precisamos de cooperação, colaboração, compreensão e solidariedade. É natural que nessa ansiedade, cada um a seu estilo, um pisa no pé do outro. E quem foi pisado dá um empurrão de volta. Agora, acabou. Quando chegar na margem, começa a brigar de novo. Pode brigar a vontade na margem. Se brigar a bordo do barco, o barco naufraga — afirmou Guedes, durante um seminário virtual sobre energia, realizado pelo BNDES.

Ele fez uma referência às brigas entre os Poderes. O Executivo criticou fortemente a investigação sobre fake news conduzida pelo Supremo Tribunal Federal (STF): — Quando um Poder pisa no pé do outro, o outro dá um empurrão de volta. Isso é natural. Não é para dizer que o Brasil vai acabar por causa disso, que é uma destruição do capital institucional que temos, que é um golpe. Não tem nada disso. É natural. É da própria crise.

RETORNO SEGMENTADO

Com relação ao PIB, Guedes elogiou o desempenho das exportações, afirmando que “a maldição acabou virando uma bênção”, e disse apostar em uma recuperação em “V”. — Caímos rápido, e a volta depende de nós mesmos. Eu falo em “V”, pois os sinais vitais da economia estão mantidos. Mas, evidentemente, dependendo de nossa reação pode ser um “U” ou até um “L”, de cair e virar uma depressão. Só depende de nós — afirmou. — Prefiro ainda trabalhar ainda com o “V”. Pode ser um “V” meio torto? Pode. Poder ser um “V” da Nike? Pode. Mas ainda é um “V” — disse Guedes. Essas são as letras comumente usadas por economistas para classificar os cenários de recuperação. O “V” indica uma retomada rápida, e o “U”, uma mais lenta. O “L” aponta depressão. — Continuamos resilientes e inabaláveis, determinados em furar as duas ondas. Primeiro a da saúde, que estamos furando e lutando. Depois, a da economia — disse Guedes, informando que o governo já trabalha em um programa para permitir a retomada da atividade econômica, com a criação de protocolos. O ministro explicou que o retorno ao trabalho deve ser segmentado por unidades geográficas. Regiões de menor densidade demográfica, onde o risco de contágio é menor, reabririam primeiro. Mas ressaltou que os protocolos ainda estão em análise: — Todo mundo já está examinando e adotando os protocolos para um retorno seguro ao trabalho, quando a saúde permitir e der o sinal de que está na hora de avançar. Ele ainda destacou as iniciativas de reforma feitas pelo governo e afirmou que, antes da pan-

demia, estava tudo encaminhado para aprovar o novo pacto federativo. —O Brasil tem uma democracia barulhenta, vibrante, mas que está entregando. Entregou a reforma de Previdência no ano passado. O início da transformação do Estado brasileiro está acontecendo. Este ano estávamos preparados para fazer o pacto federativo, com a transferência de R\$ 450 bilhões para estados e municípios.

MAIA: PROBLEMA É O VÍRUS

Já o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que o coronavírus vai derrubar o PIB brasileiro este ano. O impacto, segundo ele, independe das medidas de isolamento para controlar a disseminação da Covid-19. E também defendeu a união: — Vai ser um baque muito grande, por isso a gente tem que estar unido. Vamos ter uma taxa de desemprego muito maior, informalidade muito grande, a informalidade deve passar dos 50% da mão de obra. Então é um momento muito difícil, hora de mais diálogo, paciência, sensatez —disse Maia em entrevista à TV Bandeirantes. Com relação ao impacto do vírus na economia, ele citou os exemplos de Suécia e Dinamarca. O governo sueco não impôs restrições severas à circulação de pessoas, e a taxa de óbitos superou a das demais nações nórdicas. A retração da economia, porém, foi semelhante nos dois países. — Quanto maior o número de mortes, maior o impacto na própria economia, porque uma tragédia como essa sempre vai impactar a decisão das pessoas, elas têm medo —afirmou Maia.

Crise aumenta pessimismo com a economia

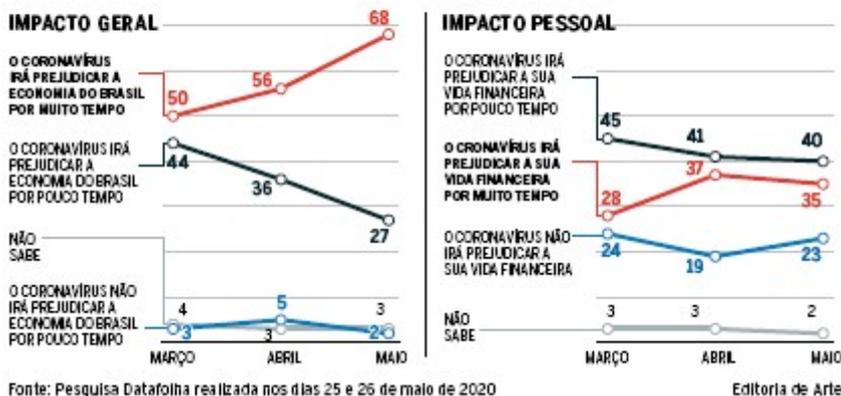
Dois de cada três brasileiros avaliam que a pandemia do novo coronavírus prejudicará a atividade de empresas e indústrias por muito tempo, de acordo com o Datafolha. Finanças pessoais também serão afetadas

O Globo · 30 maio 2020 · LEO BRANCO leo.branco@sp.oglobo.com.br

Para dois em cada três brasileiros, a pandemia da Covid-19 vai prejudicar a economia do país por muito tempo, segundo dados do instituto de pesquisas Datafolha divulgados ontem. A população está mais pessimista a essa altura da crise sanitária do que no início dela, em março. Na ocasião, metade dos entrevistados projetava danos à economia no longo prazo.

PANDEMIA NO BOLSO

Pesquisa mostra avanço no número de pessoas que apostam que economia do país sofrerá por mais tempo



Fonte: Pesquisa Datafolha realizada nos dias 25 e 26 de maio de 2020

Editoria de Arte

De março para cá, a fatia dos entrevistados mais otimistas com os rumos da economia brasileira, ou seja, que projetam danos temporários ou nenhum prejuízo por causa da Covid-19, caiu de 47% para 29%. O pessimismo aumenta de acordo com a renda do entrevistado. Entre os brasileiros com renda mensal acima de dez salários mínimos, sete entre dez preveem impactos de longo prazo da Covid-19 para a atividade econômica do país. Na parcela de entrevistados com renda de até dois salários mínimos, 65% preveem um impacto duradouro da crise. A proporção é a mesma no recorte feito com base na escolaridade. Para 75% dos entrevistados com ensino superior, a pandemia vai comprometer a economia por muito tempo. Para quem tem o ensino fundamental, esse efeito mais longo é apontado por 65%.

BOLSO AFETADO

A visão negativa sobre o futuro da economia é maior nas regiões mais industrializadas do país. Para 74% dos entrevistados do Sudeste e 69% do Sul, o impacto da Covid-19 vai prejudicar a economia por muito tempo, patamares acima dos vistos nas regiões Nordeste (63%) e CentroOeste/Norte (60%). Os brasileiros também estão mais pessimistas com o rumo de suas finanças pessoais. Para 35% dos entrevistados, a pandemia vai prejudicar a vida financeira por muito tempo. Em março, essa fatia era de 28%. Entrevistados com menos escolaridade esperam um impacto mais agudo da crise. Entre aqueles com apenas o ensino fundamental,

38% acreditam que a crise vai comprometer suas contas por muito tempo. Entre os que têm diploma universitário, a fatia é de 32%. O pessimismo com o futuro financeiro também é maior nos entrevistados de renda mais baixa. Os prejuízos às finanças pessoais serão prolongados para 42% dos entrevistados com renda familiar de até dois salários mínimos. Já no grupo dos com renda acima de dez salários, 28% têm uma visão pessimista.

Em meio ao baixo astral, o país está dividido sobre a atuação do governo Jair Bolsonaro na condução da economia durante a pandemia. Para 45% dos entrevistados, o governo federal está fazendo menos do que deveria para estimular os negócios. Para outros 37%, ele está fazendo o que deveria. Uma parcela de 15% acredita que a administração Bolsonaro faz mais do que deveria. De acordo com a pesquisa, não houve diferença significativa na avaliação do governo entre trabalhadores formais e informais, nem entre os que fizeram o pedido de auxílio emergencial e aqueles que não fizeram. O Datafolha ouviu 2.069 entrevistados com mais de 16 anos, donos de celulares, entre os dias 25 e 26 de maio, em todas as regiões do país. A margem de erro é de dois pontos percentuais.

Produção industrial recua, e setor reduz peso dentro do PIB

Entidades defendem mais crédito para evitar fechamentos e desemprego

O Globo · 30 maio 2020

A indústria brasileira viu seu peso econômico diminuir mais uma vez no início deste ano, e o cenário para o atual trimestre aponta para uma piora deste quadro. A produção das fábricas instaladas no país encolheu 1,4% de janeiro a março, frente ao registrado nos últimos três meses de 2019. Isso fez com que o setor respondesse por apenas 17,9% do conjunto de riquezas produzidas pelo país no começo deste ano. Essa é a pior participação da indústria no Produto Interno Bruto (PIB) do país já registrada pelo IBGE. Em 2005, o setor era responsável por 28,5% do PIB nacional.

De acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o impacto da pandemia do novo coronavírus sobre o setor foi maior em abril do que no início do ano, o que indica que os dados do segundo trimestre deverão ser piores do que os registrados nos primeiros três meses.

PREOCUPAÇÃO COM EMPREGO

Sondagem recente feita pela CNI mostrou que metade das fábricas no país ficou sem produzir ao longo de abril. “As medidas de aumento do capital de giro implementadas até agora ainda são insuficientes. Se as empresas continuarem com a dificuldade atual de acesso a capital de giro, o número de falências e o consequente aumento do desemprego comprometerão o ritmo de recuperação”, avaliou o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, em nota. Aliado do presidente Jair Bolsonaro, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, também defendeu mais acesso a crédito para evitar o fechamento de fábricas no país e a ampliação do desemprego no setor. “Garantir a oferta de crédito é essencial neste momento, dando fôlego para atravessarmos este período de turbulência e garantir a manutenção do emprego e do consumo”, afirmou Skaf, também em nota. Em comunicado, o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic), José Carlos Martins, ponderou que “se o país tivesse optado por realizar uma quantidade maior de obras menores, em detrimento de concentrar esforços em poucos projetos de concessão gigantescos, teríamos muito mais obras sendo realizadas.” O segmento recuou 2,4% no primeiro trimestre.

Zona Franca atravessa pior fase em décadas por Covid-19

Lideranças empresariais, porém, acreditam que região pode se beneficiar de mudanças em cadeias produtivas estudadas globalmente

O Globo · 30 maio 2020 · LEO BRANCO leo.branco@sp.oglobo.com.br

Com as vendas prejudicadas por causa da pandemia do novo coronavírus e os estoques abarrotados, as fábricas da Zona Franca de Manaus esperam para este ano a maior crise em décadas. Atualmente, cerca de 30% da mão de obra estão de braços cruzados por falta de demanda, e as demissões devem começar já em junho.



Em meio ao pessimismo, lideranças empresariais do Amazonas veem uma oportunidade de capturar parte da manufatura hoje concentrada na China —e que pode migrar para outros países por causa do medo das multinacionais em relação a novas epidemias no gigante asiático. Em 2020, as receitas das empresas instaladas na Zona Franca devem cair até 6% em relação ao ano passado, quando faturaram pouco mais de R\$ 100 bilhões, estima Jório Veiga, secretário estadual de Desenvolvimento Econômico.

— Se confirmada, será uma crise mais severa que a de 2015 e 2016, e mesmo que a de 2008 — diz Veiga. Os problemas para as 400 empresas da cidade, responsáveis pela maioria dos eletroeletrônicos consumidos no Brasil, começaram em fevereiro, com a falta de peças importadas da China, primeiro epicentro da atual crise sanitária global. No mês seguinte, o desabastecimento de componentes

foi resolvido com a reabertura de rodovias e portos chineses. Aí veio outro choque: com o avanço da pandemia pelo Brasil, as vendas dos produtos fabricados em Manaus desabaram em até 80% por causa do fechamento de varejistas, medida tomada por conta das regras de isolamento social em estados do Sul e Sudeste.

EXCESSO DE ESTOQUES

O resultado: as fábricas da cidade estão com estoques de produção até seis vezes acima do ideal. Em tempos normais, as indústrias trabalham com um estoque de segurança de cinco dias. Ou seja, em um cenário de fábricas fechadas, a produção estocada aguentaria cinco dias de consumo no país. Agora, com o consumo em queda livre, as fábricas de Manaus estão com estoque para até 30 dias.

— Até um terço da mão de obra da Zona Franca está sob risco, e demissões devem acontecer a partir de junho —diz José Jorge do Nascimento Júnior, presidente da Eletros, associação das principais fabricantes de eletroeletrônicos.

Em meio às projeções pessimistas, lideranças empresariais veem uma oportunidade de a Zona Franca sair do atoleiro, caso consiga absorver parte da produção industrial que deve migrar da China por causa do receio de novas disrupções nas cadeias logísticas, como as vistas no início deste ano. A ideia é usar Manaus como base para multinacionais produzirem componentes para atender à demanda de consumidores na América Latina, nos Estados Unidos e na Europa.

União elevará crédito para média empresa

Ex-diretor de Política Monetária do Banco Central e economista-chefe do Itaú diz que aumento de imposto é uma “discussão que é difícil não ter”

O Globo · 30 maio 2020 · CÁSSIA ALMEIDA cassia@oglobo.com.br

Mário Mesquita, economista-chefe do Itaú Unibanco, prevê queda de 4,5% do PIB, mas que pode chegara 7% se o distanciamento social durar até o fim de junho. Para ele, “não é razoável esperar recuperação consistente da atividade sem ter progresso consistente contra a pandemia.”

Como a economia brasileira entrou nessa crise?

O impacto inicial foi bastante relevante. Até a Covid-19, o PIB caminhava para um crescimento entre 0,1% e 0,3% em relação ao quarto trimestre de 2019. E acabou vindo 1,5% negativo. Foi um impacto bem relevante, apesar de ter sido na última quinzena do trimestre, mas suficientemente forte para agera recesso. Impacto grande sobre serviços, sobre consumo. Foi um número ruim, veio dentro do esperado, mas ilustra o impacto grande da Covid-19 sobre a economia.

A recessão pode ser mais forte por não estarmos conseguindo conter a pandemia?

Pode sim. Nosso cenário atual é que, em geral, as medidas de distanciamento social comecem a ser relaxadas no país. Assumindo que comece a ser relaxado em meados de junho, e que haja recuperação no terceiro trimestre de metade da queda observada, vai ter uma queda do PIB de 4,5%. E se demorar ainda mais para reverter a curva, e tiver que estender o distanciamento por mais tempo, até o fim de junho, o PIB pode ser menor, 5%, 6%, 7% negativo. Piora não só pela demora a retomar as atividades, mas porque as condições financeiras das famílias e empresas vão piorando, o que diminui a velocidade de resposta uma vez que a retomada comece. Claro que não é razoável esperar uma recuperação consistente da atividade sem ter progresso consistente contra a pandemia. Tem uma incerteza grande, e se agente não conseguir conter a pandemia e for tendo que estender o distanciamento por mais tempo, a recessão vai ser mais profunda.

Se tivermos de retomar as restrições, qual será o impacto?

Um cenário bem complicado, porque vai estendendo no tempo as incertezas. As empresas ficam com mais dificuldade de se planejar, tendem a cortar mais custos, o que pode ocasionar mais demissão. Esse cenário de abrir e fechar é bem complicado. O que escuto das empresas é clareza. Mesmo que a notícia seja ruim, se ela for clara, permite que as empresas se preparem. Isso é melhor do que um cenário em que reina grande incerteza, e o empresário não tem como administrar a situação.

Como a instabilidade política afeta a retomada?

Instabilidade política, conflitos, isso coloca em questão dois aspectos muito importantes para a evolução da economia brasileira. Um deles é em que medida e quando vamos recolocar apo-

lítica fiscal nos trilhos. O déficit primário deve superar 10% do PIB. A razão entre nossa dívida e o PIB vai superar 90%. Tudo isso é compreensível, dada a necessidade de tentar mitigar os impactos econômicos e sociais da crise, ninguém é contra o relaxamento fiscal em 2020. Mas em 2021, 2022, será que não corremos o risco de tomar medidas no meio crise que podem ser perenizadas, que podem implicar aumentos permanentes de despesas? Se isso acontecer, vai ser difícil recolocar política fiscal nos trilhos e trazer, em alguns anos, a dívida de volta para baixo. Há crise política, incerteza sobre essa correção e sobre a agenda de reformas. A economia brasileira foi atingida pela Covid-19 de forma importante no primeiro trimestre, mas ela já vinha num ritmo de crescimento inferior ao que gostaríamos. A incerteza política que temos observado só aumenta a preocupação e atrapalha o ritmo de retomada.

Como recuperar o consumo com tanto medo do futuro?

A produção do setor automotivo praticamente parou em abril, e já houve notícia de várias reaberturas de fábricas em maio. Então ela vai mostrar recuperação. Vários estabelecimentos comerciais foram fechados e, em alguns lugares, começam a abrir, ainda de forma limitada. Isso também vai trazer alguma recuperação, quase que estatística. Agora, para ter um crescimento sustentado, têm duas coisas jogando contra. Uma é a incerteza, e outra é a perda de renda derivada da piora no mercado de trabalho. Por outro lado, uma queda da taxa de juros, a partir de um nível que já era reduzido, incentiva que as pessoas consumam hoje e não deixem para consumir depois. Têm esses fatores se contrapondo. De qualquer forma, imagino recuperação gradual dessa crise. O resultado do ano vai ser muito influenciado pelo PIB do segundo trimestre.

Achamos que terá contração próxima a 10% e, com isso, queda de 4,5% no ano. Há quem veja contração mais intensa, de 15%, 16%, e aí teria retração de 6%, 7% no ano. Mas, em geral, as pessoas veem alguma recuperação do consumo a partir do terceiro trimestre, num efeito base. Só a normalização trará modesta recuperação do consumo, e, com isso, a economia começa a sair do fundo do poço.

Quanto tempo vamos levar para nos recuperarmos?

Na segunda metade da década, vai demorar. Vemos um crescimento em 2021 de 3,5%. Tem o efeito estatístico, mas depois vai acabar convergindo de volta para os 2% e, com isso, vai ser difícil se recuperar rápido desse baque.

Para acertar as contas, será preciso aumentar impostos, como a última revisão de cenário do banco apontou. É possível fazer isso agora?

Não se faz isso em momento de crise, mas quando a crise começara ser superada. É um tema para discutir no segundo semestre, para eventualmente implementarem em 2021 e 2022. Eu acho que não é agora, agora é momento de o governo jogar recursos na economia. É momento da expansão, mas não pode durar muito tempo. É justificado, mas não pode ser eterno. Têm práticas como a pejetização, atividades isentas. Por uma questão de justiça, deveria ser por aí uma revisão da taxação. É uma discussão que acho difícil não ter mais para o futuro. Agora é mais complicado.

“A incerteza política que temos observado só aumenta a preocupação e atrapalha o ritmo de retomada”

“(A recuperação será) na segunda metade da década. Vai demorar”

Governo prepara medida para elevar crédito a média empresa

União vai injetar R\$ 20 bi em fundo garantidor, que assumirá maior parte do risco

O Globo · 30 maio 2020 · MANOEL VENTURA manuel.ventura@bsb.oglobo.com.br

Depois da sucessão de críticas sobre a necessidade de o crédito chegar na ponta, o governo finalizou uma medida que abre caminho para o aumento do financiamento para médias empresas. Diante da resistência dos bancos privados em assumir os riscos das operações, o governo vai fortalecer em R\$ 20 bilhões — em quatro parcelas de R\$ 5 bilhões — um fundo garantidor do BNDES, para fazer com que o risco do crédito fique, em sua magnitude, com a União.



A equipe econômica deve aproveitar o texto para fazer também alterações no Pronampe, programa voltado para micro e pequenas empresas. A ideia é ampliar a parcela garantida pelo Tesouro nas operações. A lei que criou o programa prevê que a União assumiria 85% do risco. Com a alteração, essa garantia subirá para até 100%.

Com as alterações no Pronampe e o programa para médias empresas, o governo atinge um universo de companhias com faturamento de até R\$ 300 milhões por ano. No caso do programa para médias empresas, o objetivo é atender companhias com faturamento anual de R\$ 360 mil a R\$ 300 milhões ao ano. A proposta prevê a reformulação do Fundo Garantidor de Investimentos (FGI) do BNDES.

RECEIO DE BANCOS PRIVADOS

Criado há dez anos para servir de complemento às garantias oferecidas por empresas e caminhoneiros autônomos para tomar crédito, o recurso é hoje pouco acessado, porque os bancos o consideram engessado. Embora o FGI seja voltado originalmente a operações de crédito para investimento, ele será usado para garantir linhas de capital de giro e modalidades com prazos de até 72 meses, com seis meses de carência. O desenho em discussão propõe que haja uma ampliação significativa na cobertura do fundo. Há um entendimento de que os bancos estão receosos de emprestar devido ao alto risco do mercado e da dificuldade de as empresas darem garantias. Técnicos que participam da elaboração da medida avaliam que os modelos de risco dos bancos levaram a posturas conservadoras para a liberação de crédito, especialmente para empresas de menor porte, por causa da imprevisibilidade a respeito da

inadimplência nos próximos meses. As médias empresas também não têm histórico de crédito, o que aumenta o risco.

OBND ES avalia que, com a nova formatação, será possível desembolsar recursos de bancos para as médias empresas.

INJEÇÃO DE ATÉ R\$ 100 BI

Por isso a aposta do FGI, em uma tentativa de dar garantias aos bancos para as operações. Hoje, o fundo tem cerca de R\$ 1 bilhão em caixa. O Tesouro deve fazer um aporte de R\$ 20 bilhões. A avaliação é que, para cada R\$ 1 no FGI, é possível destravar R\$ 5 de financiamento. Assim, o aporte desse montante poderia injetar R\$ 100 bilhões nas empresas. Além disso, atualmente o FGI cobre 80% do risco de inadimplência em uma carteira na qual a taxa de calotes seja de, no máximo, 8%. O restante fica com o banco que concedeu o empréstimo. O novo modelo prevê a ampliação da cobertura para 95%, e a inadimplência máxima assegurada pelo fundo passaria a ser de 20%. Por isso, a reformulação do FGI poderia reforçar as garantias dos bancos e ampliar o crédito.

Empresários tentam destravar crédito com novas garantias

Setores propõem novas garantias em financiamentos e incentivos tributários

O Globo · 1 junho 2020 · JOÃO SORIMA NETO joao.sorima@sp.oglobo.com.br SÃO PAULO Doça) (Colaborou Geralda

Diferentes setores da economia negociam com o governo propostas próprias para garantir financiamentos contra a crise.

Com a dificuldade de empresas obterem empréstimos nos grandes bancos e o fracasso da linha de crédito criada pela União para pequenas e médias afetadas pelas medidas de contenção do coronavírus, diferentes setores da economia resolveram dar ideias ao governo. Associações empresariais começaram a levar propostas próprias para destravar os financiamentos que poderiam amenizar o impacto da crise sobre negócios e empregos.

Entre as alternativas na mesa estão a cobrança de maior participação dos bancos públicos na oferta de empréstimos, oferecimento de garantias próprias às instituições financeiras e incentivos tributários para estimular vendas. Especialistas ouvidos pelo GLOBO avaliam que é preciso remover rapidamente obstáculos para que os bancos liberem o crédito. Na linha de financiamento da folha de pagamentos, por exemplo, dos R\$ 40 bilhões disponíveis em recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), apenas R\$ 1,7 bilhão foram utilizados até agora.

Sem crédito numa crise das proporções atuais, a recuperação da economia será postergada, alerta Carlos Daltozo, analista da consultoria Eleven Financial, especializada no setor financeiro:

— Crédito é a primeira válvula de escape para recuperação da economia. Sem empréstimo, a retomada é adiada.

O diretor da Confederação Nacional da Indústria (CNI) Carlos Abijaodi conta que a entidade já levou mais de 60 propostas ao governo para o setor industrial desde o início da crise, entre elas algumas para destravar o crédito. Ele avalia que os recursos existem nos bancos, mas não serão escoados para as empresas que precisam de capital se não houver garantias do Tesouro: — É uma situação de guerra. Então, é preciso utilizar instrumentos como o Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), com garantia do Tesouro, como está acontecendo nos países desenvolvidos, para não sairmos dessa crise com milhares de empresas falidas.

O setor de calçados pede mais rapidez no acesso ao FGI, do BNDES, que vai viabilizar garantias para financiamentos para empresas, especialmente as pequenas e médias. Esse fundo já existe e terá aporte de R\$ 20 bilhões em recursos do Tesouro, mas isso depende de uma medida provisória do governo, em fase final de elaboração. Depois, será preciso esperar o aporte dos recursos para só então operacionalizar os empréstimos. Serão repassados ao BNDES quatro parcelas de R\$ 5 bilhões, mas, se a procura for grande, mais recursos podem ser aportados, diz fonte que acompanha as conversas entre BNDES e governo.

‘CHEQUE ESPECIAL’

A expectativa é que cada R\$ 1 dado como garantia pelo FGI possa alavancar R\$ 5 em crédito para empresas. Segundo informações do BNDES, da linha emergencial de R\$ 5 bilhões já liberada para pequenas e médias empresas com faturamento anual de até R\$ 300 milhões, R\$ 3,1 bilhões foram tomados por 190,7 mil companhias.

—Esse processo do FGI está muito moroso. O setor precisa de uma espécie de cheque especial, com juros mais baixos, mas isso não está acontecendo — queixa-se Haroldo Ferreira, da Abicalçados.

A indústria têxtil finaliza proposta que deve ser entregue em breve ao governo pedindo maior participação dos bancos públicos na oferta de crédito. Segundo a Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), com fábricas paradas e mais de 150 mil pontos do varejo fechados, o setor precisa de R\$ 20 bilhões em capital de giro. Pequenas empresas do segmento, como confecções, não estão conseguindo acesso a empréstimos em grandes bancos.

— Temos uma proposta que será entregue ao governo sugerindo que bancos públicos como BNDES, Banco do Nordeste, Caixa e até Banco do Brasil façam a chamada política anticíclica na oferta de crédito. Os bancos privados não vão fazer esse papel — diz Fernando Pimentel, presidente da Abit.

Com queda de 99% na produção em abril, o setor automobilístico calcula que precisa de R\$ 40 bilhões a R\$ 50 bilhões em linhas de capital de giro, disse o presidente da Anfavea, Luiz Carlos Moraes. A proposta das montadoras levada ao governo é que créditos tributários que as montadoras têm a receber sejam convertidos em garantias aos bancos em empréstimos. A indústria de automóveis estima que tem R\$ 25 bilhões em créditos relacionados a impostos a receber de estados e da União.

Moraes disse que essa discussão já está em curso com o Ministério da Economia e o BNDES, mas o martelo anda não foi batido:

— Os governos não podem liberar estes créditos, então estamos sendo criativos e propondo que eles possam ser usados como garantias a empréstimos bancários. Não queremos subsídio nem recursos públicos, queremos usar recursos privados e oferecer esses créditos como garantias.

Na construção civil, que

deve ter uma retração de 7% este ano, as propostas levadas ao governo são no sentido de estimular as vendas. Entre as ideias estão redução de juros para imóveis do Minha Casa Minha Vida e incentivos tributários. Para o consumidor de renda média e alta, por exemplo, a proposta é que juros pagos em financiamentos imobiliários possam ser deduzidos do Imposto de Renda. Para isso, seria estabelecido um teto de dedução por um período de tempo determinado.

— Seria temporário, mas é um estímulo para as vendas — diz Luiz França, presidente da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), que representa as construtoras.

IMPACTO DA PANDEMIA

Pesquisa da CNI mostra que sete em cada dez empresas relatam queda no faturamento entre os cinco principais impactos da pandemia. A inadimplência e o cancelamento de pedidos foram apontados por 45% e 44% dos entrevistados, respectivamente.

O segundo maior impacto da crise nos negócios foi a queda na produção. Das 1.740 empresas pesquisadas entre 1º e 14 de abril, 76% relataram que reduziram ou paralisaram a produção.

De acordo com os dados, 59% dos empresários estão com dificuldades para cumprir com os pagamentos correntes e 55% relataram que o acesso a capital de giro ficou mais difícil. Entre as medidas tomadas em relação à mão de obra, 15% das empresas demitiram.

Para Ricardo Rocha, professor de Finanças do Insper, diante do maior risco de inadimplência, é preciso encontrar alternativas para financiar pequenas empresas, já que os bancos relutam em emprestar. Uma opção seria criar fundos de recebíveis, com as próprias instituições financeiras, que comprariam direitos de créditos futuros, como os de fornecedores dessas empresas.

Já Carlos Daltozo, da Eleven Financial, avalia que é preciso oferecer linhas de crédito subsidiadas, via BNDES, para pequenos e médios negócios. Para ele, o cenário atual de emergência justifica este tipo de política pública para preservar empresas e empregos.

A equipe econômica tem evitado criar incentivos para setores específicos na crise do coronavírus. O secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade, Carlos da Costa, diz que o governo trabalha com um “tratamento transversal”. Desde o início da pandemia, no entanto, o Ministério da Economia já precisou editar medidas para os setores aéreo e sucroalcooleiro.

As dificuldades dos micro e pequenos negócios para obter empréstimo

O Globo · 1 junho 2020 · RAPHAELA RIBAS raphaela.ribas@infoglobo.com.br

O empresário Cesar Sued tem quatro negócios na área de gastronomia na Zona Sul e estava prestes a abrir outro, no ramo de beleza. Com a pandemia, desde março duas unidades estão fechadas e duas operam apenas no delivery. Ele já tentou três vezes pedir empréstimo em bancos usando as linhas anunciadas pelo governo, e não conseguiu:

— Em um, apenas recusaram e, no outro, disseram que a linha não foi aprovada por falta de garantias como imóvel ou dinheiro aplicado.

A morosidade, a exigência de garantias e a falta de informações têm sido entraves para que os empréstimos anunciados pelo governo cheguem aos micro e pequenos negócios. Um levantamento do Sebrae Rio mostra que o número de empresários que procuraram crédito aumentou de 30,5% para 39,1% nas últimas semanas. Desses que tentaram, apenas 6,4% obtiveram o empréstimo, 20,5% aguardam resposta e 73,1% não conseguiram.

— Um exemplo é o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), que ainda falta ser regulamentado. As linhas existem no papel, entretanto não chegam a quem realmente precisa — comenta o diretor executivo da consultoria contábil Confirp, Richard Domingos.

Outro programa nessa situação é o Proger Urbano Capital de Giro, que oferta crédito com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A linha será operada por bancos públicos federais, mas só estará disponível nas próximas semanas.

Bárbara Moraes, dona da Bibelu

Moda Infantil, na Barra, também está com dificuldades de crédito. E diz que a loja aguenta mais um mês aberta.

— Pedi empréstimo no meu banco, mas negaram. Não explicaram exatamente o porquê. Com isso, as contas atrasaram e fiquei negativada. Até pensei em tentar a linha de crédito da Caixa com Sebrae e Fampe (Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas), mas não pode ter o nome sujo.

No caso da linha de crédito para folha de pagamento, os empresários têm sido reticentes, já que a contrapartida é não demitir os empregados.

— Não sabemos como será o retorno. Estamos trabalhando na perspectiva, sem certezas — explica Marina Morena de Menezes, sócia da Rio Tap Beer House, no Flamengo.

A empresária também tentou duas vezes a linha BNDES Crédito Pequenas Empresas para pagar os salários dos funcionários, sem sucesso:

— Se não conseguir um empréstimo, vou ter que fechar.

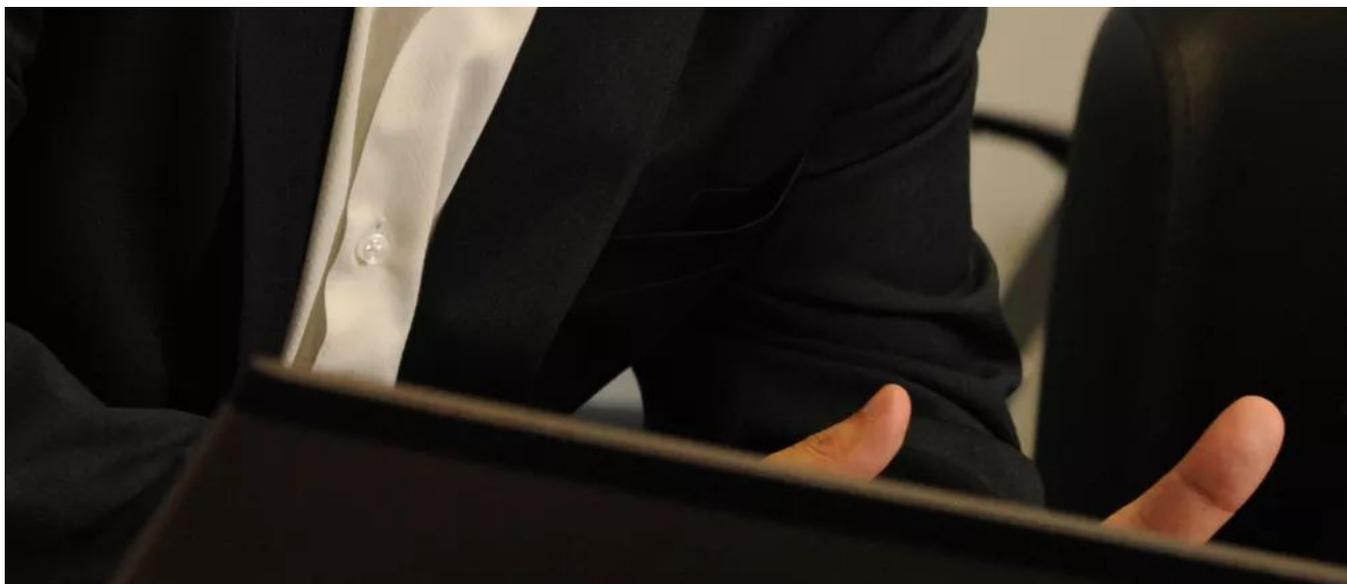
Novo equilíbrio nas contas externas alivia pressão no câmbio

Para analistas, dólar recua com exterior, postura do BC e ajuste no balanço de pagamentos

Por Lucas Hirata e Marcelo Osakabe — De São Paulo

01/06/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas





Ribeiro, do Ibre/FGV, alerta que balanço de pagamentos pode até piorar — Foto: Ana Paula Paiva/Valor

Depois de ficar bem próximo da marca de R\$ 6 em meados de maio, o dólar passou por um firme alívio e recuou quase 10% em cerca de duas semanas. Além do ambiente mais favorável ao risco no exterior e da postura mais incisiva do Banco Central sobre distorções no mercado de câmbio, analistas defendem que um novo equilíbrio das contas externas têm contribuído para liderar esse movimento.

Diante desses elementos, a depreciação do câmbio parece ter superado um pico e deixa um sinal de que a disparada do dólar até então era exagerada - muito em função da instabilidade política no país. Agora, o balanço de pagamentos, que consolida as saídas e as entradas de recursos do país, já mostra uma moderação do processo de forte debandada de capitais que havia sido observado em março e revela uma melhora nas transações com o exterior.

“Uma dinâmica bastante favorável da conta corrente, juntamente com a estabilização da saída de recursos na conta capital e do fluxo cambial, sugere que pressões sobre o real devem ser menos evidentes à frente”, afirmam os analistas do ASA Bank, cujo departamento de pesquisa econômica é chefiado pelo ex-secretário do Tesouro, Carlos Kawall.

Eles explicam que uma certa estabilização do fluxo cambial e a substancial mudança no balanço de pagamentos ajudam a reduzir as necessidades de financiamento externo. Neste contexto, o banco trabalha agora com uma projeção de R\$ 5,50 para

o dólar no fim de 2020 e de R\$ 5,00 no encerramento de 2021, ante leituras anteriores de R\$ 6,50 e R\$ 6,00, respectivamente.

Na sexta-feira, o dólar comercial fechou em baixa de 0,83%, aos R\$ 5,3364, garantindo queda de 1,90% em maio. Foi a primeira baixa mensal desde o início do ano. Vale dizer que grande parte do movimento veio em duas semanas, quando acumulou queda de 9,56% depois de fechar em R\$ 5,90.

O economista-chefe do Bradesco, Fernando Honorato, acredita que as transações em conta corrente devam melhorar bastante graças ao perfil das exportações brasileiras, concentrado em commodities agrícolas e metais. Além disso, ele diz que o grosso da saída de capitais já aconteceu e as empresas brasileiras estão muito mais protegidas do que em crises passadas. Como não há sinais de grande descontrole da dívida pública, já que os gastos estão circunscritos ao combate à pandemia, não haveria incentivo para investidores locais comprarem dólares no preço atual e enviarem ao exterior.

“Estamos começando a encontrar um equilíbrio. Por isso, o câmbio voltou”, explica o economista do Bradesco, que vê o dólar em R\$ 5,10 no fim do ano. “Mas ainda existem diversas incertezas, como o momento de retomada da agenda de reformas. Isso vai manter o prêmio de risco e a depreciação acima da média dos emergentes por um tempo. Quando o cenário ficar mais claro, podemos buscar um câmbio mais apreciado com benefício de uma conta corrente mais robusta”, diz.

Honorato explica que o nível de câmbio acima de R\$ 5,50 por dólar já havia começado a gerar alguns efeitos práticos, como a melhora das exportações brasileiras, apesar da contração global, e um saldo em transações correntes apontando para o equilíbrio. De fato, em abril, a conta corrente teve superávit de US\$ 3,8 bilhões, o que superou as expectativas de analistas. A leitura de parcela crescente do mercado agora é que o déficit acumulado em 12 meses possa ser zerado até o fim de 2020.

Ao mesmo tempo, observa-se moderação no processo de saída de capitais que ocorrera em março. A debandada de recursos de renda variável e de renda fixa desacelerou de US\$ 22,2 bilhões em março para US\$ 7,3 bilhões em abril. E isso continuou em maio: na prévia até o dia 21, as saídas totalizaram US\$ 2,8 bilhões.

A atividade econômica mais fraca e o câmbio mais depreciado, bem como o aumento do isolamento social, impactaram o resultado: houve recuo expressivo nos déficits de viagens internacionais e de lucros e dividendos, de acordo com os analistas do Itaú. Eles esperam, agora, que os próximos meses devam ser marcados por continuidade da queda do déficit em conta corrente e que o saldo fique perto de zero nos próximos anos.

Para a economista Julia Gottlieb, do Itaú, essa conta não precisa ser zerada ou superavitária, necessariamente, mas sim ser equivalente ao fluxo de capitais. Ela alerta, assim, que o risco é que a saída de recursos de carteira se agrave devido ao descontrole fiscal ou uma crise global ainda maior. O Itaú trabalha com projeção de R\$ 5,75 no fim de 2020 e R\$ 4,50 em 2021.

Dentre os dados recentes, o lado negativo é que o investimento direto no país (IDP) - uma das principais fontes de financiamento - também enfrentou forte desaceleração na margem, embora ainda esteja em terreno positivo. Entre março e abril, o acumulado em doze meses caiu de US\$ 78,1 bilhões para US\$ 73,2 bilhões. A leitura, contudo, é que o IDP continuará ajudando as contas externas. "Esperamos continuidade deste movimento em decorrência da desaceleração do ritmo de atividade global e doméstica, devendo finalizar o ano com IDP na casa dos US\$ 55,0 bilhões", dizem analistas do ASA em relatório.

O novo equilíbrio das contas externas foi algo apontado pelo presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, como um fator do alívio no câmbio. "Tem uma parte de fluxo de investimento direto que vai ter um impacto pelo tema do coronavírus, mas isso a gente acha que normaliza. Mesmo que caia um pouco, ele é um pouco contrabalanceado pelo resto", disse.

O dirigente afirmou ainda que a autoridade monetária estava preparada para atuar de maneira mais intensa no câmbio nas últimas semanas - postura que, inclusive, ajudou a tirar pressão do mercado de moedas. "Nós fizemos intervenções maiores. Até estávamos preparados em algum momento para fazer uma intervenção maior. Acabou que o câmbio voltou recentemente um pouco", disse em live promovida pelo BTG Pactual.

Na avaliação do economista-chefe da Garde, Daniel Weeks, dado o equilíbrio das contas externas, uma taxa de câmbio a R\$ 6 por dólar é “overshooting”, ou seja, um movimento exagerado no jargão do mercado. Ele explica que uma surpresa negativa poderia vir no caso de uma fuga de capitais de brasileiros. “Isso é um risco, mas esse tipo de decisão vem com a perda de âncora fiscal, ou seja, o teto de gastos.”

Paralelamente, outro processo que se traduz em pressão de alta no dólar - o ajuste da posição dos bancos devido a novas regras para o chamado “overhedge” (proteção adicional de ativos no exterior) - parece ter passado sua fase mais aguda. “Os bancos tinham patrimônio fora do país e por questões de mudança na legislação vimos uma demanda por compra de dólar por parte dessas instituições nos últimos meses [para desmonte do “overhedge”]. Uma vez feito este ajuste, essa demanda por dólares cai bastante”, aponta o diretor de investimentos da TAG, Dan Kawa.

Na outra ponta, o economista Lívio Ribeiro, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/ FGV), discorda de que a melhora dos números de transações correntes possa estar influenciando o câmbio. Usando um modelo para decompor os fatores que influenciaram o comportamento do câmbio entre os dias 8 e 26, o especialista nota que a valorização do real observada no período foi quase que exclusivamente dada pelo cenário externo - descompressão do risco e melhora dos preços das commodities, por exemplo. Nesse período, os fatores domésticos deram contribuição negativa - ou seja, na ausência deles, o dólar teria caído mais - e o diferencial de juros teve contribuição desprezível.

Em sua avaliação, ainda que o saldo em conta corrente melhore, o balanço de pagamentos continua negativo e pode até piorar. “Para entender todo o quadro, é preciso olhar também como estão as fontes de financiamento. E nos meses de março e abril, o que vimos foi uma saída muito grande dessas linhas, com perdas de US\$ 25 bilhões em reservas mesmo com superávit em conta corrente. Ou seja, uma melhora no saldo em conta corrente não necessariamente está associada a uma melhora do balanço de pagamentos”, nota, acrescentando que não vê espaço para grande melhora dessas linhas até o fim do ano.

Para 2020, Ribeiro projeta déficit em conta corrente de US\$ 10 bilhões, ou 0,7% do PIB. Já do lado do financiamento, a expectativa é de um rombo de US\$ 40 bilhões. Estes números são, em boa parte, derivados da projeção para o PIB - a leitura atual do Ibre é de -5,5%. "As estimativas mais agressivas, que sugerem a possibilidade de um superávit em conta corrente esse ano, levam também em conta um tombo ainda maior do PIB, de 7% ou 8%. Ou seja, essas linhas reagem muito mais em função do crescimento do que da desvalorização", explica o economista.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Aos 70 anos, esse é o carro que Faustão dirige
MISS PENNY STOCKS

LINK PATROCINADO

Chega no Brasil, aparelho que ensina qualquer pessoa a tocar violão ou guitarra.
GUITAR ACORDES

LINK PATROCINADO

Menina de 5 anos some toda noite — seu pai a segue e descobre algo muito triste!
MOMLIFEMATTERS

LINK PATROCINADO

Alô Salvador. Bariátrica natural, cápsula amarra o estômago e diminui o apetite.
PHYTO POWER CAPS

LINK PATROCINADO

Espelho LED que amplia 5x chega ao Brasil!
DESCONTALIA

por taboola

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Ibovespa mergulha após anúncio de coletiva de Trump sobre a China



Por Sergio Lamucci

É repórter do Valor desde o fim de 2003. Em 2002, ganhou o P... [ver mais](#)

O desolador cenário para o consumo

Situação do mercado de trabalho é muito complicada e nível de endividamento é elevado, uma combinação negativa para o principal componente do PIB pelo lado da demanda

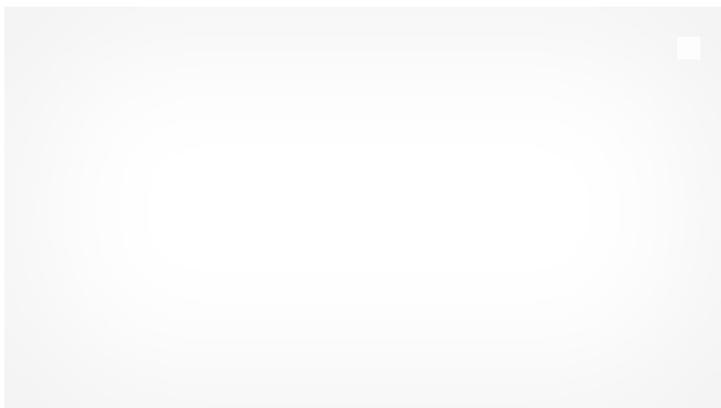
01/06/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

O ministro da Economia, Paulo Guedes, ainda sonha com uma recuperação em “V” da economia brasileira, passado o impacto mais forte da pandemia, mas a aposta nessa trajetória exige grandes doses de otimismo. As perspectivas para o investimento são muito negativas, num país em que o combate à pandemia é desorganizado, há uma grave crise política e existe enorme capacidade ociosa. Além disso, o consumo das famílias vai sofrer muito, tendo um cenário extremamente complicado pela frente. O panorama para o mercado de trabalho é preocupante e os consumidores deverão sair ainda mais endividados do quadro atual.

Em resumo, o consumo privado, com peso de dois terços no PIB pelo lado da demanda, não deverá ser o motor da retomada, o que tampouco tende a ocorrer com o investimento. A política fiscal atuará neste ano de modo contracíclico, com expansão de gastos e de crédito dos bancos públicos, atenuando em alguma medida o tombo do PIB, mas a situação difícil das contas públicas é um grande obstáculo para as despesas governamentais sustentarem a atividade. O setor externo pode trazer algumas boas notícias, com as exportações de produtos agrícolas em alta e o efeito do câmbio desvalorizado. As vendas externas, porém, têm um peso relativamente pequeno no PIB.

Situação do mercado de trabalho é muito complicada

PUBLICIDADE



Promote health. Save lives. Serve the vulnerable. Visit who.int

Na sexta-feira, ao comentar as possíveis trajetórias para a economia brasileira, Guedes disse que ainda prefere “trabalhar com o ‘V’”: Segundo ele, “pode ser um ‘V’ meio torto, caiu rápido e vai subir um pouco mais devagar, mas ainda é um ‘V’”. Até mesmo essa retomada mais suave, porém, parece hoje pouco factível.

No primeiro trimestre, o PIB recuou 1,5% em relação ao trimestre anterior, puxado pela queda de 2% do consumo das famílias. As medidas de isolamento social começaram a vigorar apenas a partir de meados de março, e mesmo assim o impacto foi forte.

No segundo trimestre, o efeito das iniciativas de confinamento será obviamente muito mais intenso, especialmente nos meses de abril e maio. As previsões apontam para uma retração do PIB no segundo trimestre na casa de 10% ou mais na comparação com o trimestre anterior.

Além disso, os números do mercado de trabalho mostram uma situação especialmente preocupante. De fevereiro a abril, houve perda de quase 5 milhões de empregos na comparação com os três meses encerrados em janeiro. A taxa de desemprego nos três meses até abril ficou em 12,6%, e o número só não foi muito maior porque muitos trabalhadores deixaram de procurar ou não conseguiram buscar emprego, devido ao efeito do distanciamento social. Se a população economicamente ativa (PEA, quem está ocupado ou em busca de ocupação) tivesse se mantido no nível de fevereiro, a taxa de desemprego seria de 15,9%, como dizem os economistas do Safra.

Os analistas do banco observam que, na série com ajuste sazonal, a desocupação subiu de 11,6% nos três meses até março para 12% nos três meses até abril, com recuo de 3,4% da população ocupada. “Analisando esse movimento por tipo de ocupação, observamos uma forte queda nos empregos sem carteira assinada, mas também vemos retração no emprego com carteira. As demais ocupações, que incluem trabalhadores domésticos, também foram severamente afetadas. Por outro lado, o emprego no setor público apresentou elevação pelo segundo mês consecutivo”, afirma o relatório do Safra.

O resultado da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua indica que os rendimentos nominais se elevaram, mas o aumento se deveu “principalmente ao fato de que boa parte das pessoas que estão entrando no mercado de trabalho ou que continuam estáveis em seu emprego possuem capacidade de fazer ‘home office’ e, logo, trabalham em empregos mais qualificados e melhor remunerados”, notam os economistas do banco. Desse modo, “o salário médio se elevou principalmente devido a um aumento na desigualdade do mercado de trabalho”, dizem eles, acrescentando que a massa salarial teve forte contração, devido à queda do nível de ocupação. “O cenário que acabamos de descrever ilustra o forte impacto que a pandemia terá sobre o PIB no segundo trimestre de 2020”, resume o Safra. “Entretanto, mesmo após o final da quarentena nas principais cidades, o mercado de trabalho deve permanecer enfraquecido por alguns meses, com impacto direto sobre o consumo.”

Para completar, há 8,2 milhões de trabalhadores que tiveram acordos de suspensão do contrato de trabalho ou de redução de salário e de jornada. Esses empregos por ora foram preservados, mas com queda expressiva de rendimento em muitos casos.

Uma medida que ajuda a contrabalançar em parte a perda de renda é o auxílio emergencial de R\$ 600. O benefício deve ser estendido por mais algum tempo, mas possivelmente com um valor mais baixo, dado o custo elevado. Mesmo se for adotado um programa permanente de transferência de renda mais ambicioso, o quadro para o consumo deverá continuar pouco animador.

O cenário para o endividamento também não é favorável. No fim do primeiro trimestre, as dívidas das famílias correspondiam a 45,9% da renda acumulada em 12

meses, o nível mais alto da série iniciada em 2005, de acordo com números do Banco Central (BC). Como efeito da recessão recente, houve redução do nível de endividamento de abril de 2015 até dezembro de 2017, mas as famílias haviam começado a tomar novos empréstimos e financiamentos, num quadro de retomada da atividade, ainda que vagarosa. Com a perspectiva de juros baixos por um longo tempo e de melhora da confiança, esse processo poderia ser sustentável. A crise causada pela covid-19, contudo, mina esse processo, pegando os consumidores com um endividamento já elevado, que deve aumentar, e o mercado de trabalho em situação adversa, uma combinação obviamente desfavorável para o consumo.

Por fim, o combate frouxo à pandemia e os seguidos confrontos políticos causados pelo presidente Jair Bolsonaro afetam o consumo. Se o efeito mais evidente desse cenário de incerteza se dá sobre o investimento, um ambiente de indefinição como o atual também contribui para tornar o consumidor mais cauteloso. O país, desse modo, deve ter um ano marcado por queda recorde do PIB - talvez de 8% - e uma recuperação vagarosa.

Sergio Lamucci é editor de Brasil e escreve quinzenalmente.

E-mail: sergio.lamucci@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta
VITAL 4K

LINK PATROCINADO

Aos 70 anos, esse é o carro que Faustão dirige
MISS PENNY STOCKS

LINK PATROCINADO

Chega no Brasil, aparelho que ensina qualquer pessoa a tocar violão ou guitarra.
GUITAR ACORDES

LINK PATROCINADO

Homem pede pizza todos os dias por 10 anos até que os funcionários percebam algo estranho

PIB deve cair no 2º tri e ter retomada fraca

Combate caótico à pandemia e crise política nublam cenário para a economia brasileira em 2020

Por Anais Fernandes e Ana Conceição — De São Paulo

01/06/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

Começa a recessão

A evolução do PIB e de seus componentes

■ PIB - variação em relação ao trimestre anterior - em %*



Demanda

Consumo das famílias	-2,0
Investimento	3,1
Consumo do governo	0,2
Exportações	-0,9
Importações	2,8

Oferta

Agropecuária	0,6
Indústria	1,4
Serviços	1,6

Fonte: IBGE. * Feito o ajuste sazonal

Depois do recuo registrado pelo PIB de 1,5% no primeiro trimestre, as perspectivas para a economia brasileira seguem desanimadoras. Os meses de abril a junho serão o período de maior retração da atividade, atingida em cheio pelas medidas de isolamento, e a avaliação dominante é que a retomada posterior será lenta. O quadro caótico de combate à pandemia e a tensão política dificultam uma

recuperação rápida. Para o ano, há várias projeções apontando para uma contração do PIB de 7% a 8%.

Não só os efeitos mais longos da doença sobre a economia devem tornar lenta a recuperação no próximo ano, como também preocupa o horizonte para o ambiente político, diz Alessandra Ribeiro, sócia e diretora de macroeconomia da Tendências Consultoria. “A gente incorpora isso principalmente via curva de incerteza, que deve ficar muito acima do cenário pré-pandemia, devido ao ambiente político. E os modelos mostram: incerteza alta é investimento para baixo e também limitação ao consumo.”

A Tendências, que trabalha com previsão de queda de 4,1% para o PIB neste ano, vai revisar o número para baixo. “Era um cenário que contemplava medidas de isolamento até fim de junho e retomada a partir do terceiro trimestre. Alguns lugares já flexibilizaram o isolamento, e outros já têm planos para isso, sendo que ainda estamos em um momento de curva ascendente de contágio e óbitos. É diferente do que vimos, por exemplo, em países da Europa. O risco é o quadro pandêmico se impor, com mais contaminação, mortes e sistema de saúde caótico”, afirma.

A economista cita ainda como exemplo o quadro de tensões envolvendo o Poder Judiciário, que, na sua avaliação, não deve se resolver no curto prazo. “O [ministro da Economia Paulo] Guedes está prometendo uma recuperação em ‘V’ e dizendo que o Brasil vai surpreender o mundo, e isso não vai acontecer, então a pressão vai aumentar em 2021”, diz ela.

Difícilmente medidas de afastamento social serão completamente eliminadas no terceiro trimestre, o que reforça o risco de o cenário da pandemia ser pior do que se espera, avaliam os analistas do Banco Fator em relatório. “Desde logo, é difícil que o afastamento seja completamente eliminado no terceiro trimestre. Assim como não se pode esperar que não haja idas e vindas no afastamento, ainda que sem uma segunda onda.”

Para o PIB deste ano, o Fator espera queda de 7,4%, mas a piora esperada para a formação bruta de capital fixo (FBCF, medida do que se investe em máquinas e

equipamentos, construção civil e inovação) e para o consumo das famílias nos próximos trimestres pode levar esse número mais para baixo.

No primeiro trimestre, o consumo das famílias caiu 2% em relação ao trimestre anterior, feito o ajuste sazonal, a maior queda desde o terceiro trimestre de 2001, ano do apagão de energia elétrica. O investimento cresceu 3,1%, impulsionado pela importação de máquinas e equipamentos, mas a alta foi pontual. No ano, a expectativa é de queda superior a dois dígitos.

Para o setor de serviços, que já tombou 1,6% no primeiro trimestre, as perspectivas não são boas, diz o Fator, ao falar do principal componente do PIB pelo lado da oferta. “De um lado, o afastamento continuou por abril e maio, pelo menos; de outro, o setor não trabalha com estoques, na medida em que seu produto é fortemente perecível. Assim, empresas de serviços, e trabalhadores informais do setor, que perderam no período de afastamento terão dificuldades de sobreviver e se recuperar.” Ainda pelo lado da oferta, a indústria recuou 1,4%, enquanto a agropecuária avançou 0,6%.

Duas grandes incertezas pairam sobre o futuro da economia nos próximos meses, segundo João Rosal, economista-chefe da Guide Investimentos: a velocidade da volta do convívio social e a capacidade do governo em estimular uma retomada da economia. A Guide estima recuo acima de 10% no segundo trimestre sobre o primeiro e queda de 8% no ano. “A política de controle da epidemia é caótica. Querem reabrir a economia com o número de casos de coronavírus em crescimento”, afirma Rosal.

Na visão do Santander, o resultado do PIB no primeiro trimestre confirmou a aposta do banco de que dois segmentos, o agronegócio e a administração pública, vão agir como amortecedores da recessão, ainda que sem forças para evitar o tobo na atividade.

A agropecuária sustentou alta de 0,6%. “A expectativa da maior safra de soja da história já sinalizava isso. A agropecuária deve continuar funcionando como amortecedor com resultados positivos”, diz Lucas Nobrega, economista do Santander.

O segundo “amortecedor” será via administração pública, que, com defesa, saúde, educação e seguridade social, responde por cerca de 25% do PIB de serviços, de acordo com Nobrega. “Ela ainda mostrou uma queda [-0,5%], pelo compromisso fiscal que o Brasil vivia no início deste ano. A perspectiva é que comece a subir com o aumento dos gastos para combater a covid-19 e sirva, em alguma medida, para amortecer a queda do PIB no segundo trimestre, claro que sem poder de evitá-la”, afirma ele.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta
VITAL 4K

LINK PATROCINADO

Aos 70 anos, esse é o carro que Faustão dirige
MISS PENNY STOCKS

LINK PATROCINADO

Chega no Brasil, aparelho que ensina qualquer pessoa a tocar violão ou guitarra.
GUITAR ACORDES

LINK PATROCINADO

Menina de 5 anos some toda noite — seu pai a segue e descobre algo muito triste!
MOMLIFEMATTERS

LINK PATROCINADO

Médico revela: "Você pode resolver suas rugas em casa" (veja como)
DR. RAFAEL FREITAS

por **taboola**

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Ibovespa mergulha após anúncio de coletiva de Trump sobre a China

BC defende dívida líquida como termômetro fiscal

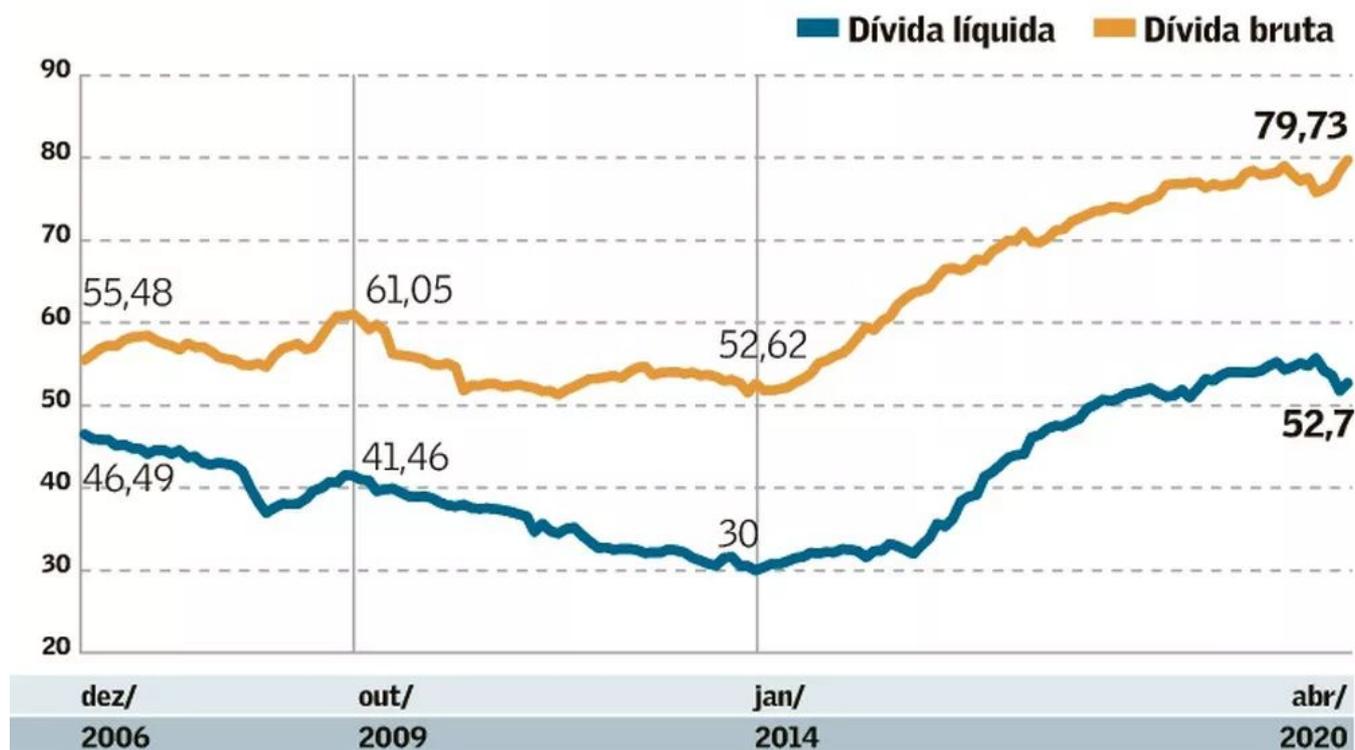
Roberto Campos Neto tenta convencer investidores a deixar de analisar solvência pelo endividamento bruto

Por Alex Ribeiro e Estevão Taiar — De São Paulo e de Brasília

01/06/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

Dívida líquida e dívida bruta

(% do PIB)



Fonte: Banco Central

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, quer convencer os investidores a olhar a dívida líquida do setor público como o principal termômetro da solvência fiscal do país, no lugar da dívida bruta do governo geral.

A dívida líquida é bem menor do que a dívida bruta, sobretudo porque abate as reservas internacionais dos passivos dos governos. Em abril, a dívida líquida fechou em 52,7% do Produto Interno Bruto (PIB), ao passo que a dívida bruta chegou ao valor recorde de 79,8% do PIB. Em abril, as reservas internacionais representavam um ativo equivalente a 24,9% do PIB.

Até uma década atrás, a dívida líquida era um indicador muito acompanhado pelos investidores, sobretudo os nacionais, entre outros motivos por ser mais abrangente do que a dívida bruta, já que inclui Estados, municípios, empresas estatais e o próprio Banco Central.

Mas esse indicador perdeu relevância principalmente no governo Dilma Rousseff, que fez um uso mais intensivo de políticas parafiscais por meio de bancos públicos. A deterioração fiscal do período ficava escondida na dívida líquida, já que contabilmente os recursos injetados pelo Tesouro nos bancos públicos para acelerar o crédito são anulados por créditos do próprio Tesouro com os mesmos bancos. Isso não ocorre na dívida bruta.

Campos Neto vem argumentando dentro do governo e em eventos com investidores que, depois que foi feita uma limpeza das operações parafiscais, iniciada no governo Temer, a dívida líquida voltou a ter a representatividade como termômetro de solvência fiscal. Um passo importante foi os bancos devolverem títulos públicos que haviam sido injetados pelo Tesouro sob a forma de Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD)

“Eu tenho falado, batido nesse ponto, inclusive mesmo em debates com o ministro da Economia”, afirmou Campos Neto, em um recente evento do BTG Pactual. “O que a gente fez, já um pouco no governo Temer, mas acelerado neste governo, foi pagar todo o IHCD de volta. Aí sobram basicamente as reservas [como diferença entre a dívida bruta e líquida].”

O lado negativo da dívida bruta, argumenta ele, é que ela ignora as reservas internacionais, um ativo de qualidade e muito líquido. Para ele, é como olhar para o balanço de uma empresa apenas pelo lado dos passivos, sem considerar os ativos.

O endividamento público, porém, segue elevado mesmo que pela ótica da dívida líquida, comparado com outros países emergentes. Ainda assim, fica mais distante do percentual de 80% do PIB que um estudo muito citado dos economistas Carmen Reinhart e Kenneth Rogoff identificou com um gatilho para crises de solvência.

Numa apresentação para investidores na sexta-feira, a diretora de Assuntos Internacionais do BC, Fernanda Nechio, comparou a dívida líquida brasileira com as de outros emergentes. Ela usou um conceito diferente de dívida líquida, excluindo apenas as reservas internacionais da dívida bruta (a dívida líquida considera também outros ativos, como o FAT). Nessa base de comparação, o Brasil tem uma dívida líquida de 58% do PIB, acima do Chile (8%), Peru (11%), Colômbia (41%) e México (46%) e mais ou menos no mesmo patamar da África do Sul (55%).

O tamanho da dívida é importante, mas os investidores olham também a sua dinâmica, ou seja, se está crescendo ou caindo e com que velocidade. Entre os principais determinantes da dinâmica da dívida estão o resultado primário do governo, as despesas com juros, o crescimento do PIB e as variações cambiais. Os seguidos déficits primários do setor público são uma força que pressiona o endividamento tanto no conceito de dívida bruta como de dívida líquida.

A dinâmica da dívida líquida é influenciada positivamente pela depreciação cambial, já que aumenta o valor das reservas, quando expresso em reais. Uma alta de 1% na taxa de câmbio leva a uma queda de 0,17 ponto percentual do PIB na dívida líquida. No caso da dívida bruta, porém, ocorre o contrário: uma alta de 1% no dólar eleva a dívida em 0,1 ponto percentual do PIB.

Campos Neto fez um cálculo de cabeça rápido para estimar esse efeito na live do banco BTG Pactual. No começo da crise, as reservas respondiam por 20% do PIB. Como o dólar se valorizou cerca de 25%, a dívida líquida teve uma redução de 5% do PIB (as estatísticas do BC mostram, de forma mais precisa, um impacto positivo de 5,2 pontos do PIB de janeiro a abril).

Um estudo recente do BNP Paribas sobre dinâmica da dívida toca nesse ponto. “Nossa conclusão principal é que, no caso do Brasil, não se pode simplesmente tomar o nível de dívida bruta como um indicador de dinâmica da dívida”, afirma o estudo. “Dado o nível reduzido de dívida externa e considerando o nível de reservas internacionais, uma depreciação cambial terá um impacto positivo na dinâmica da dívida.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador
VARIZERO

LINK PATROCINADO

Médico Brasileiro: Sonolência durante o dia é sinal de alerta
VITAL 4K

LINK PATROCINADO

Chega no Brasil, aparelho que ensina qualquer pessoa a tocar violão ou guitarra.
GUITAR ACORDES

LINK PATROCINADO

Homem pede pizza todos os dias por 10 anos até que os funcionários percebam algo estranho
FREE HUB

LINK PATROCINADO

Os dois tinham um casamento feliz há 26 anos, até o marido fazer uma descoberta...
DAILYSTAGE

LINK PATROCINADO

Médico revela: "Você pode resolver suas rugas em casa" (veja como)
DR. RAFAEL FREITAS

por **taboola**

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Ibovespa mergulha após anúncio de coletiva de Trump sobre a China

VALOR INVESTE

Brasil terá perda de renda maior que 63% de 192 países

Cálculo foi feito pelo Ibre/FGV com base nos dados do FMI

Por Bruno Villas Bôas — Do Rio

01/06/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

A recessão provocada pela pandemia de covid-19 vai reduzir o nível da renda no Brasil mais do que na maioria dos países, mostra levantamento do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV), com base nas projeções mais recentes do Fundo Monetário Internacional (FMI).

De acordo com o levantamento, o PIB per capita brasileiro - que consiste na divisão do Produto Interno Bruto (PIB) pela população total - deve recuar para US\$ 13.602 neste ano, 5,9% abaixo do ano passado. O valor leva em conta o critério de paridade de poder de compra (PPP, na sigla em inglês).

O resultado será pior do que 63% dos 192 países com previsões de PIB per capita acompanhados pelo FMI. Apesar disso, a posição do país no ranking global de PIB per capita pouco vai se alterar, passando da 87ª posição em 2019 para 85ª posição em 2020 entre 192 países.

Marcel Balassiano, pesquisador do Ibre/FGV e autor da análise, diz que a queda prevista para o PIB per capita brasileiro é mais intensa do que países emergentes como Rússia (-5,3%) e Colômbia (-3,3%), por exemplo. Outras economias podem mesmo crescer a renda per capita como China (+0,9%) e Índia (+0,5%).

O quadro se revela mais dramático que o brasileiro, porém, sobretudo nos países desenvolvidos mais afetados pelo coronavírus. Projeções do FMI analisadas pelo pesquisador apontam para recuo mais intenso do PIB per capita da Itália (-8,9%), Espanha (-8,4%) e Estados Unidos (-6,4%).

“O foco inicial da pandemia foi nos países mais avançados, como Estados Unidos, Reino Unido, Itália, Espanha, França, que sofreram e ainda sofrem muito com essa crise de saúde, com impactos na economia”, afirma o economista da Ibre/FGV.

Nesta sexta-feira, o IBGE divulgou que o PIB brasileiro recuou 1,5% no primeiro trimestre deste ano, frente ao quarto trimestre do ano passado. Foi o pior desempenho da economia desde o segundo trimestre de 2015. O resultado ficou em linha com o esperado por analistas.

O Brasil deve seguir na lanterna mundial no ano que vem. Levantamento do Ibre/FGV mostra que a renda per capita brasileira deverá crescer 2,2% e atingir US\$ 13.906. Esse desempenho será inferior ao de 73% da lista de 190 países com projeções de PIB per capita divulgada pelo FMI.

Balassiano lembra que as projeções do FMI usadas no levantamento foram divulgadas em meados de abril, antes do agravamento da crise política no Brasil. Desde então, o ex-juiz Sérgio Moro deixou o Ministério da Justiça e as relações do presidente Jair Bolsonaro como os demais poderes ficaram mais estremecidas.

“Ou seja, a tendência é que o Brasil piore nessa comparação”, disse o economista.

Com um resultado tão ruim, a atual crise deve fazer com que a década atual (2011-2020) seja a pior em termos de renda per capita dos últimos 120 anos no país, superando os anos 80, a chamada década perdida, segundo as projeções do Ibre/FGV.

O PIB per capita é usado por economistas para comparar o nível de riqueza e de bem-estar entre diferentes países. Nas últimas décadas, porém, o Brasil perdeu a “corrida” da renda para outros países em desenvolvimento, como para o Chile (62º lugar no ranking) e a Coreia do Sul (32ª colocada na lista).

Brasil é rebaixado ao ficar de fora do ‘G10 ou G11’ previsto por Trump

Presidente americano quer convocar um grupo de dez ou onze países para discutir relação com a China, numa espécie de G7 ampliado. E o Brasil não está nessa lista

Por Assis Moreira — De Genebra

01/06/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas

O anúncio do presidente Donald Trump de que quer reunir uma espécie de “G10 ou G11” em setembro, sem mencionar o Brasil, representa um retrocesso constrangedor à posição brasileira na governança global, uma espécie de rebaixamento para a segunda divisão da ordem internacional.

No sábado, Trump disse a jornalistas que adiou de junho para setembro o encontro de cúpula do G-7, no qual ele pretendia reunir nos EUA os líderes das principais economias desenvolvidas (EUA, Alemanha, Japão, França, Reino Unido, Canadá e Itália). O adiamento ocorreu depois que a premiê alemã, Angela Merkel, anunciou que não compareceria, por causa da epidemia de covid-19.

A novidade é que Trump agora quer convidar também Rússia, Coreia do Sul, Austrália e Índia para o evento. O presidente americano descreveu o encontro como um “G10 ou G11” para discutir o futuro das relações com a China.

“Estou adiando porque não acho que, como G7, represente adequadamente o que está acontecendo no mundo”, disse Trump, segundo a agência Reuters.

Para o Brasil, se a reunião ocorrer realmente nesse formato, estará em contradição com a própria hierarquia internacional. O Brasil seria a única grande economia do

mundo excluída. Representará um rebaixamento brutal no lugar que ocupa na governança mundial.

Essa “desmoralização”, como notam alguns analistas, seria a tradução de um desgaste monumental na cena internacional, que começou na época do impeachment da então presidente Dilma Rousseff e a campanha do PT no exterior; agravou-se com a eleição de Jair Bolsonaro; acelerou-se com os incêndios na Amazônia, e atinge agora o auge com a gestão da pandemia do covid-19.

O anúncio de Trump vai também na contramão do que disse o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araujo, na famosa reunião ministerial no Palácio do Planalto, cujo vídeo foi divulgado por ordem do STF.

Na ocasião, Araujo declarou-se “cada vez mais convencido de que o Brasil tem hoje as condições, tem a oportunidade, de se sentar na mesa de quatro, cinco, seis países que vão definir a nova ordem mundial. [...] Assim como houve um Conselho de Segurança que definiu a ordem mundial depois da Segunda Guerra, vai haver uma espécie de novo Conselho de Segurança e nós temos, dessa vez, a oportunidade de estar nele e acreditar na possibilidade de o Brasil influenciar de forma a ajudar a formatar um novo cenário”.

Como organizador da cúpula do G7 neste ano, Trump pode convidar quem quiser. É o que pretende fazer, por exemplo, com o convite para a Rússia, que foi suspensa do G8 em 2014, após a anexação da Crimeia, que era da Ucrânia. Moscou não volta como sócio do clube, mas como convidado.

Normalmente, o país sede do G7 ou mesmo no G20 convida alguns países de fora (outreach) para uma participação. A escolha normalmente tem um caráter predominantemente regional ou de relacionamento mais próximo.

Apesar da relação quase carnal que Bolsonaro quer ter com Trump, o presidente americano parece mais focado em outros países nesse caso.

Em termos de participação global, antes da grande crise financeira global de 2008-09, o Brasil foi convidado por alguns anos pelos países do G7 para participar de uma parte dos encontros de cúpula das maiores economias desenvolvidas.

Quando explodiu a crise de 2008-09, os principais países cogitaram vários formatos para incluir grandes emergentes na resposta à grande recessão global. Foi nesse período também que surgiu o Bric (Brasil, Rússia, Índia e China).

Na época, os países discutiram a criação de um G-13, e o então presidente francês Nicolas Sarkozy mencionou um formato de G14, que incluiria o Egito. Mas em todos os formatos imaginados, o Brasil estava dentro.

O então presidente George W. Bush optou pelo formato G20, influenciado por seu secretário do Tesouro, Henry Paulson, que conhecia como funcionava esse grupo na área financeira, que já funcionava há vários anos.

Uma das histórias que se contava à época apontava a Austrália como o país que mais argumentou por um G20, porque em todos os outros formatos o país estava de fora - ao contrário, portanto, do Brasil.

Durante a crise financeira e no pós-crise, o Brasil teve participação importante na governança global, incluindo nas tentativas de reformas. O contraste agora é enorme.

Pode-se até argumentar que, se não ser convidado para o dito G11 de Trump, o governo Bolsonaro evita o constrangimento na relação com a China, principal comprador dos produtos agrícolas brasileiros. Mas isso não é algo com que partidários do governo Bolsonaro parecem estar preocupados. Basta ver seu filho Eduardo falando na internet com a bandeira de Taiwan atrás dele.

A percepção que vai prevalecer é mesmo de que o governo Bolsonaro terá ficado de fora de uma reunião internacional importante, para a qual Trump convidou alguns amigos.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Nova fórmula some com varizes, zera a dor e vira febre em Salvador

VARIZERO

Incerteza política freia investimento, diz J.P.

Economista-chefe do banco alerta para “fator medo” e aumento no endividamento de empresas e famílias

Por **Arícia Martins** — De São Paulo

01/06/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas





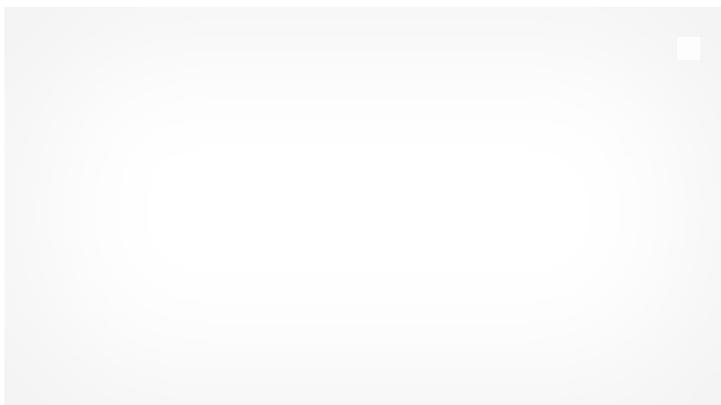
Cassiana Fernandez: “Quem vai investir sem saber a direção da política econômica?” — Foto: Ana Paula Paiva/Valor

O aumento da incerteza política deve desestimular o investimento, sendo um dos principais fatores que levam a uma visão mais negativa para a recessão no Brasil, aponta Cassiana Fernandez, economista-chefe para o país do J.P. Morgan. “Quem vai tomar a decisão de investir num país, num investimento com prazo de cinco, dez anos, se não sabe a direção da política econômica para os próximos dois, três anos?”, diz Cassiana.

Após a divulgação do PIB do primeiro trimestre, o J.P. Morgan manteve a projeção de queda de 7% para 2020, mas não descarta crise mais severa. Em março, a instituição foi uma das primeiras a alertar para a possibilidade de que o país entraria em recessão no primeiro semestre. O banco espera retração de 16,3% do PIB de abril a junho ante o primeiro trimestre.

Além da deterioração das contas públicas, Cassiana destaca a situação mais vulnerável de pequenas e médias empresas como outro fator que pode prejudicar a recuperação. “A medida que facilitaria o financiamento via bancos privados não foi efetiva.” Com o “fator medo” inibindo o consumo, e empresas, famílias e governo mais endividados, a retomada após a crise deve ser lenta, afirma ela. Veja a seguir os principais trechos da entrevista:

PUBLICIDADE



Valor: *O PIB veio em linha com o previsto, com queda de 1,5% no primeiro trimestre. Num cenário sem pandemia, a economia poderia ter mostrado retomada no período?*

Cassiana Fernandez: Os dados de janeiro e fevereiro sugeriam crescimento maior que o do quarto trimestre (0,4%). Esperávamos crescimento de 2% no ano. Pela composição do número, o crescimento do investimento sugeria que a economia poderia apresentar retomada um pouco mais forte, com qualidade melhor. Mas não caminhávamos para um PIB acima de 3%.

Valor: *O que esperar para o consumo das famílias, que já caiu 2% no primeiro trimestre, daqui em diante?*

Cassiana: Esperamos que esse continue sendo um dos grandes fatores de contração da atividade este ano. Os dados de emprego em março ainda não tinham reagido muito, mas os de abril mostraram queda significativa no número de empregos. O desalento e provavelmente a dificuldade de procurar emprego seguraram a alta da taxa de desemprego, mas ainda é um cenário difícil, e estamos bem pessimistas sobre o consumo ao longo do ano.

Valor: *O J.P. Morgan já vinha destacando que os brasileiros entraram na crise com um nível de endividamento relativamente elevado. Podemos ter alta explosiva da inadimplência?*

Cassiana: Esse é um risco importante, principalmente para a pessoa física. Dados de crédito sugerem que as medidas adotadas pelo BC foram eficientes para manter as linhas, mas foi algo muito concentrado em empresas grandes e médias. As micro e pequenas empresas e pessoas físicas enfrentaram dificuldade muito maior. No caso da pessoa física, é difícil antecipar se as pessoas, pelas medidas de distanciamento, não foram às compras, ou se bancos ficaram mais cautelosos. O apoio do governo, principalmente o desembolso do auxílio emergencial de R\$ 600 e a medida de compensação da redução de jornada, deve ajudar a pessoa física, mas esperamos alguma alta da inadimplência.

Valor: *Por diversas métricas, a soma do estímulo fiscal e monetário do pacote de combate à crise no Brasil é superior à média mundial. Como avalia as medidas e sua*

implementação?

Cassiana: O primeiro bloco de medidas é de curto prazo, que deve garantir a sobrevivência de famílias e empresas na quarentena. O segundo tem políticas com foco no médio prazo. Nas de curto prazo, o governo, principalmente BC, foi mais proativo. Comparativamente a outros países, a velocidade de implementação e o tamanho do pacote fiscal superaram as expectativas. A parte em que o governo falhou até agora é em dar auxílio a pequenas e médias empresas. A medida que facilitaria o financiamento via bancos privados com garantia de 85% do Tesouro não foi efetiva. O desembolso foi menor que o estimado. Vemos muitas empresas reclamando dos bancos privados, que estão recusando essas linhas de crédito. Alguma coisa precisa ser feita. Esse ponto é fundamental, porque vai definir a capacidade de recuperação. Micro, pequenas e médias empresas concentram a maior parte do emprego. É necessário que sobrevivam. Vamos sair da crise com empresas, famílias e governo muito mais endividados, e isso compromete a capacidade de retomada.

Valor: *Está preocupada com a deterioração das contas públicas?*

Cassiana: Esse é um dos dois grandes riscos do nosso cenário: a capacidade de o governo voltar à política econômica anterior. No nosso cenário-base, as restrições impostas pelo teto de gastos voltam a partir de 2021, e o compromisso com uma trajetória fiscal mais responsável permite que a taxa de juros fique baixa por mais tempo, o que vai garantir o financiamento da dívida mais alta. No começo do ano, víamos um déficit primário de 0,8% do PIB para 2020, e agora esperamos 10,8%.

Valor: *Qual o segundo risco?*

Cassiana: Analisando a dívida, é sem dúvida o seu denominador, que é a taxa de crescimento.

Valor: *Em que medida as tensões políticas envolvendo o governo mantêm a incerteza em nível elevado, podendo afetar mais o investimento?*

Cassiana: Em grande medida. Nas nossas contas a incerteza em relação aos fatores políticos é uma das grandes restrições à aceleração do investimento. Quem vai

tomar a decisão de investir num país com prazo de 5, 10 anos, construindo uma nova fábrica, se não sabe a direção da política econômica para os próximos dois, três anos, não sabe qual a regra do jogo, a estrutura tributária, a questão dos gastos, setores que podem ser beneficiados por políticas públicas? No curto prazo, a instabilidade política foi um dos principais motivos para nossa revisão no começo de maio, que jogou o PIB do ano para -7%.

Valor: *A crise pode ser maior?*

Cassiana: Infelizmente, sim. Por mais que os anúncios recentes tenham sinalizado reaberturas no mês em diversos pontos, é importante colocarmos na conta que ter uma saída antecipada agora sem melhora proporcional nos dados de contaminação traz o risco de outra onda de contágio. Os dados de contaminação têm surpreendido negativamente e isso pode fazer com que a queda no segundo trimestre, prevista em 51% em termos anualizados, seja ainda maior.

Valor: *No início, o J.P. Morgan assumia que o pico da curva de contaminação seria no fim de abril, mas o ritmo de alta nos casos continuou acelerando. Qual a projeção agora?*

Cassiana: Seria entre o final de maio e começo de junho, e por isso nosso cenário de atividade prevê normalização gradual.

Valor: *É possível esperar normalização total da economia este ano?*

Cassiana: A partir do que temos visto em outros países mais avançados no ciclo de reabertura, com o fator medo, empresas e governo mais endividados, será muito difícil uma retomada plena. Vemos o PIB no fim deste ano cinco pontos percentuais abaixo do nível do fim de 2019. Até o fim de 2021, ainda vemos a atividade cerca de dois, três pontos abaixo. A atividade só volta ao nível pré-crise em 2022.

Valor: *A retomada no Brasil deve ser mais lenta do que a de outros emergentes e também em relação a economias avançadas?*

Cassiana: Teremos retomada acelerada no terceiro trimestre, em linha com o que observamos no resto do mundo, que seria natural com o retorno de boa parte da